

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E
AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

SERGIO DO ESPIRITO SANTO FERREIRA JUNIOR

CONFIGURAÇÃO DO ACONTECIMENTO VIOLENTO EM
NARRATIVAS JORNALÍSTICAS:
Chacina da Região Metropolitana de Belém em *Diário do Pará* e *O
Liberal*

BELÉM - PARÁ
2019

SERGIO DO ESPIRITO SANTO FERREIRA JUNIOR

CONFIGURAÇÃO DO ACONTECIMENTO VIOLENTO EM
NARRATIVAS JORNALÍSTICAS:
Chacina da Região Metropolitana de Belém em *Diário do Pará* e *O
Liberal*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal
do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação

Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na
Amazônia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alda Cristina Silva da Costa

BELÉM - PARÁ
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F383c Ferreira Junior, Sergio do Espirito Santo.

Configuração do acontecimento violento em narrativas jornalísticas : Chacina da Região Metropolitana de Belém em Diário do Pará e O Liberal / Sergio do Espirito Santo Ferreira Junior, . — 2019.

118 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Alda Cristina Silva da Costa

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Acontecimento. 2. Narrativas jornalísticas. 3. Violência. 4. Morte. 5. Chacina. I. Título.

CDD 301.14

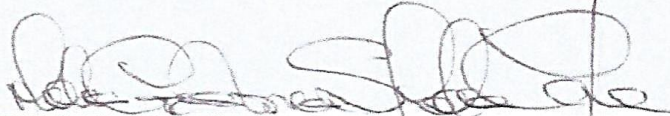
SERGIO DO ESPIRITO SANTO FERREIRA JUNIOR

CONFIGURAÇÃO DO ACONTECIMENTO VIOLENTO EM
NARRATIVAS JORNALÍSTICAS:
Chacina da Região Metropolitana de Belém em *Diário do Pará* e *O
Liberal*


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal
do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Ciências da Comunicação.

RESULTADO: APROVADO () REPROVADO


Data: 19 de fevereiro de 2019



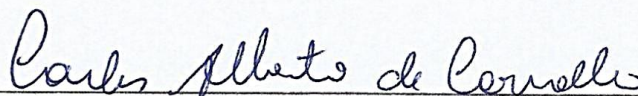
Prof.^a Dr.^a Alda Cristina Silva da Costa – Orientadora
Universidade Federal do Pará – UFPA



Prof.^a Dr.^a Danila Gentil Rodriguez Cal Lage
Universidade Federal do Pará – UFPA



Prof. Dr. Leandro Rodrigues Lage
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa



Prof. Dr. Carlos Alberto de Carvalho
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

A Tereza Romana, in memoriam

AGRADECIMENTOS

Depois de um árduo caminho, de muitas noites em claro, de tantas conversas em mesas de bar ou de pizzarias e mesmo algumas lágrimas sinceras, há muito que se agradecer às muitas pessoas que tenho guardadas com muito carinho cá ao peito. Algumas que estão ao lado, algumas que já se foram, algumas que vieram e fazem hoje enorme diferença.

Primeiramente, a Tereza Romana, mãe, de quem sinto e sentirei imensas saudades, por tanto ter-me ensinado, por tanto ter-se feito presente, por ter-me deixado explorar a vida ao meu modo e acreditar nas minhas escolhas e nos sonhos que persegui ao seu lado. Por todo o amor, obrigado.

À professora Alda Cristina Costa, por ter proposto ainda na iniciação científica esta parceria, que rendeu excelentes frutos, como esta dissertação, e que me auxiliou a trilhar essa via acadêmica que chega a um novo momento a partir de meu ingresso no doutorado. Pela compreensão, pela paciência, pelo apoio, obrigado.

A Andreza Salgueiro, amiga a quem já conheço há algum tempo e com quem tanto já vivi. Fizemos nosso caminho de Portugal a Belém, contemplativos à beira-rio do Douro ou do Guamá, e agora sou eu quem está indo para o Recife, com grandes auspícios, com tua torcida. Pela amizade, pela preocupação e pelas ajudas, obrigado.

A duas pessoas que somente há pouco passaram a figurar no meu rol de grandes amigas, mas que foram essenciais em me apresentar diferentes pontos de vista e cuja presença me fez acreditar em mim mesmo, em momentos nos quais mesmo eu não o pude. A Luana Laboissiere, pela generosa franqueza, pelas instigantes conversas, pelos encontros e desencontros de referências, obrigado. A Nathália Fonseca, pelas serenas risadas, pelos carinhosos abraços e pelo enorme afeto, obrigado.

A muitos outros amigos que cultivei nestes anos de PPGCom e mesmo antes. Aos organizadores do Encontro de Pesquisa em Comunicação na Amazônia. Aos colegas das turmas de 2015, 2016, 2017 e 2018. Alguns nomes que cumpre citar são Kristopher-Jon Samuel, Nathan Kabuenge, Raisa de Araújo, Jessé Santa Brígida, Roberta Aragão, Nathália Kahwage, Elias Serejo, Adriana Trindade, Carolina Neves, Ana Carolyny Pinho, Hans Costa, Rebecca Lima, Victor Lopes, Luciana Hage. A todos vocês, obrigado.

Agradeço também aos professores Carlos Alberto de Carvalho e Bruno Souza Leal, pela interlocução realizada durante estágio de pesquisa no Tramas Comunicacionais e por tão bem me terem recebido em seu núcleo de estudos na UFMG. Bem mais diretamente, agradeço ao professor Carlos Alberto por suas contribuições à época do estágio e pela participação na banca

de qualificação e agora de defesa. À professora Danila Cal e ao professor Leandro Lage não só por terem aceitado contribuir com a avaliação desta pesquisa desde o seu início, mas também pela interlocução e pelos conselhos dados a este jovem pesquisador.

Finalmente, agradeço à Capes pelo financiamento desta pesquisa.

Events are shape-shifters, now appearing as letters and treaties, now paintings and maps, now political constitutions, now dramas, now physical gestures like handshakes or laying down of arms, now dream narratives, now signatures, now institutions. Once set in motion (and motion is a key term here), historic events are essentially a relay of signs and symbols, gestures and exchanges, images and texts. How, exactly, do events live in and through such a variety of cultural forms – reiterative and reconfiguring at the same time? Theorizing this emergent constellation is difficult on several levels.

(Robin Wagner-Pacifici, Theorizing the restlessness of events)

RESUMO

Chacinas urbanas são parte de um contexto de violência e mortes violentas por grupos de extermínio que, no Pará, têm recorrência desde a década de 1990. Dentre as mais recentes, a chacina da Região Metropolitana de Belém (RMB), que ocorreu em 20 e 21 de janeiro de 2017, mobilizou ostensiva cobertura jornalística e um quadro social de disputas de sentido sobre o que aconteceu e com quais consequências. Em razão desse processo, esta dissertação analisa a configuração dessa chacina como acontecimento nas narrativas jornalísticas dos impressos paraenses *Diário do Pará* e *O Liberal*. Ao longo do trabalho, dialogamos com teorias do acontecimento e as articulações possíveis entre acontecimento e narrativa, com ênfase do papel da *mise en intrigue* na constituição de acontecimentos na vida social. Efetuamos ainda uma incursão ao contexto e aos campos problemáticos das chacinas em Belém a fim de apresentar os marcos de compreensão nos quais o acontecimento chacina é inscrito. Analisamos as narrativas de ambos os jornais sobre a chacina da RMB a partir de uma aproximação entre os conceitos de percurso acontecimental e cenas do acontecimento a fim de compreender como se dá essa configuração da chacina. Identificamos três ordens cênicas ao longo da configuração do acontecimento: a) cenas do crime; b) cenas político-institucionais; e c) cenas de contestação. Em *Diário do Pará*, a chacina é tematizada como parte de um conflito político entre a gestão estadual da segurança pública e os diversos sentidos que o jornal propõe a partir das mortes e dos demais agentes. Em *O Liberal*, a chacina é inserida em um contexto difuso de violências letais ou mortes violentas, com forte ênfase na criminalização das vítimas e no eco à perspectiva da gestão estadual de Segurança. Com isso, os resultados da pesquisa apontam para um percurso acontecimental que apresenta a chacina a) tanto a partir das mortes do policial e das demais vítimas nas periferias da RMB; b) quanto por meio de um quadro de consequências político-institucionais que sinaliza para as disputas de sentido nas narrativas e pelos agentes sociais e políticos que são convocados a elas.

Palavras-chave: Acontecimento. Narrativas jornalísticas. Violência. Morte. Chacina.

ABSTRACT

Urban mass murders, or *chacinas*, are part of a context of violence and murders by death squads which have happened in the Pará state, Brazil, at least since the 90s. Among the most recent ones, there is the Belém Metropolitan Area *chacina*, which occurred in January 20th and 21st, 2017. It was the target of an ostensive news media coverage as much as of intense disputes towards the meaning of what had happened and its consequences. Due to such aspects, this master's thesis analyzes the configuration of the *chacina* as a social event in journalistic narratives of newspapers from Pará state, *Diário do Pará* and *O Liberal*. Throughout the work, we present event theories and possible articulations between event and narrative as working concepts, emphasizing the role of emplotment in making events of social life. We also deal with the context and problematic fields of the Belém Metropolitan Area *chacina* in order to present the interpretations under which such events are inscribed. To analyze the narratives from both newspapers, we depart from an approach that is made of two concepts, eventful course and eventful scenes, so to understand how the violent event is configured. We identified three scenic orders throughout the configuration of this event: a) crime scenes; b) political-institutional scenes; and c) scenes of dispute. In *Diário do Pará*, the *chacina* is thematized as part of a political conflict between the state management of public security and the various meanings the newspaper proposes based on the deaths and other agents. In *O Liberal*, the *chacina* is integrated in a diffuse context of lethal violence or violent deaths, putting a strong emphasis on criminalizing the victims and echoing the state security management's perspective on the event. Thus, the research findings point to an event that presents the *chacina* as a) the policeman's death as well as the other victims', killed in the Belém Metropolitan Area peripheries, .and b) through the political-institutional consequences that signal to the disputes of meaning in the narratives and by the social and political agents who are made part of them.

Keywords: Event. Journalistic narratives. Violence. Death. *Chacina*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Diário do Pará e O Liberal</i> , 25 jan. 2017	47
Figura 2 - Capas do caderno Polícia de <i>Diário do Pará</i> , 21 e 22 jan. 2017.....	61
Figura 3 - Interior do caderno Polícia de <i>O Liberal</i> , 21 e 23 jan. 2017	61
Figura 4 - Capa de <i>Diário do Pará</i> , 21 jan. 2017.....	79
Figura 5 - Caderno Polícia de <i>Diário do Pará</i> , 21 jan. 2017, p. 4 -5.....	86
Figura 6 - Caderno Polícia de <i>Diário do Pará</i> , 22 jan. 2017, p. 2-3.....	86
Figura 7 - Caderno Polícia de <i>Diário do Pará</i> , 22 jan. 2017, p. 4-5.....	87
Figura 8 - Detalhe de <i>32 pessoas são executadas após morte de soldado da PM, Diário do Pará</i> , 23 jan. 2017	88
Figura 9 - Detalhe de <i>Familiares das vítimas descrevem execuções e clamam por justiça, Diário do Pará</i> , 23 jan. 2017.....	89
Figura 10 - Detalhe de <i>Em 3 dias, 50 pessoas são mortas no PA, Diário do Pará</i> , 23 jan. 2017	89
Figura 11 - Detalhe do caderno Polícia de <i>O Liberal</i> , 21 jan. 2017.....	100
Figura 12 - Detalhe do caderno Polícia de <i>O Liberal</i> , 21 jan. 2017.....	101
Figura 13 - Detalhe do caderno Polícia de <i>O Liberal</i> , 22 jan. 2017.....	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Total do material selecionado	65
Quadro 2 - Edições de <i>Diário do Pará</i> com matérias sobre a chacina da RMB.....	67
Quadro 3 - Edições de <i>O Liberal</i> com matérias sobre a chacina da RMB.....	68

SUMÁRIO

	MORTANDADE QUE RONDA AS RUAS POR ONDE ANDEI.....	13
1	INTRODUÇÃO	15
2	CONFIGURAÇÃO DO ACONTECIMENTO EM NARRATIVAS	23
2.1	Perspectivas teóricas como ponto de partida	23
2.2	Acontecimento nas tramas da narrativa	29
2.3	Narrativa jornalística dos acontecimentos.....	34
2.4	Chacina em Belém como acontecimento	37
3	CHACINAS, ACONTECIMENTO E SEUS CAMPOS PROBLEMÁTICOS	41
3.1	Contexto social das chacinas em Belém	41
3.2	Identificação, problema público e campo problemático.....	46
3.3	Agentes, instituições e ambivalências de um problema público	52
3.4	Atravessamentos bio-necropolíticos	55
4	METODOLOGIA PARA APROXIMAÇÃO AO ACONTECIMENTO	63
4.1	Caracterização do corpus e da chacina.....	64
4.2	Percurso acontecimental e cenas do acontecimento.....	69
4.3	Chacinas, percurso e constituição das cenas	74
5	ACONTECIMENTO CHACINA NAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS.....	77
5.1	Configuração da chacina da RMB em <i>Diário do Pará</i>.....	77
5.1.1	Percurso acontecimental da chacina.....	77
5.1.2	Constituição de cenas	85
5.2	Configuração da chacina da RMB em <i>O Liberal</i>	94
5.2.1	Percurso acontecimental da chacina.....	95
5.2.2	Constituição de cenas	99
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	112

MORTANDADE QUE RONDA AS RUAS POR ONDE ANDEI

Alguns dias antes de terminar a escrita deste trabalho, estive procurando informações sobre as chacinas que ocorreram em Belém depois de 2017. Encontrei notícias em alguns portais que falavam sobre a mais recente, que tinha acontecido no primeiro dia de 2019, no bairro da Cabanagem, em uma área que fica nos limites entre as cidades de Belém e Ananindeua. Acessei a notícia do portal de *O Liberal.com*, percorri a página e encontrei diversos elementos já tão recorrentes após ter lido tanta coisa sobre as chacinas – atiradores que chegavam em carros e matavam suas vítimas, desarmadas, com muitos tiros de armas de fogo.

Uma estranha familiaridade me causou um mal-estar. Ao ler a notícia, percebi que não só conhecia os nomes das ruas, como também eram ruas que eu percorria desde a minha infância até recentemente. Dos meus 8 até os 23 anos, morei na Cabanagem, um típico bairro periférico da metrópole, com suas ruas sem asfalto, com ônibus sempre lotados pelas manhãs, com mercadinhos que tocavam brega em potentes caixas de som – e com pessoas sendo assassinadas em várias de suas ruas. Não era raro ouvir relatos sobre a morte de alguém, um conhecido de alguém, parente de alguém, etc. “Será que era ladrão?”, sempre havia quem perguntasse ao ouvir esses relatos diários.

Meu mal-estar se acentuou quando vi que a fotografia que acompanhava a notícia era da rua Val-de-Cans, por onde sempre voltava à noite para casa, às vezes de ônibus, outras de mototáxi, vindo da universidade ou de qualquer outra atividade que tivesse de fazer fora do bairro. A foto tinha em seu centro um cadáver coberto por uma lona preta. O cenário era composto por policiais conversando e pessoas do bairro que observam da calçada. Na pista, só, estava o corpo sob a lona, iluminado pelas lâmpadas de um mercadinho, no qual já havia comprado refrigerantes e salgadinhos, e pela intensa luz vermelha das viaturas da Polícia Militar.

Esse espaço cotidiano, parte da minha vida, era também um espaço de morte, de morte de pessoas sem importância, de morte de pessoas à margem, porque, além das suas próprias famílias, não se lamenta as mortes das pessoas das periferias, não há comoção pública em torno delas. Um sentimento que me acompanhou desde que comecei a estudar as notícias sobre as chacinas me atingiu em cheio: dentre todas essas mortes, quer das chacinas quer não, uma delas poderia ter sido a minha, pelo simples fato de morar ali na periferia, de ser um jovem negro que poderia ser abordado por esses atiradores e ser morto a qualquer hora, nesse ou em qualquer outro bairro periférico.

Por isso, por essas mortes e esses casos de chacina serem algo tão indefinível no seu horror cotidiano, que se manifesta nos fragmentos de tantos relatos, a escrita desse trabalho se tornou um esforço enorme, porque me assombrava uma impotência diante da chacina que estudo como acontecimento, uma sensação de que não teria o que dizer, de que não saberia como dizer. O trabalho pôde ser feito e percebi que tinha algo a dizer a respeito.

Mas não sem chegar ao fim deste pequeno prólogo com algumas lágrimas nos olhos, diante da angústia de saber como tanta gente segue perdendo a vida dessa forma tão brutal pela ação de esquadrões da morte que matam – a esmo ou não – nesses lugares por onde andei, por onde vivi. A vontade de falar sobre as chacinas, de reconhecer o quanto isso não é algo a se normalizar, é também a vontade de fazer algo mais dessa angústia, de ir além dela. Esse tom aqui adotado talvez não caiba nem reverbere de todo nas páginas a seguir, nas quais passo a me utilizar da prosa acadêmica como forma de abordar a configuração de um acontecimento violento, mas é ele que está na ordem das motivações profundas que me impeliram a olhar para as chacinas, em primeiro lugar, e para o que se faz delas nos movimentos mesmos de contá-las.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho no qual buscamos entender uma chacina urbana como acontecimento é resultado de um percurso de pesquisa que teve como ponto de partida a Iniciação Científica, durante a qual vínhamos estudando as relações entre mídia e violência, com especial atenção para as mortes violentas e os sentidos presentes na sua inscrição em narrativas jornalísticas (FERREIRA JUNIOR, 2015; FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2016a; FERREIRA JUNIOR; MENEZES, 2014). À época, olhando para os cadernos policiais dos impressos paraenses, pensávamos justamente no lugar assinalado às mortes nas periferias da cidade, de cujas vítimas não se mostravam os rostos vivos, somente seus corpos feridos, dilacerados, marcados, com sua morte apresentada a partir de uma leitura como “alívio” pela reiteração da ideia de que eram criminosos, usuários de drogas, etc. De modo a não adotar uma perspectiva excessivamente marcada por lugares comuns em torno da discussão sobre mídia e violência – a partir de ideias como sensacionalismo, espetacularização, banalização –, fizemos recursos a alguns operadores conceituais como chave para tornar mais complexa a perspectiva em torno do tema. Daí termos partido nesses escritos iniciais da imbricação entre os conceitos de narrativa jornalística e representações sociais (COSTA et al., 2017; FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2016a, 2016b).

Após reflexões, contatos e diálogos acadêmicos, nossa percepção do próprio fenômeno passou a estar interessada de modo mais enfático nos processos de mediação, nas nuances presentes no narrar e em compreender essa violência não a partir de um lugar canônico, que fosse exclusivamente informado por discussões correntes no âmbito das Ciências Sociais ou daquilo que é assinalado como dimensão “objetiva” da violência – ao modo de uma discussão sociológica em torno de estatísticas, causas sociais e mesmo a consideração da violência como um dado reificado. A partir disso, passamos de uma tentativa de olhar apenas os cadernos policiais para dar atenção às chacinas em Belém, que emergiam junto às narrativas jornalísticas como um acontecimento em vários fragmentos dos jornais, em diversos dias, sendo parte do domínio temático da violência urbana e algo que demandava questões complexas a partir de um ponto de vista preocupado tanto com como as mídias jornalísticas as apresentavam como casos quanto com a natureza das operações exercidas pelo jornalismo sobre elas de modo a “fazê-las” acontecimento. A intensa cobertura, a presença de controvérsias, contradições entre instituições, questionamentos vindos de dentro e de fora dos textos jornalísticos, foram todos elementos que nos instigaram a olhar para como essa ordem de ocorrência violenta figurava no espaço midiático.

Foi o processo próprio de emergência a partir das páginas dos jornais paraenses que nos impeliu a entender narrativas sobre chacinas em uma relação que não é transparente ou sem mediações com o social, mas de atravessamentos, de ligações difusas, de processos de dar a ver fissuras no trabalho narrativo sobre esses acontecimentos violentos e na sua alocação de problemas ou de conflitos públicos, marcadamente porque podemos considerar que “os acontecimentos são elementos centrais na compreensão das narrativas e as mídias estão permanentemente lidando com eles, seja quando os narra, seja quando participa, inclusive pelo gesto narrativo, da dialética agir-sofrer o acontecimento”(CARVALHO, 2016, p. 270). Dessa forma, voltamo-nos para esse tipo de acontecimento violento a partir de sua configuração, do processo que envolve a sua narração e a produção de uma inteligibilidade por meio da história que é contada e dos elementos que são organizados por meio de uma intriga, um enredamento, atividade que é indissociável de uma dimensão narrativa do jornalismo (CAL; LAGE, 2015; CARVALHO, 2013, 2016; CARVALHO; LAGE, 2014; LAGE, 2013a, 2013b, 2018; LEAL, 2013a, 2013b; MOTTA, 2013) e de como ele atua na produção de descrições, identificações e na qualificação das consequências dos acontecimentos por meio dessa atividade configuradora (ARQUEMBOURG, 2005; BABO-LANÇA, 2006, 2012; BARTHÉLÉMY, 1992; BARTHÉLÉMY; QUÉRÉ, 1991; NEVEU; QUÉRÉ, 1997; QUÉRÉ, 1997a, 1997b, 2005, 2011; WAGNER-PACIFICI, 2010, 2017).

Como acontecimento que implica cobertura jornalística, as chacinas também fazem parte de um repertório dos saberes e de categorização de ocorrências relacionados à violência urbana no Brasil, com casos célebres como as chacinas da Candelária e de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, ambas em 1993 (RAMOS; PAIVA, 2007). No estado do Pará, houve diversos casos desde a década de 1990: a chacina do Tapanã, em 1994; a chacina do Paar, em 1995; a chacina de Icoaraci, em 2011; a chacina de Belém, em 2014; a chacina da Região Metropolitana de Belém (RMB)¹ e a chacina da Condor, em 2017; a nova chacina do Tapanã, em 2018; e a chacina da Cabanagem, em 2019. Geralmente são perpetradas por grupos identificados como milícias, esquadrões da morte ou grupos de extermínio, que cometem esses assassinatos em massa em represália à morte de policiais e membros das milícias, tendo como alvo populações

¹ A Região Metropolitana de Belém (RMB) é composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal. A população estimada desses municípios em 2018 era: 1.485.732, em Belém; 525.566, em Ananindeua; 198.294, em Castanhal; 129.321, em Marituba; 61.689, em Benevides; 69.746, em Santa Izabel do Pará; e 20.704 em Santa Bárbara do Pará (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018). Apesar de o município de Castanhal ser densamente populado e os de Santa Bárbara e Santa Izabel estarem no limite geográfico com Benevides, sempre quando se fala de Região Metropolitana de Belém na cobertura jornalística, é comum se estar referindo, além de à capital, somente aos municípios de Ananindeua, Marituba e Benevides.

negras e pobres de áreas periféricas (SCHEPER-HUGHES, 2015; SILVA, 2014; SMITH, 2016). Em Belém, da mesma forma que em outros lugares, esses grupos são formados por agentes ligados a órgãos de segurança pública, marcadamente Polícias Militar e Civil, e sempre que ocorrem novas chacinas, os órgãos desse âmbito tentam negar ou se recusam a reconhecer a presença de seus oficiais em tais práticas (COUTO, 2015, 2018).

À época da elaboração do projeto da dissertação, no primeiro semestre de 2018, havíamos pensado em trabalhar com as matérias jornalísticas dos jornais *Diário do Pará* e *O Liberal* sobre as duas chacinas mais recentes, a da Região Metropolitana e do bairro da Condor, a partir das quais pudemos efetuar leituras preliminares sobre como era possível pensar em problemáticas relacionadas à narrativização da chacina e das mortes que eram parte de cada caso, algo que nos inquietou até o momento da qualificação. Com uma leitura mais atenta da empiria e de uma modulação do olhar a partir dos referenciais sobre acontecimento, percebemos ser bastante produtivo olhar para o trabalho narrativo do jornalismo e das maneiras como essas mídias jornalísticas se apropriavam desses acontecimentos violentos para formular uma história para eles, para articular um conjunto mais ou menos dispersos de ocorrências em uma trajetória coerente e inteligível, que se dá ao longo de uma cobertura.

Com isso, optamos por nos deter apenas sobre a chacina da Região Metropolitana de Belém, pela grande quantidade de matérias publicadas em ambos os jornais e pelo conjunto de elementos que já era possível perceber mesmo antes da realização da análise, a exemplo da maneira como a cobertura se dedicava a identificar as mortes que fizeram eclodir a chacina e, nos dias posteriores, como tratavam do quadro institucional de explicação do acontecimento, da versão oficial do governo do Pará, responsável pela pasta de segurança pública, ou das versões apresentadas por agentes sociais e políticos de diferentes origens. Dessa forma, a configuração desse acontecimento nas narrativas jornalísticas se situa como nossa principal preocupação em razão de esse acontecimento não só galgar ao estatuto de visível por meio dessas narrativas, mas também por se manter como objeto de uma operação do jornalismo no momento em que este o vincula a desdobramentos, a uma trajetória de ações e eventos que em, última instância, constituem tal acontecimento. Disso decorre então a questão de nossa pesquisa: como a chacina da Região Metropolitana de Belém é configurada como acontecimento nas narrativas jornalísticas de *Diário do Pará* e *O Liberal*?

Esse processo não se dá sem tensões ou tensionamentos possíveis, sobretudo, porque o jornalismo não é tanto um espectador que registra, quanto é um dos agentes que interfere nos acontecimentos no momento mesmo em que elabora seus projetos narrativos e formula tessituras que abarcam relações causais, motivos, intenções e contextos de ocorrência. Além

disso, a própria mobilização de outros agentes é tributária dessa emergência das chacinas no espaço midiático, a exemplo de quando instituições políticas se veem impelidas a explicar seu papel ou providências político-institucionais, ou ainda quando outros agentes vêm à cena pública contestar essas instituições – movimentos todos que também fazem seu caminho às narrativas jornalísticas. Assim, diante do objetivo geral de compreender a configuração da chacina como acontecimento nessas narrativas jornalísticas, temos como desdobramento os seguintes objetivos específicos: a) entender o papel das narrativas na configuração acontecimental da chacina da RMB; b) identificar o contexto de emergência desse acontecimento e os campos problemáticos relacionados a ele; c) analisar as narrativas dos jornais por meio da história narrada e dos seus episódios.

Uma incursão às narrativas do jornalismo impresso paraense é capaz de nos fazer compreender a maneira como essa cobertura se transformou ao longo dos anos e estabelecer os marcos dentro dos quais realizamos este estudo. Em uma leitura da edição de 5 de julho de 1984 do jornal *Diário do Pará*, vemos a história sobre a descoberta de dois corpos, com várias perfurações por bala e as mãos decepadas, no hoje bairro do 40 horas, município de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém. É uma matéria que ocupa toda a página do impresso, com muitas fotos em preto e branco dos corpos sem vida, de seus rostos ensanguentados, dos detalhes dos ferimentos. Intitulada *O massacre do 40 horas*, a matéria percorre aspectos como as circunstâncias em que um morador achou os cadáveres, os disparos ouvidos ao redor do local, a dúvida sobre serem devedores do tráfico ou vítimas de assaltantes e a inexistência de pistas sobre os seus assassinos (O MASSACRE..., 1984).

No centro da cena dessa narrativa estão os mortos e seus matadores, como o jornal os identifica – inclusive com a sua identificação sendo apresentada como questão a resolver. Chama-nos atenção nesse caso a denominação que o jornal dá, pois além de *massacre*, também é usado o termo *chacina*, de fato se referindo ao caso nas edições dos dias seguintes como chacina do Coqueiro ou chacina do 40 Horas. Nessa cobertura, o termo *chacina* se refere de modo evidente à brutalidade do assassinato, ao fato de ser uma “fria execução”, à carnificina envolvida nessas mortes, a sua caracterização como uma situação chocante.

Trinta anos depois, *chacina* volta a aparecer na cobertura do mesmo jornal, em referência ao caso de assassinatos cometidos por policiais militares nos dias 4 e 5 de novembro de 2014, quando realizaram operação na periferia de Belém, após a morte do cabo reformado Antonio Marco da Silva Figueiredo, conhecido como Pet, membro da Ronda Tática Metropolitana (Rotam), grupo de elite da Polícia Militar. Na matéria *Morte de policial gera*

onda de violência, que anuncia o caso, fala-se de uma onda de violência e da coincidência entre os assassinatos e a incursão dos PMs.

Há fotografias do policial morto portando uma arma, ao lado de uma fotografia tremida que mostra o seu corpo, além de quatro outras fotos dos corpos de homens assassinados na ocasião – três estão cobertos por lençóis e um está dentro de um carro, todos com poças ou manchas de sangue ao seu redor (MORTE..., 2014). O termo chacina somente passa a ser usado nos dias seguintes, agora se referindo não apenas a um caso de mortes que rende uma história folhetinesca, mas a uma espécie de problema público, que envolve instituições da segurança pública, agentes da esfera política, disputas de sentido nas próprias mídias jornalísticas e para além dela, na própria vida cotidiana.

Mais do que uma mera mudança ou adaptação de acepção, vemos uma transformação que dá conta de processos sociais e políticos específicos que vêm à cena no contexto da chacina, em cujo anúncio o jornalismo tem um papel bastante relevante. Falar de transformação poderia até parecer algo contraditório, na medida em que não é novo o fato de pessoas serem mortas na periferia de Belém ou de qualquer cidade brasileira, nem o termo chacina é inédito para designar tal ordem de mortes. No entanto, a maneira como se fala de chacina hoje é tributária de diversos processos, que não só a brutalidade e crueldade das mortes, ou a quantidade de mortos, ou a sua localização. Antes, as chacinas são acontecimentos que emergem em interface com um pano de fundo social, histórico e político, configurados e qualificados por meio de sua identificação e das descrições de que são objeto em espaços institucionais, na vida cotidiana e, como vimos argumentando, nas narrativas das mídias.

Além disso, a partir desses marcadores, *chacina* é uma ordem de acontecimento também muito específica que não é algo que aconteceu uma vez, mas que tem “voltado a acontecer”, na medida em que novas situações de assassinatos em massa acabam sendo categorizadas sob esse nome. Especificamente após a grande repercussão das mortes de outubro de 2014, houve a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada por deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), que ficou conhecida como CPI das Milícias, com a comprovação da ação de grupos de extermínio não só nessa, mas em diversas outras chacinas que ocorreram no estado (PARÁ, 2015). Depois de 2014, outras chacinas voltaram a ocorrer, algumas com mais repercussões do que outras – além das tantas outras mortes que ocorrem nas periferias sem que sejam identificadas como chacina. Daí decorrendo então a importância de tentar compreender como as chacinas têm esse estatuto de acontecimento, com ênfase nas narrativas jornalísticas produzidas a respeito delas, entendidas não somente como as histórias que se conta a respeito, mas como próprios constituidores dessa sua dimensão acontecimental.

Dessa forma, em janeiro de 2017, quando outra chacina voltava a acontecer, pudemos ver mais um cortejo de corpos, próximos não pela sua localização geográfica, mas pela sua disposição nas páginas dos cadernos policiais dos jornais *Diário do Pará* e *O Liberal*, em edições do dia 21. Há vários corpos mortos sobre o chão, que aparecem de diversas formas. Em maior evidência, podemos ver um cadáver coberto pelo que parece ser uma grossa coberta, apenas com o braço para fora, tão coberto de sangue quanto sua mão, mesmo sangue seco que está ao redor do seu corpo. Entre os outros, há alguns também cobertos, outros sendo observados por moradores ou por policiais, outros sendo removidos por peritos criminais.

A capa do caderno de *Diário* anuncia *Matança em Belém: sexta feira sangrenta*, em seguida apresentando a contagem dos corpos, informando: “Ao todo, entre os primeiros instantes da madrugada e as 22h de ontem, 16 pessoas foram assassinadas, sendo 14 delas após um soldado PM ser morto” (DIÁRIO DO PARÁ, 2017a, p. 1, Polícia). Em *O Liberal*, os corpos estão todos distribuídos nas páginas do jornal após os títulos que anunciam *Soldado morto a tiros* e *Após a morte do PM, vários homicídios são registrados na Grande Belém* (O LIBERAL, 2017a, p. 4, Polícia). Ainda que com cenas mais explícitas em *Diário*, com mais sangue e detalhes dos cadáveres, e mais discretas em *O Liberal*, com fotografias menores e os corpos à maior distância, o mesmo cenário é projetado, cenário de corpos ocupando o centro das páginas, que dá conta dos vários mortos nos dias 20 e 21 de janeiro de 2017.

Assim, além dessa transformação, vemos como começa aquilo que pode ser entendido como o primeiro “episódio” da chacina da Região Metropolitana de Belém (RMB), que diz respeito à série de assassinatos na periferia da RMB, após a morte de um outro policial militar, também da Rotam/PM. Ela passa a ser identificada como *chacina*, configurando-se como acontecimento por esta identificação, englobando uma cadeia de reações que é consequência dessas mortes – instituições se mobilizam, agentes sociais vêm a público, com toda a situação da série de assassinatos sendo alvo de explicações e de um trabalho de dar sentido aos elementos desse acontecimento. Nesse processo, o próprio jornalismo figura como um dos agentes que busca dar forma, caracterizar e interpretar o acontecimento, ao mesmo tempo em que as narrativas tecidas nas mídias jornalísticas são o espaço de disputa de sentidos sobre o que aconteceu, sobre antecedentes, sobre responsabilidades, tanto quanto sobre as visões de mundo que motivam e governam as ações e os sentidos do acontecimento.

As matérias selecionadas compreendem o período de 21 de janeiro a 3 de fevereiro de 2017, em *Diário do Pará*, com 25 matérias; e 21 a 25 de janeiro de 2017, em *O Liberal*, com 12 matérias; em ambos os jornais, as matérias estão publicadas nos cadernos de polícia e de cidades. Fazemos recurso a essa cobertura na medida em que cremos ser possível compreender

a maneira como um estatuto de acontecimento é inscrito à chacina da RMB por meio da sua configuração narrativa. Há um desenrolar que necessariamente revolve em torno da constituição de novos episódios que se alimentam de ou impactam no sentido de lhes antecedeu, ao mesmo tempo em que configuram o acontecimento. Nossa metodologia consiste na análise das narrativas dos jornais a partir da trajetória do acontecimento, marcadamente por meio da ideia de *percurso acontecimental* (BABO-LANÇA, 2006; BARTHÉLÉMY; QUÉRÉ, 1991) e de *cenar do acontecimento* (BARTHÉLÉMY; QUÉRÉ, 1991; MOUILLAUD, 2012; WAGNER-PACIFICI, 2010) para dar conta de como essa trajetória se perfaz nas narrativas jornalísticas, remontando ainda às cadeias de ações e dos sentidos gestados para a chacina em todo o decorrer dessa cobertura.

Em nosso primeiro capítulo, apresentamos um panorama teórico-conceitual em torno do acontecimento a fim de estabelecer os marcos de compreensão que acompanham o desenvolvimento de nossa visada, assim como para informar o domínio de reflexão que nos permite falar das chacinas como acontecimento. Apresentamos teorias do acontecimento, passando por desenvolvimentos na História, na Sociologia, na Filosofia e na Comunicação, assim como percorremos um conjunto de formulações que apresentam acontecimento e narrativa como conceitos interligados, com ênfase na *mise en intrigue* na configuração narrativa dos acontecimentos. Abordamos como no campo da Comunicação essa perspectiva tem sido adotada a partir de estudos sobre narrativas jornalísticas. Apresentamos, por fim, a maneira como vemos o jornalismo atuar na configuração das narrativas sobre a chacina, articulando também uma síntese com aspectos das teorias apresentadas.

Em nosso segundo capítulo, realizamos uma incursão mais direta à constituição da chacina como caso a partir de um cenário que envolve as próprias ocorrências, mas também agentes sociais e políticos que vêm a público para tentar definir o sentido da chacina. Abordamos o contexto social das chacinas em Belém, as condições de identificação da chacina como problema público ainda dentro de teorizações sobre acontecimento, a maneira como esses agentes atuam em relação à chacina da RMB, e apontamos para um desdobramento do campo problemático que diz respeito a atravessamentos bio e necropolíticos em relação às vítimas.

Em nosso terceiro capítulo, apontamos o caminho metodológico que adotamos aqui, enfatizando a articulação de dois conceitos que julgamos relevantes para compreendermos a configuração desse acontecimento violento nas narrativas jornalísticas. O primeiro é o de percurso acontecimental, que consiste na indicação da trajetória do acontecimento a partir dos eventos que são agenciados pela intriga e definidos em termos de suas consequências e seus desenvolvimentos. O segundo é o de cenar do acontecimento que permitem analisar as “partes”

ou “episódios” de que é feito o acontecimento, que são bastante relevantes para vermos como as narrativas apresentam personagens, quadros típicos de ação e mesmo qualificam o desdobrar do acontecimento.

Em nosso quarto capítulo, realizamos a análise da cobertura de *Diário do Pará* e *O Liberal* e como se dá a configuração do acontecimento chacina em suas narrativas. Apresentamos o percurso acontecimental da chacina, conferindo destaque à emergência, à identificação, à produção de uma descrição e definição de suas consequências, assim como as cenas do acontecimento a partir do sentido dado aos conjuntos de ações e desenvolvimentos que os jornais assinalam. Com isso, apontamos para como a configuração do acontecimento nos remete à possibilidade de diferentes sentidos e apreensões para essa chacina, com ênfase na tematização da chacina a partir de um pano de fundo político-institucional, demarcando o jornalismo como um dos agentes que também se apropria do acontecimento em meio a tensões, conflitos e divergências que se processam nas narrativas jornalísticas.

2 CONFIGURAÇÃO DO ACONTECIMENTO EM NARRATIVAS

Neste capítulo, abordaremos diferentes aspectos de teorias do acontecimento, propondo uma síntese de perspectivas com origens bastante diversas e como nos ajudam a compreender seu estatuto contemporâneo. Passamos também à relação entre acontecimento e narrativa, identificada na literatura como forma de inscrevê-los na experiência e no mundo social, na medida em que os descrevem, identificam e explicam. Abordamos ainda a maneira como o campo da Comunicação tem-se apropriado do acontecimento como enquadramento teórico-metodológico para então demarcarmos aquilo que vem a configurar o acontecimento chacina como tal. O trajeto percorrido está baseado na necessidade de alinhavar pressupostos teórico-metodológicos para nossa investigação sobre a configuração do acontecimento violento em narrativas jornalísticas.

2.1 Perspectivas teóricas como ponto de partida

Diante da necessidade de assinalar perspectivas em torno do acontecimento, deparamo-nos com um desafio bastante acentuado, pois as próprias teorizações sobre acontecimento não são homogêneas ou partem de uma paisagem epistemológica harmônica. Talvez nos caiba aqui tomar as partes desse intrincado corpo de proposições a fim de construir um mosaico que, em seus detalhes e sua totalidade, permita-nos ver do que se trata aquilo que entendemos como acontecimento.

Assim, o primeiro aspecto a demarcar é que o estudo dos acontecimentos – que o toma como conceito ou categoria analítica – tem raízes em certas proposições da História e da Filosofia que alocam acontecimentos históricos ou ficcionais e a sua feitura no primado de suas preocupações (DOSSE, 2015; NORA, 1995; WHITE, 1981; RICOEUR, 1980, 2010, 2016). Há ainda perspectivas que, concomitantemente a essas e por vezes tomando-as por base, abordam o acontecimento a partir da Sociologia (BABO-LANÇA, 2006; BARTHÉLÉMY, 1992; BARTHÉLÉMY; QUÉRÉ, 1991; BORISENKOVA, 2010; NEVEU; QUÉRÉ, 1997; QUÉRÉ, 1997b, 1997a; WAGNER-PACIFICI, 2010, 2017). Além dos próprios desenvolvimentos a partir do campo da Comunicação, com os quais mantemos um diálogo estreito na escrita desta pesquisa.

Essa divisão disciplinar, no entanto, não é uma prerrogativa para a aproximação ao estudo dos acontecimentos, na medida em que há bastantes interseções entre suas preocupações, dizendo muito mais do pertencimento e da origem de cada uma dessas reflexões do que dos

limites para sua apropriação. Os próprios teóricos do acontecimento defendem que abordá-lo a partir de uma perspectiva una e com base em constrangimentos disciplinares não é suficiente para dar conta da tarefa que uma incursão a eles representa (DOSSE, 2015; WAGNER-PACIFICI, 2017). Trata-se de algo que pretendemos evidenciar ao longo desta seção, da mesma forma que delineamos posteriormente como, a partir da Comunicação, o conceito adquire importância do ponto de vista teórico e mesmo metodológico.

Assim, um importante ponto de partida a adotar aqui é aquele que faz dos acontecimentos uma problemática em interface com a História e a historiografia. Tal opção demanda a menção à discussão sobre o “retorno do acontecimento” realizada por Nora (1995), quando assinala uma transformação no estatuto dos acontecimentos históricos do presente, que teriam saído da tutela dos historiadores e passado a fazer parte do monopólio dos *mass media*, que se transformam no agente a fazer dos acontecimentos presentes e constituem a sua condição de existência. No bojo dessas transformações, alguns aspectos a considerar são o fato de a importância do acontecimento residir naquilo que revela ou que provoca, na abertura que ele possibilita a partir de suas consequências. Ao ser tomado pelas mídias, então, o seu caráter imediato é também o que implica a sua especificidade enquanto acontecimento moderno e os desafios que ocasiona, principalmente quando se considera que é também imediata a necessidade de dar sentido a eles. Juntamente a isso, Nora afirma que

A publicidade dá forma à sua própria produção. Acontecimentos capitais podem ter lugar sem que se fale deles. É o fato de apreendê-los respectivamente [...] que os constitui como acontecimento. O fato de terem acontecido não os torna históricos. Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido (NORA, 1995, p. 181).

Está no cerne dessa proposição a ideia de que o acontecimento não só é a forma privilegiada de compreender aquilo que é constitutivo do presente, quanto de que as mídias têm um papel inegável e incontornável em fazer saber sobre e apresentar os próprios acontecimentos quando são desenvolvidos em uma cena pública. Ao mesmo tempo, Nora propõe essa perspectiva que nos permite falar de acontecimento social em conjunção com a projeção de formas midiáticas, porém, trata-se de um ponto de vista que requer uma necessária complementação que tenha a ver com aspectos como a forma como os acontecimentos são descritos, os processos sociais e de constituição de seu sentido, e mesmo das ambivalências que possa haver nas relações entre acontecimento e mídias.

Diante disso, um ponto de entrada possível está no processo que Babo-Lança (2006) identifica como recepção pública do acontecimento social, cujas definições e ações

constitutivas emergem nessa interface com as mídias. Para a autora, existem pelo menos dois níveis nessa recepção pública: “1. o modo como é recebido e as ações de resposta que desencadeia [...]; 2. a maneira como é designado descrito, categorizado, compreendido e narrado” (BABO-LANÇA, 2006, p. 87). O primeiro consiste justamente nas ações que se dão como desdobramento do acontecimento, suas consequências, as reações ao que se está disputando, portanto, uma teia de ações práticas da vida social da qual participam agentes e instituições sociais, com demarcadores espaciotemporais, em um contexto identificável e atrelado a uma trajetória em curso. O segundo diz respeito ao sentido que o acontecimento adquire na vida social, abarcando a sua própria identificação, a elaboração de uma textura causal, as explicações e, como síntese disso tudo, a narrativa que se constitui para tal complexo de ações que compõem o acontecimento.

Ambos são parte do que Babo-Lança chama de percurso eventivo², que engloba termos factuais – do próprio curso de eventos – e analíticos – aquilo que é proposto no processo de investigação. Considerando que tal noção será desenvolvida com mais detalhes em nossa seção metodológica, cumpre aqui estabelecer que todo esse aspecto da recepção pública se desdobra em uma tentativa de dar sentido ao que acontece, de acompanhar a transformação de estados, de inscrever sob um determinado registro, até mesmo de uma tentativa de domesticar os acontecimentos, na medida em que se inventariam as suas causas, as interfaces e o que ele representa dentro do contexto em que se dá e ao qual afeta. A esse respeito, é bastante relevante a síntese proposta pela própria Babo-Lança (2012):

O acontecimento contingente é associado a outros acontecimentos, a causas, a razões e a motivos no caso das “ações feitas”, é comparado com outros acontecimentos do mesmo tipo ou é colocado em relação a uma ordem social, sendo a sua contingência reduzida pela sua inscrição num contexto causal, com a abertura de condições ou possibilidades de ocorrência. Isto constitui uma operação de normalização ou um processo de normalização do acontecimento, em que um “valor de normalidade” lhe é atribuído pela redução da sua contingência. Esta operação de normalização inscreve o acontecimento social numa textura causal ou teleológica a qual, mais do que coordenadas espacio-temporais, permite identificá-lo (o esquema causal serve não só para descrever o acontecimento mas também para o identificar [...]). As relações causais individualizam os acontecimentos, distinguindo-os de outros (BABO-LANÇA, 2012, p. 16–17).

A esse respeito, é interessante depreender que o acontecimento social é uma entidade que faz com que se imbriquem ambas as dimensões da ação e da narração, implicados no cerne

² A que nos referiremos como *percurso acontecimental* a partir das contribuições de Babo-Lança (2006), Barthélémy e Quéré (1991), na elaboração do aparato teórico-metodológico da pesquisa.

desse trabalho ou operação de que nos fala Babo-Lança. Trata-se de algo que nos conduz desde já para uma postura que não pode descurar da relação entre processos sociais – a ação dos agentes sociais e políticos, por exemplo – e a narrativa do acontecimento – cujo lugar privilegiado de constituição são as mídias e o jornalismo. Compreende-se que ambos os domínios estão em imbricação, com uma relação de determinação recíproca quer no próprio percurso do acontecimento quer naquilo que esse percurso passa a significar para a identidade daquele. Isso implica dizer que não existe um acontecimento em andamento e um acontecimento midiático em paralelo como duas entidades separadas, com claras fronteiras, em que um é o acontecimento em seu estado puro e o outro uma construção sobre ele.

Quéré (2005) situa justamente o acontecimento em relação a operações de organização da experiência, decorrentes do fato de os acontecimentos se perfazerem na vida social. De acordo com ele, tanto na experiência individual quanto na coletiva é possível falar de acontecimentos que nos afetam e configuram quadros de interação em razão das suas qualidades. Dessa forma, o acontecimento pode se constituir a partir de duas modalidades de experiência – enquanto fato do mundo e enquanto fenômeno de ordem hermenêutica. Segundo o autor, não se trata de perceber o acontecimento “que acontece” como um ente fenomenológico de todo independente, mas de pensar que o acontecimento “acontece a” alguém ou a uma comunidade, assim como essa sua dimensão de fato do mundo é decorrente da “passibilidade”, conceito que cunha para expressar o fato de podermos ser afetados pelos acontecimentos, integrando-os à experiência. Desse modo, se o acontecimento possui um “poder hermenêutico”, que é revelador sobre as condições e as situações que o constituem, é por se dar na intersecção com a experiência. Sobre essas duas dimensões, explica-as da seguinte forma:

Podem distinguir-se duas modalidades de experiência dos acontecimentos, não dissociadas, contudo, na vida real. [...] Eis duas perspectivas distintas que, na maior parte das vezes, se combinam concretamente. Quando um acontecimento se produz, *tratamo-lo como um facto no mundo*, situável no tempo e no espaço. *Identificamo-lo através da sua descrição*. Descrevemo-lo especificando as suas circunstâncias (especificação que pode ser resumida ou alargada). Tentaremos explicá-lo pela trama causal que o provocou, dar-lhe um sentido em função de um contexto prévio que o torne compreensível, socializar a surpresa que ele constitui atribuindo-lhe «valores de normalidade» (tipicidade, comparabilidade com acontecimento passados similares, previsibilidade à luz das possibilidades do contexto, necessidade de ocorrência, etc.) (QUÉRÉ, 2005, p. 66, grifo nosso).

A referência de Quéré e Babo-Lança aos valores de normalidade do acontecimento dá conta justamente dessa cisão entre acontecimento que acontece e acontecimento que é descrito, pois na medida em que acontece há um intenso processo social de identificação, descrição da

situação e oferta de interpretações a respeito dela. Note-se, entretanto, que a ideia de recepção pública a que se refere Babo-Lança – e do que gravita em torno do poder hermenêutico do acontecimento em Quéré – é também de sua constituição pública, na medida em que é “ao nível de uma recepção *elaborante* (na recepção há uma interpretação e uma apropriação ativas) que a probabilidade ou improbabilidade do acontecimento se fará notar, por um valor de normalidade que lhe poderá ser atribuído” (BABO-LANÇA, 2012, p. 16, grifo da autora). É, portanto, um quadro similar àquilo que Dosse (2015) e Neveu e Quéré (1997) identificam como “constituição simbólica do acontecimento”.

A seu modo, Dosse (2015) também advoga por essa perspectiva, que privilegia uma nuançada interseção entre ambos, o domínio do acontecimento e de sua descrição. Conforme Dosse, em razão da sua natureza histórica, o acontecimento é parte de um processo tanto de construção social quanto de caracterização também social de sua relevância, que ocorre “por meio de uma tentativa de reduzir a indeterminação do que acontece e de conferir determinada importância a ele como uma função do sistema de valores” (DOSSE, 2015, p. 41, tradução nossa). Para ele, se essa ideia dá conta de aspectos como a referência a lugares, instituições e pontos de ancoragem na sociedade, ela só se torna de fato pertinente quando dá conta da constituição simbólica do acontecimento, que consiste, sobretudo, nos processos de produção de sentido sobre ele, que se dão na sua duração e em seu próprio processo de emergência, assinalando a sua significância na vida social e tentando estabilizar uma identidade para o acontecimento, ainda que não seja possível saturá-la – quer por causa da abertura a novas interpretações quer pela própria contingência das respostas às situações ocorridas. Essa reflexão nos conduz à sua ideia de que os traços “deixados” por ele são relevantes, na medida em que

Acontecimentos somente são detectáveis por meio de seus vestígios, discursivos ou não. Sem a menor intenção de reduzir a realidade histórica à dimensão da linguagem, ainda é possível dizer que a fixação do acontecimento, sua cristalização, é afetada quando ele é nomeado. Assim, se mantém de fato um relacionamento essencial entre linguagem e acontecimento, um relacionamento que hoje em dia é largamente levado em conta e problematizado pelas correntes da etnometodologia, do interacionismo e, definitivamente, da abordagem hermenêutica (DOSSE, 2015, p. 39, tradução nossa).

Para Neveu e Quéré (1997), que justamente adotam uma perspectiva hermenêutica, essa constituição simbólica abrange o mundo ao redor, as mudanças por que passa o acontecimento, as formas de produção de cenas e também de sentido, além da própria ação coletiva de o continuar produzindo e decifrando. Esse processo, no entanto, nem é autoevidente nem automático, resvalando justamente na forma como se processa essa tentativa de produzir uma

determinação para a contingência acontecimental, algo que na literatura sobre acontecimento pode se processar pela via da narrativa (ARQUEMBOURG, 2005; BABO-LANÇA, 2006; BARTHÉLÉMY, 1992; BARTHÉLÉMY; QUÉRÉ, 1991; BORISENKOVA, 2010; DOSSE, 2015; NEVEU; QUÉRÉ, 1997; QUÉRÉ, 1997a, 1997b; WAGNER-PACIFICI, 2010, 2017).

Antes, porém, de explorarmos mais a fundo as consequências dessa conjunção entre os conceitos de narrativa e acontecimento – que será objeto da próxima seção –, é relevante explorar ainda mais uma das características do acontecimento, de forma a delinear mesmo as bases e condições de apreensão do acontecimento. A esse respeito, é pertinente a formulação que Wagner-Pacifici (2010) faz para a “inquietude dos acontecimentos” – ou *restlessness of events*. Para ela, essa inquietude é tributária não só daquilo que o acontecimento é, mas das teias de relações e ações que há em torno dele e o que se faz com elas. Existe um trabalho de circulação do acontecimento que é indissociável de qualquer trabalho de definição que se opera sobre ele, na medida em que os lugares sociais de sua inscrição são também o de seus significados e das consequências a ele pertinentes. Isso envolve o trabalho de agentes não só no interior do acontecimento, como daqueles que o disputam, estando a eles vinculados, em contrapartida. Em razão desse trabalho e da ação, o acontecimento se define em uma variedade de formas e por uma multiplicidade de fluxos, que podem sugerir interpretações diversas e mesmo díspares para a situação configurada. Essa inquietude, portanto, é mesmo o que caracteriza a “vida” social dos acontecimentos, na medida em que são objeto de escrutínio e também apontam para o desenrolar de ações. Daí, então, fazemos eco a Wagner-Pacifici quando afirma que

Acontecimentos tomam forma. Gestos, declarações, mapas, documentos, trocas, imagens e símbolos são simultaneamente materiais concretos e os “hospedeiros” formais para a cadeia de ações que são identificadas como acontecimentos. É a própria mobilidade dos acontecimentos, a mudança de uma “hospedagem” para outra, que dá vida a eles e os mantém vivos (WAGNER-PACIFICI, 2010, p. 1357, tradução nossa).

Desse modo, é por conta desse “tomar forma” que buscamos lançar nosso olhar para as narrativas sobre chacinas. De fato prescindindo da caracterização da chacina como acontecimento exclusivamente midiático, nossa perspectiva vê nas narrativas um processo e um trabalho reflexivo com as dinâmicas do social. Se há uma tentativa de definir que tal evento é uma chacina, tal processo se dá em razão de um contexto, de uma teia de questões com as quais o próprio jornalismo e os demais agentes se deparam. A tentativa de narrar é justamente a de dar conta desses vestígios e dessa inquietude inerente ao seu descortinar. Por isso mesmo, podemos ainda concordar com Wagner-Pacifici, que vê nesses acontecimentos disfóricos –

relativos à violência ou que envolvem alguma espécie de tragédia e trauma – o ponto de investigação privilegiado para identificar as tensões que fazem do acontecimento algo inquieto, em efervescência quando se manifesta, mobilizador de agentes, de instituições, de saberes – que se entrecruzam e constituem um processo bastante específico em cada lugar que o “hospeda” para lhe tentar conferir sentido. Isso nos conduz justamente para as consequências da narratividade em torno do acontecimento, conforme apresentaremos abaixo.

2.2 Acontecimento nas tramas da narrativa

Na medida em que nos baseamos na ideia de identificação, descrição e mesmo desenrolar do acontecimento por meio de narrativas, fazemos recurso primeiramente ao conceito de composição da intriga ou *mise en intrigue*, oriundo da proposta hermenêutica de Paul Ricoeur (1980, 2010, 2016), que é relevante tanto na literatura sobre acontecimento (BARTHÉLÉMY, 1992; BARTHÉLÉMY; QUÉRÉ, 1991; BORISENKOVA, 2010; DOSSE, 2015; NEVEU; QUÉRÉ, 1997; QUÉRÉ, 1997a, 1997b; WHITE, 1981) quanto naquela sobre narrativas jornalísticas (CARVALHO, 2012, 2013; CARVALHO; LAGE, 2012a, 2014; DIAS, 2011; LAGE, 2013a, 2013b, 2018; MATHEUS, 2011; MOTTA, 2013). Sem a pretensão de dar conta de todo o seu projeto hermenêutico, buscamos dar ênfase aos conceitos de intriga e composição da intriga para entendermos o papel da narrativa na configuração dos acontecimentos, já que essa incursão conceitual fornece base para entendermos tanto a gestão social dos sentidos do acontecimento quanto o trabalho que é realizado nas narrativas do jornalismo.

Dessa forma, cumpre demarcar que a composição da intriga emerge da preocupação de Paul Ricoeur entre as relações entre narratividade e temporalidade, cujo ápice está no seu *Tempo e Narrativa* (2010). Em tal obra, discute a relação entre o caráter temporal da experiência humana e a atividade de narrar histórias, a respeito do que infere que o tempo só se torna tempo humano pela sua inscrição em uma ordem narrativa e que a narrativa só alcança seu significado pleno ao se ligar a essa dimensão temporal da experiência. Esse processo se dá justamente no que Ricoeur identifica como composição da intriga – a constituição narrativa na qual se realiza uma síntese do heterogêneo que agencia acontecimentos em uma totalidade significativa. Nessa perspectiva, a composição da intriga opera uma mediação entre um mundo prefigurado – ou da ação – e um mundo refigurado – ou do leitor –, constituindo um arco hermenêutico que abarca aspectos da experiência histórica e social (RICOEUR, 2010).

Esse arco, portanto, é aquele da tríplice *mimesis*, que visa não somente à compreensão da configuração de mundo na narrativa (*mimesis* II, ela mesma a composição da intriga), mas à sua articulação com o mundo prefigurado da prática e da ação (*mimesis* I) e o mundo refigurado pela leitura da obra (*mimesis* III), considerados como o antes e depois do texto. É o próprio filósofo quem situa que

é tarefa da hermenêutica reconstituir o conjunto de operações pelas quais uma obra se destaca do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada por um autor a um leitor que a recebe e assim muda seu agir. [...] preocupa-se em reconstruir todo o arco das operações mediante as quais a experiência prática dá a si mesma obras, autores e leitores. [...] A questão é portanto o processo concreto pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua refiguração pela recepção da obra (RICOEUR, 2010, p. 94-95).

Esse arco de operações tem consequências para se pensar os acontecimentos sociais, já que alinhava essa relação entre o mundo socio-histórico e as possibilidades de leitura, com a mediação desse ato configurante que constitui a narrativa. A *mise en intrigue* é um dos momentos centrais na mediação das narrativas, segundo a proposta ricoeuriana, pois é por meio dela que, no texto, se dá forma ao mundo, já que “ela ‘toma juntamente’ e integra numa história inteira e completa os acontecimentos múltiplos e dispersos e, assim, esquematiza a significação inteligível vinculada à narrativa tomada como um todo” (RICOEUR, 2010, p. 2), sendo a “a totalidade inteligível o que governa a sucessão de acontecimentos em qualquer história” (RICOEUR, 1980, p. 167, tradução nossa).

Em Ricoeur, a composição da intriga é um ato configurante que caracteriza a história como feita de acontecimentos e transforma os acontecimentos em histórias, articulando por excelência o processo de extração de configuração de uma sucessão. Ou seja, procede-se nessa *mise en intrigue* uma operação de configuração, por meio da qual os estados sucessivos e os acontecimentos postos em sequência transformam-se em uma totalidade significativa, inteligivelmente arranjada. Resulta daí a relevância do acontecimento em sua perspectiva, que passa a ser entendido nessa constituição-relação com a história narrada. De forma que afirma que

[...] um acontecimento tem de ser mais que uma ocorrência singular. Recebe sua definição de sua contribuição para o desenvolvimento da intriga. Uma história, por outro lado, tem de ser mais que uma enumeração de acontecimentos numa ordem serial, tem de organizá-los numa totalidade inteligível, de modo tal que se possa sempre perguntar qual é o “tema” da história. Em suma, a composição da intriga é a operação que tira de uma simples sucessão uma configuração (RICOEUR, 2010, p. 114).

Além disso, a consideração da intriga como ato configurante e síntese do heterogêneo, de concordância do que é discordante, implica dizer que há uma cadeia de elementos “tomados juntamente” que não só os acontecimentos da narrativa, mas também aquilo de que esses acontecimentos são feitos, como as ações e seus sentidos, marcadamente porque “a composição da intriga *compõe juntos fatores tão heterogêneos* como agentes, objetivos, meios, interações, circunstâncias, resultados inesperados etc.” (RICOEUR, 2010, p. 114, grifo do autor). Na esteira dessa atividade de síntese, o autor também estabelece que a composição da intriga realiza a mediação entre a dimensão episódica e a dimensão configurante da narrativa, ambas relacionadas com a possibilidade de uma determinada história ser acompanhada. Essa dimensão episódica, de caráter cronológico, consiste tanto na expectativa de contingências que podem afetar o desenvolvimento da história quanto de que os episódios são séries abertas de acontecimentos que levantam questões sobre continuidade, resultados e conclusões; e a dimensão configurante é aquilo que constitui totalidades significativas a partir da sucessão de acontecimentos. Trata-se, portanto, de uma relação entre sequência e figura que é incontornável tanto para se poder narrar quanto para se poder acompanhar a narrativa (RICOEUR, 2010, 2016).

Dessa forma, a consequência consiste no fato de que “narrar e acompanhar uma história é já *refletir sobre acontecimentos* [*to reflect upon events*] com o objetivo de os englobar em totalidades sucessivas” (RICOEUR, 2016, p. 241, tradução nossa, grifo nosso). Processo que, por sua vez, remete-nos à dialética ricoeuriana do compreender e explicar, que está no cerne desse ato configurante, que “determina um primeiro nível de explicação, ‘explicação por composição da intriga’, no mesmo sentido que os acontecimentos começam a ser explicados quando eles são transformados em história pela composição” (RICOEUR, 2016, p. 254, tradução nossa). Dessa forma, a ideia da relação entre acontecimento e narrativa acima acionada nos impele para compreender esse princípio formativo das histórias em nossa experiência, ao mesmo tempo em que fornece recursos teórico-conceituais para entendermos essa ordem de fenômeno e suas implicações para a vida social, já que dá conta de uma complexa articulação da narrativa como prisma analítico e compreensivo, desancorando-a de uma tradição e procedimentos em torno de suas estruturas.

A esse respeito especificamente, é possível fazer recurso a White (1981), quando explana como é possível ir além de uma dimensão meramente “técnica” nas narrativas sobre os acontecimentos. Tratar-se-ia de uma forma de compreensão que produz sentido pela disposição de um caos virtual dos acontecimentos, caracterizados pela ação e agência humanas, em uma coerência formal. Mais ainda do que forma, diz-nos, seria um modo de dizer – *a manner of*

speaking. Portanto, assinala que “formas de história [*story forms*] não só nos permitem julgar a significação moral de projetos humanos, elas também fornecem os meios para que as julguemos, mesmo quando nós fingimos estar meramente descrevendo-as” (WHITE, 1981, p. 797, tradução nossa). Desse modo, ao mesmo tempo em que configura uma história, podemos ver na composição da intriga a imputação de sentidos sociais em torno dos acontecimentos, algo especialmente relevante no caso desses acontecimentos sociais que se manifestam no espaço midiático.

Em razão desse conjunto de proposições, é possível depreender que os acontecimentos sociais “são frequentemente compostos por uma multidão de diferentes acontecimentos, com diferentes extensões temporais, estando estes acontecimentos ligados por elos mais ou menos soltos ou entrelaçados em intrigas que se emaranham” (QUÉRÉ, 1997a, p. 427, tradução nossa). Desse modo, por meio do movimento de alinhavo por uma intriga, esses elementos heterogêneos emergem em uma unidade e totalidade inteligíveis, cujo liame permite que se compreenda o acontecimento nessa sua totalidade – o seu todo – e em sua composição – suas partes, que podem também ser outros acontecimentos, além dos agentes, das temporalidades e mesmo dos contextos nos quais é inscrito e que faz compreender.

Em razão disso e na esteira do processo mesmo que vimos apontando, quando ocorrem a identificação e a descrição de uma trajetória dos acontecimentos, ele “não é reduzido à sua emergência concreta em um dado espaço e tempo, nem à sua configuração pública pela mídia. [...] tal emergência estará relacionada com a narrativa e a intriga que ela opera” (QUÉRÉ, 1997a, p. 427, tradução nossa). Por isso, não é à ocorrência nem à cobertura midiática *per se* que se confere o estatuto de acontecimento, mas àquilo que vai surgir na sua narração e na organização da experiência que presume e produz – ao conjunto de operações em torno do acontecimento e da sua pertinência nos ambientes sociais dos quais se destaca e aos quais se vincula, justamente aquilo que apontamos anteriormente quanto a sua recepção pública e constituição simbólica.

Por isso, considerar o acontecimento consiste em perceber a composição da intriga de que faz parte, na medida em que há uma coleção de ocorrências e de elementos relativamente heterogêneos, para cuja qualificação será necessário um processo de síntese dessa heterogeneidade sob uma descrição. Nesse diálogo, portanto, a descrição pode ser da ordem de uma narrativização, algo por meio do qual será possível formar uma totalidade inteligível justamente pela *mise en intrigue* da coleção de ocorrências (BABO-LANÇA, 2006; BARTHÉLÉMY, 1992; BARTHÉLÉMY; QUÉRÉ, 1991; NEVEU; QUÉRÉ, 1997; QUÉRÉ, 1997a, 1997b). É esse esquema constitutivo que também permite apontar para a narrativa no

que diz respeito aos acontecimentos sociais, pois há sobre eles o trabalho de formular uma descrição que surge como uma escolha para reduzir essa indeterminação e a sua complexidade, por meio da qual o seu caráter individual se relaciona reciprocamente com a soma de suas partes.

É por essa razão que autores que tomam como base a *mise en intrigue* para encarar as narrativas de um acontecimento reiteram que tanto ele quanto sua descrição são intimamente ligados por meio da intriga, justamente porque, não sendo uma mera ocorrência, adquirirá a sua definição por meio dessa descrição, que contribuirá para o desenvolvimento da intriga (BABO-LANÇA, 2006; BARTHÉLÉMY; QUÉRÉ, 1991; QUÉRÉ, 1997a; WHITE, 1981). De modo similar, Borisenkova (2010) defende o recurso a perspectivas filosóficas e de teoria social que adotam acontecimento como conceito, com especial ênfase na teoria da narrativa de Ricoeur. De acordo com ela, a noção do acontecimento é equivalente à do acontecimento narrado ou descrito em uma história. “Um acontecimento per se está subordinado à inteligibilidade da intriga narrativa e sua concordância com ela. Um fragmento não narrado da experiência humana permanece apenas uma ocorrência” (BORISENKOVA, 2010, p. 90, tradução nossa). É, portanto, por meio de um processo de configuração narrativa que o acontecimento adquire um pertencimento ao mundo humano e social, reinscrevendo-o nele e o subordinando a uma lógica de alinhavo, de colocação em intriga, sobretudo, por um movimento de enredar histórias e seus incidentes.

Por fim, cumpre dizer que, se existe uma forma de aparição do acontecimento no espaço midiático, ela se definirá pela possibilidade de divisar as dinâmicas no seu entorno, dos agentes envolvidos, dos sentidos estabilizados e tomados como formas de domesticar ou tensionar o percurso dos eventos, que pode se dar pela ação também do jornalismo (BABO-LANÇA, 2006; CARVALHO, 2013; FRANÇA, 2011; LAGE, 2013b; LEAL, 2013a). Isso é especialmente relevante para pensarmos as narrativas da chacina que constitui nosso objeto, pois é possível dizer que se trata de um acontecimento que tem início com mortes, que ocorrem e aparecem sob uma identificação e atreladas a um contexto de descrição e compreensão – e conquanto tenham uma dimensão de acontecimento disruptivo para aqueles a quem afeta no contexto imediato de sua ocorrência, só se tornam um acontecimento social, a chacina propriamente dita, quando passam por esse processo de trabalho e retrabalho narrativo, de organização de elementos que envolve essa continuidade e descontinuidade, os saberes, a repercussão, a problematização e mesmo a cadeia de ações, que são todos elementos organizados na constituição das narrativas para o acontecimento. Daí ser-nos pertinente a atenção às narrativas jornalísticas.

2.3 Narrativa jornalística dos acontecimentos

Enfim, somos conduzidos a como os acontecimentos figuram nas narrativas jornalísticas, como são constituídos nelas ao mesmo tempo em que são feitos história por elas. Trata-se de uma reflexão que situa a atividade narrativa das mídias e do jornalismo em teias de relações complexas e nos atravessamentos do social, portanto, inserindo o estudo do acontecimento em uma visada que se ocupa das múltiplas dinâmicas relacionais entre jornalismo e vida social (BABO-LANÇA, 2006, 2012; CARVALHO, 2012; CARVALHO; LAGE, 2012a; DIAS, 2011; LAGE, 2013a, 2013b; LEAL, 2006, 2013b, 2013a). Um interessante ponto de vista pelo qual começar é o de Carvalho e Lage (2012a), para quem é produtivo pensar em como essas narrativas participam da mediação da experiência dos acontecimentos na medida em que, por meio da composição da intriga, articulam diferentes atores, conhecimentos sobre o mundo prático e a sua inscrição nos processos de configuração e refiguração do social, dando conta da experiência do passado, do presente e do futuro, portanto, das diferentes temporalidades que tais processos englobam. Nessa esteira, sinalizam para as relações do acontecimento com as mídias, definindo-as nos seguintes termos:

O pressuposto inicial é de que as potencialidades heurísticas do acontecimento se desenvolvem em pelo menos três dimensões quando das interconexões com as mídias: 1) eles se inscrevem mais fortemente nas disputas de sentido sobre seus significados, pela ampliação da enquete em torno deles, com aumento de sujeitos implicados nas interpretações; 2) permitem compreender as negociações que as mídias empreendem com diversos atores sociais nos processos de atribuição de sentidos dos acontecimentos por elas narrados; e 3) nos indicam modos distintos de experiência de determinados acontecimentos, à medida que somente podemos tomar conhecimento da maioria deles através das mídias (CARVALHO; LAGE, 2012a, p. 220).

Trata-se mesmo de um dimensionamento do caráter relacional do acontecimento, por meio narrativas que agenciam, que inscrevem, que mobilizam compreensões ao mesmo tempo em que explicam aquilo que está no desenrolar de sua textura causal e das ações postas em intriga. Por essa razão e pela dimensão problemática que as situações podem assumir – de suscitar fala, escrutínio, exame público, etc. –, a incursão às narrativas resulta de um esforço de compreender esse formar-se das histórias presentes nas suas manifestações midiáticas, assim como de estar atento a como expõem fissuras, embates, cenas de disputa e diferentes expedientes de trabalho em torno da estabilização do sentido e das identidades acontecimentais.

Por essa razão, Carvalho (2013) aciona a referência ao acontecimento como realidade apreensível e que é narrativamente ordenada por mídias jornalísticas, em um processo no qual há o movimento de reenvio àquilo que o autor identifica como “vinculações sociais” nos gestos e circulações das narrativas. Trata-se de uma ideia baseada na concepção de narrativa e da composição da intriga que vimos adotando ao longo deste texto, capaz de ampliar suficientemente o olhar para nos situar na abordagem da constituição simbólica, da organização da experiência e do retorno aos fluxos do mundo socio-histórico nos quais as narrativas estão implicadas. A esse respeito, aponta a seguinte postura diante das narrativas de acontecimentos:

Não há narrativas prontas, posto que seus processos de interpretação/reconstrução são sempre provisórios – e dependentes dos movimentos de leitura –, assim como elas operam complexas mediações entre mundos naturais e sociais com os seres humanos e destes entre si. *A articulação entre narrar e ler as narrativas [...] aponta radicalmente para a impossibilidade de dotar as narrativas de sentidos imanentes, assim como para uma lógica do diálogo, estabelecida não somente entre pessoas, mas também com tradições culturais, com pressupostos éticos e morais, enfim, com um conjunto de situações que as inscrevem nos aludidos contextos da circularidade virtuosa* (CARVALHO, 2013, p. 50, grifo nosso).

Desenvolvendo uma analítica das narrativas jornalísticas em um enquadramento epistêmico diverso do apresentado acima, Motta (2013) estabelece que elas são artefatos culturais que determinam e condicionam tanto a compreensão quanto a constituição da realidade. São material simbólico que opera na recriação e co-criação de um sentido público dos eventos de que tratam. Essas narrativas podem ser compreendidas mesmo como representações sociais, pois “as experiências das pessoas são cada vez mais mediadas, elas tomam cada vez mais contato com o mundo exterior através de representações virtuais e discursivas da realidade”, de modo que “criam mundos simbólicos e imaginários nos quais vivem e atuam, e aos quais cada vez mais retroagem” (MOTTA, 2013, p. 32).

Dá especial foco a um projeto dramático estabelecido por um narrador que constrói uma intriga narrativa, uma sequência significativa que tece conflitos, tensões, convergências, sucessão, entre outras características da narrativa. De acordo com sua proposição, olhar para esse projeto dramático é o mister de uma análise da narrativa, que “serve não apenas para observar a configuração da intriga e suas nuances, mas principalmente para compreender os valores canônicos de uma cultura em ação, para estudar a criação interlocutiva de significados, a construção e instituição simbólica da realidade” (MOTTA, 2013, p. 123).

Apesar de nos ocuparmos do sentido dos acontecimentos e até da forma como eles são socialmente constituídos, a perspectiva de Motta nos parece demasiado preocupada em

estabelecer as narrativas jornalísticas como uma forma de construção da realidade social, sob um ponto de vista que descarta de processos socio-históricos ou até sociopolíticos para fazer da linguagem do jornalismo aquela que reduz ao mesmo tempo em que prescindir de sua dimensão social. É algo similar à forma como o acontecimento costuma ser perspectivado enquanto construção somente jornalística ou a partir da distinção entre “acontecimento em geral” do “acontecimento da/na mídia” (BERGER; TAVARES, 2010), cuja consequência é uma excessiva preocupação em demarcar um estatuto do acontecimento jornalístico cindido de processos sociais que vão além da consideração sobre a produção jornalística.

No revés dessa ideia, é pertinente pensar nas vinculações sociais das narrativas jornalísticas, conforme aludimos acima, porque se trata de uma forma de entender o percurso narrativo justamente no quadro de reintegração dessas narrativas ao seu entorno, na relação existente entre elas e a sociedade, sobretudo, porque comportam movimentos de alinhamento e agenciamento de ações, acontecimentos e personagens. Certamente isso impele a um processo de compreensão marcado por quadros de saberes e tradições, por disputas de sentido, contradições socioculturais e pelas vinculações das narrativas com os seus contextos de circulação e interpretação, além das tensões a partir das quais se configuram e aquelas que podem ser reinscritas no fluxo de nossas experiências e interpretações (CARVALHO, 2016; LEAL, 2006). Nessa mesma esteira, Leal (2013b) advoga pensarmos na dimensão fabulatória das narrativas jornalísticas a fim de desancorar noções dicotômicas de real e ficcional, com vistas a enxergar no caráter difuso dos relatos sobre os acontecimentos a dimensão dos conflitos, das tensões entre atores e instituições, considerando mesmo o seu pertencimento social, histórico e cultural. Por essa razão, cumpre fazer eco à noção de que

Não se trata, então, de perceber a notícia e/ou reportagem como formas narrativas do jornalismo, mas, ao contrário, vê-lo como um modo peculiar, dentre outros socialmente existentes, de conformar narrativas. Se individual e coletivamente produzimos narrativas, constantemente, o jornalismo se apresenta como um modo de narrar que guarda semelhanças e especificidades em relação a outras formas de contar histórias, contribuindo para sua circulação e produção em diferentes âmbitos da vida social (LEAL, 2013a, p. 29).

É tal atitude diante das narrativas que, em última instância, possibilita as leituras em torno do acontecimento em termos de configuração, mais do que naqueles de uma construção exclusivamente midiática. Ainda que nos voltemos às narrativas jornalísticas como lócus dessa problematização, inserimo-las justamente nesse quadro de processos e liames socio-históricos que emergem quando da sua constituição e na mútua imbricação entre acontecimento e atividade narrativa. Dessa forma, se os acontecimentos acontecem, acontecendo a alguém e em

mundo humano, é pertinente trazer para os movimentos de sua compreensão todas essas dinâmicas, já que as ações são determinadas e identificáveis, os rótulos são socialmente partilhados, as consequências são parte de um contexto de expectativas que são ou anteriores ou que aderem às manifestações dos acontecimentos e aos próprios desenvolvimentos de sua narrativa.

2.4 Chacina em Belém como acontecimento

Buscamos, por fim, delinear os termos a partir do qual podemos considerar a chacina da Região Metropolitana de Belém como acontecimento, visto que temos um quadro bastante disperso e ao mesmo tempo bastante característico quando nos deparamos com as formulações elaboradas na narrativização jornalística. Diante desse conjunto de preocupações entre acontecimento e a sua configuração por narrativas, esse movimento resulta necessário porque ajuda a compreender a forma específica como vamos olhar para a cobertura jornalística e estabelece as condições para nos aproximarmos posteriormente ao contexto mais concreto das chacinas, o que também contribui para complexificar a figura e mesmo o caminho analítico que adotamos.

O caso dessa chacina diz respeito a uma ocorrência que tem uma delimitação espacial e temporal, com elementos específicos na sua caracterização. De modo que podemos falar da chacina da Região Metropolitana de Belém como aquela que aconteceu em janeiro de 2017, com mais de 20 ou mais de 30 mortes – a depender de quem as estiver relatando – em vários bairros periféricos, dando-se após a morte de um policial militar. É possível ainda mobilizar uma série de elementos contextuais que deem conta de situar melhor o que foi essa chacina, entre eles: o fato de ocorrer a partir da ação de grupos de extermínio; de atingir principalmente a população periférica; de sinalizar a irrelevância social das mortes dos membros dessa população; de um inexpressivo debate público e de um quase apagamento na cena pública; de não haver informações sistematizadas a seu respeito; e de não ser encarada pelas instituições como tendo caráter de problema social, etc.

Conquanto individual seja a ocorrência da chacina – houve diversas outras, antes e depois da chacina da RMB –, de fato ela somente se torna um “caso” sob a égide da sua emergência nas narrativas jornalísticas, que em consequência identifica o caso como chacina. Não se trata de negar a ideia do acontecimento como aquele que acontece a alguém, que afeta indivíduos, grupos e mesmo comunidades a partir da experiência de uma situação e das interações com ela (QUÉRÉ, 2005) – algo que é particularmente inquietante, sobretudo, quando

consideramos que pessoas foram mortas, familiares foram perdidos, comunidades experienciaram a força daquele evento violento no seu entorno, o que não é possível mensurar ou mesmo verificar aqui. Ainda assim, apesar de tudo isso, só é possível falarmos da chacina como tal a partir do momento em que as mídias jornalísticas adotam esse prisma para dar sentido aos acontecimentos que enredam, quando começam a produzir narrativas baseadas nessa ordem de identificação. Algo que inclusive, na esteira das suas vinculações sociais e da produção de valores de normalidade para o acontecimento, ocorre com panos de fundo políticos ou sociais que são parte do contexto, da constituição pública e da descrição da chacina, que resvala em situar ou não – ou em diferentes extensões – a chacina como catalisadora de reações sociais, como problema a solucionar, o que se dá a partir da sua inscrição em texturas causais que podem divergir de acordo com quem elabora a narrativa para o acontecimento e do próprio sentido que os jornais tentam estabilizar para ele.

Assim, no bojo da atividade de dar e fazer sentido, que se processa narrativamente, o acontecimento adquire forma e continuidade, tendo agenciados seus processos sociais na tessitura textual – ganhando vida, como já dissemos anteriormente, enquanto acontecimento chacina por meio de sua configuração. É por meio do jornalismo que vamos ver, portanto, aquelas dinâmicas já acionadas acima, que dizem respeito ao esforço de sua constituição simbólica, à produção de descrições para o que aconteceu, à urdidura de suas dimensões episódica e total, mas acima de tudo para a ideia de que por meio das narrativas se age sobre os acontecimentos, quando da tentativa de os explicar e os compreender. Temos, assim, nessa configuração narrativa elaborada pelo jornalismo o lugar de emergência não só sobre o sentido do que aconteceu como o próprio quadro definidor do que constitui o evento objeto da cobertura jornalística. A esse respeito, parece-nos pertinente levar em conta a perspectiva de Lage (2013a), para quem considerar a mídia na configuração dos acontecimentos

[...] permite-nos observar com maior lucidez *o processo segundo o qual os acontecimentos são narrativamente qualificados e determinados, sem obliterar a dimensão das disputas travadas no interior dessa esfera de visibilidade para fechar os sentidos abertos pelo que ocorreu.* [...] o jornalismo, inscrito numa complexa rede de interesses, estratégias e lógicas de funcionamento, acaba por determinar e indeterminar o acontecimento naquela dinâmica inesgotável de apreensões (LAGE, 2013a, p. 244, grifo nosso).

Em razão disso, não crendo ser produtivo assumir a ideia do acontecimento midiático ou jornalístico cindido de processos socio-históricos, pensamos ser relevante demarcar o prevalente papel das mídias jornalísticas na configuração do acontecimento chacina, pois é em razão da cobertura e do recurso jornalístico à categoria de chacina que se dá uma cadeia de

ações na sociedade, que são incorporadas de volta às narrativas pelo jornalismo na definição das suas consequências, seu percurso ou seu impacto. De modo que, se se pode falar da inquietude do acontecimento, como o fizemos anteriormente, é porque ela faz seu caminho às narrativas jornalísticas quando há a própria tentativa de fazer o relato das reverberações do que se passou a partir da ocorrência dessa chacina urbana em Belém, na interface com outras chacinas e com um quadro de violência urbana letal que é cotidianamente afirmado nas páginas dos jornais e em outras narrativas cotidianas, além de um contexto político-institucional que é igualmente parte da qualificação da chacina do ponto de vista dessa recepção pública do acontecimento.

Desse modo, isso diz respeito tanto da contingência do acontecimento violento em questão quanto do quão complexas podem ser as formas de ele galgar à visibilidade, ao estatuto de acontecimento – e como há diversos pontos de fuga e de entrada para pensar nas formas que toma e nos fluxos que suscita/comporta por meio dos processos jornalísticos. A própria ideia do acontecimento chacina não é outra se não aquela que o situa no *continuum* daquilo que Wagner-Pacifici (2017) chama “acontecimentabilidade” ou *eventness*, na medida em que, originando-se de uma ocorrência específica, não é por ela inaugurado, também comportando uma dimensão mais geral, sua inscrição em uma ordem de acontecimentos, que faz com que reemerja no curso da história e da vida social.

As consequências disso é que podemos perceber o trabalho narrativo do jornalismo justamente envolvido com essa acontecimentabilidade da chacina, visto que não é algo que começou a acontecer em 2017 – antes, chacinas fazem parte de um repertório de eventos violentos que têm não só antecedentes, a exemplo de outras chacinas em Belém e em outras cidades do país, como também têm fortes características que as definem, reunindo sob essa categorização elementos como o assassinato por policiais ou grupos de extermínio, as populações negras e pobres como alvo, etc.; todos elementos que são sintetizados no processo mesmo de identificação do evento como chacina – ainda que não desempenhem um papel de protagonismo na qualificação da chacina como problema de alguma ordem nas narrativas.

Dessa forma, o acontecimento chacina se delinea no processo mesmo de sua narração. Se é possível dizer que houve uma chacina, com mortos, com vítimas e agressores, só é possível dizer que há um acontecimento quando, em retrospectiva, as narrativas se dedicam a examinar, a explorar as causalidades, os agentes, o desenrolar das ações e a relatar a história que se depreende de toda o seu percurso. Isso é mesmo tributário da ideia ricoeuriana de que o acontecimento, sendo mais do que uma ocorrência singular, precisa ser narrado para ser tomado como tal (RICOEUR, 2010), tanto quando do fato de, na contemporaneidade, as mídias se

tornarem uma instituição produtora e socializadora dos sentidos que organizam e mantêm as regularidades próprias da existência em sociedade (WAGNER-PACIFICI, 2017). Dessa forma, o que nos mobiliza a realizar essa incursão à cobertura sobre as chacinas é o fato de se poder perspectivar a configuração acontecimental a partir da dimensão narrativa do jornalismo, nos termos que vimos apontando neste capítulo, e da composição da intriga na tessitura das narrativas em torno das chacinas. Além disso, no acompanhar da história para esse acontecimento violento, há definitivamente o recurso às suas dimensões episódica e configurante, pois a cada dia da cobertura há uma expansão dos elementos que são convocados para explicar, escrutinar, tornar compreensível e mesmo elucidar os aspectos relativos à chacina.

3 CHACINAS, ACONTECIMENTO E SEUS CAMPOS PROBLEMÁTICOS

Diante do exposto, voltamos aos detalhes sobre o quadro de chacinas em Belém, as formas e condições de sua constituição como acontecimento, algo que diz respeito a como elas são atreladas a campos problemáticos e mesmo a identificação de um problema público (BABO-LANÇA, 2006; BARTHÉLÉMY; QUÉRÉ, 1991; QUÉRÉ, 2011). Trata-se, assim, de entender a ocorrência de chacinas urbanas em Belém – que não são um fenômeno novo e podem ser remontadas à cobertura jornalística e a controvérsias públicas pelo menos dos últimos vinte anos –, mas também o seu âmbito de tematização na medida em que se tornam acontecimento e passam a ser compreendidas sob esse nome e sob uma lógica de descrição específica mesmo nas narrativas dos jornais.

Diante disso, delineamos neste capítulo o contexto social mais amplo que atravessa e condiciona aquilo que tomará a forma de acontecimento chacina no espaço midiático e impactará dinâmicas da vida social, na mesma medida em que busca relatá-las no avançar do acontecimento. As seções a seguir, portanto, se preocupam com abordar quais os elementos imediatos que caracterizam a ocorrência dessas chacinas em Belém, no que consiste à identificação *chacina* para essa ordem de acontecimento e que campos problemáticos é possível apreender dela, a forma como instituições e agentes políticos e sociais disputam o sentido do acontecimento, além da maneira como é apresentado enquanto problema público. Fazemos recurso ainda a uma ordem de atravessamentos no acontecimento, na sua elaboração e na narração, que é aquela da biopolítica e da necropolítica.

Mais do que um desvio das narrativas ou tentativas de explicação excessivamente sociológicas, preocupamo-nos com processos adjacentes ao acontecimento e que são pertinentes quando pensamos as narrativas jornalísticas sobre as chacinas e seu papel de mediação em relação aos acontecimentos na sociedade. É possível demarcar que os primeiros estão mais diretamente vinculados ao que vamos encontrar nas narrativas, ao mesmo tempo em que o último aspecto é parte de uma tentativa de elaborar sobre esse acontecimento uma forma de entender essas vítimas em um quadro sociopolítico de definição de quem é e quem não é sujeito, indo para além de sua reificação.

3.1 Contexto social das chacinas em Belém

É possível dizer, logo de partida, que a realidade da região amazônica abarca duas dinâmicas que não são de forma alguma excludentes: a das chacinas urbanas e a dos massacres

rurais, com algum grau de interseção entre ambos – já que há aspectos também de violência de Estado e dos poderes instituídos presentes, assim como atestam a emergência de organizações paramilitares, como milícias, esquadrões da morte, etc., compostas sobretudo por policiais civis e militares, que eliminam “criminosos”, suspeitos e testemunhas, agindo como “justiceiros” na imposição de uma violência que, segundo suas percepções, não é possível aplicar nos expedientes oficiais desse corpo do Estado (COUTO, 2015, 2018; GARCIA et al., 2016; ROCHA, 2007; VILAÇA; RAMOS; ALMEIDA, 2016).

A ocorrência das chacinas em Belém está relacionada à atuação de milícias e a um cenário urbano marcado por mortes com características de execução, comumente relacionadas ao tráfico de drogas e ao controle financeiro e populacional na periferia da cidade. Por conta da falta de documentos e informações oficiais, os documentos a que podemos fazer recurso são: *Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de grupos de extermínio e milícias no estado do Pará: relatório final*, produzido pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (PARÁ, 2015); e *Relatório da situação dos casos de chacinas e extermínio de jovens negros no estado do Pará*, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará (2017), que acabam atuando como compêndios sobre os casos mais conhecidos ou que mais afetaram a cena pública de Belém. Também atestam a perpetuação dessa violência por agentes do Estado desde a década de 1990, com as seguintes ocorrências na Região Metropolitana de Belém (RMB): chacina do Tapanã, em 1994; chacina do Paar, em 1995; chacina de Icoaraci, em 2011; chacina de Belém, em 2014; chacina da RMB e a chacina da Condor, em 2017; todas elas com comprovada ação de policiais organizados em milícias.

De acordo com Couto (2018), o uso público do termo “milícia” para descrever a ação desses esquadrões da morte em Belém e no Pará é recente, só se dando após as investigações da chacina ocorrida em 2014, com a comprovação da ligação dos grupos de extermínio – antes disso, os próprios órgãos estaduais da pasta de segurança pública negavam a existência de tais grupos, e mesmo hoje se esquivam de admitir que as chacinas têm esses grupos como seus perpetradores. Em razão disso, os órgãos da segurança pública e o governo comumente falavam das execuções como ação de traficantes, de modo a justificar a sua própria estruturação em torno de uma guerra às drogas que atingia e atinge enfaticamente as populações periféricas, além das medidas de policiamento ostensivo que sempre ocorrem após cada chacina.

Por conta dessa recusa e mesmo dessa escassez de documentação sobre as chacinas urbanas em Belém, a sua própria tematização se dá ou difusamente no cotidiano da cidade, nas reivindicações de movimentos sociais, em poucas iniciativas públicas em defesa de direitos humanos e da fiscalização dos órgãos de segurança. Essa tematização, no entanto, dá-se com

maior ênfase no espaço midiático. É exemplar o fato de ambos os relatórios acima retomarem a cobertura jornalística para cada um dos casos a fim de compor o relato do que aconteceu e poder elaborar a base para suas investigações. Em razão disso, é relevante considerarmos que o trabalho de configuração operado pelas mídias jornalísticas é quase uma condição *sine qua non* para se poder falar das chacinas após a sua ocorrência, pois não existe outro espaço para que essas mortes da periferia sejam sequer publicizadas que não as páginas policiais dos jornais paraenses.

Em razão disso, podemos voltar à caracterização das ações das milícias quando das chacinas. Dentre os resultados, CPI da Assembleia Legislativa dá conta de que as milícias que agem no Pará são compostas principalmente por agentes de segurança pública, que usam da coerção para manter o controle por meio de uma “venda de proteção” e cujas práticas criminosas consistem em extorsão, sequestro, associação ao tráfico de drogas e ações de extermínio. Essa segurança privada se dá, sobretudo, na perseguição a pequenos assaltantes e à proteção de comerciantes, sendo este o marco da formação das milícias em Belém, que fazem dessa relação a fonte de seus rendimentos. Dessa forma, a ação desses grupos e a própria existência das milícias se baseia em um regime no qual, diante da “necessidade de eleger inimigos para o combate, para se legitimar junto à população, adotou-se a prática de eliminar fisicamente aqueles considerados indesejáveis para a comunidade, como usuários de drogas, ladrões, autores de pequenos e grandes delitos” (PARÁ, 2015, p. 214).

Trata-se de grupos compostos principalmente por homens ligados às forças de segurança do Estado, reformados e na ativa, provenientes das Polícias Civil, Militar, do Corpo de Bombeiros e, em casos mais esporádicos, das Forças Armadas. Apoiadas em um discurso fortemente moralista centrado na promessa de ordem e paz, estes grupos dominam e exploram áreas antes controladas pelo tráfico de drogas. Ao ocupar uma comunidade, as milícias “eliminam” o tráfico de drogas no varejo, mas passam a explorar as demais atividades ilegais existentes no território [...] A princípio, buscava-se a segurança dos estabelecimentos comerciais, posteriormente, a relação se ampliou através da “morte por encomenda”. Soldados da milícia passaram a perseguir assaltantes que cometiam furtos a “clientes” dessas milícias, pois existe um preço que se paga para os “soldados” desenvolverem ações que envolvam a execução de ladrões que “tiram a paz” de donos de mercadinhos, açougues, padarias, restaurantes, pizzarias, dentre outros estabelecimentos comerciais (PARÁ, 2015, p. 56).

Além disso, as chacinas são resultado de ações difusas, mas que comumente se dão como resposta das milícias à morte de policiais, tal é o caso das chacinas de Belém de 2014 e de janeiro de 2017. Trata-se de algo que é apenas parcialmente reconhecido pelo Estado e que será bastante importante na delimitação do episódio inaugural de cada nova chacina contada

nas narrativas jornalísticas dos jornais paraenses. Apesar desse caráter de “resposta”, outro aspecto das chacinas de Belém de que tratam esses relatórios é que as suas vítimas não participaram dos homicídios que desencadearam as séries de assassinatos, além de ser comum haver tortura nesses casos, antes de os jovens serem mortos. Ainda assim, a atuação das milícias no caso das chacinas pode tanto ser de incursões organizadas quanto de homicídios a esmo em áreas pobres da cidade. Outro lugar para o qual os relatórios também apontam é a desproporcionalidade da resposta, pois nessas ações das milícias sempre são mobilizadas dezenas de “soldados” para realizar as execuções (OAB-PA, 2017; PARÁ, 2015).

Para Couto (2018), no contexto belenense é possível falar desses grupos como “narcomilícias” devido a todas as atividades com as quais estão envolvidos – venda de proteção, mortes por encomenda e tráfico de drogas – que mesclam a caracterização clássica das milícias, como no Rio de Janeiro, tanto quanto ao tráfico de drogas. Esse borrar de fronteiras e a criação de novas figuras que perpetram a violência em regimes de vigilância, de regulação, de ameaças ao corpo físico, de morte como prática corporificada em suas transações, trata de algo que é mais do que uma anomia, um sentido de falência do Estado, pois é algo possibilitado pela própria violência do Estado, que passa de um monopólio para o seu espraiamento e pulverização em formas diversas de constituição de um espaço político para além das instituições, mas que ainda as implica, processo no qual “no caso das ações dos narcomilicianos, esta eliminação corresponde a um controle da população das áreas matáveis, [que] são os espaços de reprodução de chacinas” (COUTO, 2018, p. 160), ao mesmo tempo em que “nas relações de poder do narcotráfico e das narcomilícias, homicídios ou execuções de determinados sujeitos transformam a exposição dos corpos em um significado político” (COUTO, 2018, p. 165)

Desse modo, a possibilidade de não se tratar de uma anomia nos leva para outro lugar ainda: o alvo dessas mortes. Antes de o governo estadual assumir de modo cambiante que se tratava de grupos paramilitares organizados, quando a morte nas periferias vinha à tona na cobertura jornalística ou em discussões político-institucionais, ela era tematizada do ponto de vista de conflitos entre “bandidos”, de “acertos de contas” entre traficantes e, quando havia o envolvimento de policiais, como confrontos entre a polícia e os criminosos (COUTO, 2018; ROCHA, 2007). Trata-se aqui de uma categoria muito presente nas narrativas e no registro da violência urbana no cotidiano da cidade, pois diariamente há notícias sobre homicídios nas periferias da cidade, mas que não são tematizadas do ponto de vista de uma matança estruturada, pelo contrário, são apresentadas ou como mortes sem agressores identificáveis ou por acerto de contas, nas quais os assassinos são automaticamente “traficantes” e as vítimas são pessoas com “passagem pela polícia” ou “ligadas ao crime”, com todo o acionamento de categorias que

chegam mesmo a criminalizar essas vítimas. Apenas recentemente, uma outra categoria que emerge nas narrativas passa a dar conta dessa possível ação das milícias, que é a ação de carros pretos, pratas e vermelhos nas periferias da cidade, ou de homens encapuzados e fortemente armados, que passam a sinalizar a ação desses grupos de extermínio.

Assim, esses acertos de contas e execuções se dão com bastante ênfase no quadro da ação das milícias, com frequência suficiente para serem inseridas na cotidianidade das periferias, fazendo com que essa classe de mortes se acumule àquelas decorrentes das chacinas, ocorridas como represália à morte de milicianos e cujo alvo são sobretudo jovens periféricos. Desse modo, o cenário pode ser sintetizado na seguinte constatação no relatório da OAB-PA, segundo o qual “as milícias estão cada vez mais atuantes no estado, fantasiadas de ‘limpadores’ do mal na sociedade, e cada vez mais vitimando jovens, negros, de área periférica” (2017, p. 18), em face de um desamparo chancelado pelo Estado.

Nos estudos feitos no Pará percebe-se duas dimensões nefastas do fenômeno da morte de jovens negros e pobres. A primeira evidencia-se pelo discurso de legitimação dos assassinos e pela criminalização das vítimas, tidas sempre como “vagabundos”, “devedor”, “maconheiro” ou “com passagem”, este discurso sintetizado na expressão “bandido bom é bandido morto” é martelado diariamente por jornalistas e veículos de comunicação na imprensa escrita, falada e televisionada de forma que se tornou um mantra já assimilado por grande parte da população, inclusive pela população que está sujeita a estes matadores. A segunda dimensão dos crimes cometidos contra jovens negros e pobres é a irrelevância midiática de suas mortes, fica patente que o estrato social a que pertence a vítima é preponderante para a comoção social que sua morte causa (OAB-PA, 2017, p. 7-8, grifo nosso).

Explorarmos aqui esses relatórios é relevante porque, a partir deles e desse contexto, podemos depreender dinâmicas do acontecimento a se perfazer. É possível dizer que esses documentos estão inseridos na disputa pelo sentido das narrativas e também estão implicados no acontecimento, na medida em que também o qualificam. São parte de suas reverberações, do processo de sua constituição simbólica, tanto quanto as narrativas jornalísticas, e podem ser inseridos no movimento de narração em que a reflexão a seu respeito é também reflexão com os acontecimentos, ação sobre eles. Além disso, a qualificação do acontecimento emergirá também dessas ações dos agentes sociais e políticos na elaboração do contexto de apreensão do que aconteceu, sobretudo quando consideramos que “o contexto é formado por elementos do meio institucional, tais como instituições, normas sociais, convenções, usos e costumes, circunstâncias e relações sociais exteriores às ações ou ao acontecimento, mas dos quais elas dependem em parte” (BABO-LANÇA, 2006, p. 83). Por isso, podemos compreender como esse contexto impacta o acontecimento e como o próprio acontecimento tem consequências sobre

ele, algo especialmente necessário quando vemos que todas essas disputas e tensões também fazem seu caminho às narrativas jornalísticas quando estas realizam o trabalho configurador que abarca os diversos episódios e a produção da identidade para cada chacina, pois o espaço midiático é de fato o único dos lugares no qual o acontecimento toma forma por englobar toda a cadeia de incidentes e ações agenciada na esteira da sua emergência e desenvolvimento.

3.2 Identificação, problema público e campo problemático

Após a ocorrência da chacina da Região Metropolitana, em janeiro de 2017, um episódio bastante esclarecedor ocorre na cobertura, no dia 25 de janeiro, dando prosseguimento ao desenrolar da história da chacina, ao mesmo tempo em que agentes políticos vêm a público para tentar definir o sentido do que aconteceu. Na cobertura jornalística de *Diário e O Liberal*, trata-se do momento em que os órgãos que se ocupam da pasta de Segurança Pública no estado do Pará tentam emitir esclarecimentos sobre a chacina, com a apresentação da listagem com a quantidade e os nomes das vítimas, o que aponta para várias dimensões “problemáticas” quer da própria ocorrência no quadro de violência urbana, quer da ação das instituições diante da situação, quer das versões que emergem em cada jornal e suas explicações sobre o caso. No momento em que as autoridades políticas procuram elaborar a explicação do caso, diferentes aspectos são apontados por cada uma dessas mídias jornalísticas.

Figura 1 - Diário do Pará e O Liberal, 25 jan. 2017



Fonte: DIÁRIO DO PARÁ, 2017e, p. A2; O LIBERAL, 2017d, p. 4.

Em *Diário do Pará*, a chacina da RMB ocasiona uma série de reações de agentes políticos, sobretudo, os ligados diretamente à Segurança – o secretário da pasta, o delegado geral da Polícia Civil ou mesmo o comandante geral da Polícia Militar. Na matéria 35 *homicídios do fim de semana continuam sem presos e solução*, o jornal apresenta uma contagem de 35 mortes, das quais 32 ocorreram após o assassinato do policial e com sinais de execução. Especificamente sobre a ação nesse domínio, o jornal aborda como, “desnortado, o Governo do Estado promoveu apenas duas reuniões entre autoridades de segurança, mas sem nenhum resultado prático, a não ser a formação de grupos para analisar as mortes” (35 HOMICÍDIOS..., 2017, p. A2). O jornal informa que não existe uma linha de investigação definitiva e que o delegado geral, Rilmir Firmino, admite que houve uma chacina após a morte do cabo da Rotam. Exatamente a esse respeito, a fala do delegado consiste no seguinte:

“São crimes de difícil elucidação, praticados por bandidos profissionais, que não deixam vestígios”, descreveu. “Usam luva, capuz, se preocupam até em

recolher projéteis da cena do crime e também executam testemunha. Uma das testemunhas que viu uma pessoa tirar o capuz acabou executada”, diz o delegado geral (35 HOMICÍDIOS..., 2017, p. A2).

Em *O Liberal*, a contagem das vítimas é de 25, número oficialmente divulgado pela Secretaria de Segurança Pública. O jornal informa então como a investigação será feita por quatro blocos, de acordo com a maneira como as vítimas foram executadas, em razão das “assinaturas” dos executores – por exemplo, tiros na cabeça ou na nuca. A esse respeito, o jornal explica que “Rilmar Firmino afirmou não ser possível estabelecer relação entre essas mortes e outras chacinas ocorridas na Região Metropolitana de Belém” (EQUIPES..., 2017, p. 4). Aqui, o delegado insiste que não é possível falar quem cometeu tais assassinatos, ao mesmo tempo em que indica que não se pode descartar a possibilidade de ação de grupos de extermínio, sem que a admita claramente.

Ao responder uma pergunta sobre esse tema [as chacinas], Rilmar Firmino também afirmou que não há como o governo dar basta nessas matanças. “Não é questão de dar basta; enquanto existir o homem vai existir esse tipo de situação. A gente sabe que a sociedade é violenta. Esse tipo de ação foge da normalidade. Uma morte, para o Estado, é muito. Imagina você ter 11, 25, 27, 30. A gente trabalha diuturnamente para isso não acontecer, mas isso acontece. O importante agora é ir para cima (investigar) e identificar os culpados”, afirmou (EQUIPES..., 2017, p. 4, grifo nosso).

As matérias dessas duas páginas nos conduzem concomitantemente a múltiplos lugares, dentre os quais o trato emergencial e até improvisado desses órgãos diante das chacinas, nesse caso acompanhado por uma retórica pública com ênfase em investigação – ainda que em outros casos seja acompanhada do aumento do contingente policial por certo tempo –, os poucos esclarecimentos que há nessas tentativas de prestar contas do que ocorreu, a ambivalência da admissão e mesmo uso do termo chacina pelos representantes desses órgãos – que faz com que um jornal diga que o delegado admitiu que houve uma chacina e o outro diga que não –, o quase apagamento da ação das milícias e grupos de extermínio e a redução de todo o contexto dessa ocorrência violenta a um “caso de polícia” – sendo exemplar a imputação da violência à natureza humana na fala presente em *O Liberal*. Ao mesmo tempo, as narrativas apresentadas apontam tanto para a responsabilidade e despreparo dessas instituições, em Diário, quanto para a desresponsabilização do governo estadual e complexidade encontrada nessa situação, em *O Liberal*, indicando interpretações díspares para o acontecimento.

Além disso, o percurso da chacina – desde o episódio inaugural, apresentado no início do trabalho – é o da ordenação jornalística que se baseia no atualizar da ocorrência e das mortes, nas tentativas de esclarecer o ocorrido e as medidas oficiais por parte dos órgãos estaduais,

assim como nos espaços de menor prevalência, que são aqueles nos quais familiares e organizações não governamentais vêm à cena para fazer contrapontos às versões oficiais e homogeneizadoras sobre as vidas que foram dizimadas pelas chacinas. Várias questões aí se interpõem a nós, na medida em que a chacina passa a ser parte de um problema público, ora sendo alocada como uma questão policial, ora como um conflito político.

Se entendermos a chacina pelo prisma do acontecimento narrado, vemos que o jornalismo se dedica a mais do que apenas o relato dos casos de mortes violentas, pois também ilumina um cenário constituído de tensões e de *modus operandi* de instituições e agentes capaz de apontar “campos problemáticos”, entendidos como “um conjunto de problemas enredados, cuja análise está mais ou menos estabelecida (em termos de causas e consequências, de tipos de agentes e de tipo de razão de agir) e cujo tratamento é encarado em termos de alternativas relativamente definidas” (QUÉRÉ, 2011, p. 27). Assim, um acontecimento tem a potencialidade de revelar um ou mais campos problemáticos de dimensão mais ampla, lançando luz sobre aspectos não só contextuais, como também constituidores do “acontecer” desse ou daquele acontecimento na vida social (BABO-LANÇA, 2006, 2012; QUÉRÉ, 2005, 2011). Diante dessa virtualidade reveladora, é possível olhar para elementos de caráter socio-histórico que sejam capazes de dar conta do sentido do que aconteceu.

Essa caracterização ou indicação de campos problemáticos, no entanto, é consequente da própria identificação do que aconteceu. Se uma chacina foi o que aconteceu, há uma acentuada distinção entre as mortes das pessoas nas chacinas e a de um homicídio “comum”, como o que é parte da cobertura diária dos jornais e não tem relevância para além das páginas dos cadernos policiais ou em uma mobilização de posicionamentos públicos. Tal distinção não se dá, no entanto, na produção de um luto público ou de lamento da perda dessas pessoas, mas pela sua apresentação por meio da violência brutal, pelo número de execuções e pelo envolvimento de milícias – muitas das vezes apenas sugerida nas narrativas –, e uma cadeia de reações de ordem política e institucional que é igualmente relevante para a definição do acontecimento. Isso talvez seja o elemento que concorre de maneira mais enfática na identificação desse acontecimento como chacina, e não como uma onda de assassinatos sem conexão, por exemplo. Dessa forma, concordamos com Babo-Lança (2006, p. 66) quando afirma que saber o acontecimento, como é identificado, é algo decorrente de um “processo coletivo de determinação do que aconteceu, que é efectuado por atores e relatores” e não a partir de um procedimento analítico. Assim,

A identificação de um acontecimento responde à questão: o quê?; o que é que se passou? ou *de que é que se trata?* A resposta [...] coloca a identidade do acontecimento. Como recurso para a identificação do que se passa dispomos de um vocabulário, podendo dizer-se que, na perspectiva da semântica natural da ação ou da semântica do acontecimento, é a gramática que determina o que é uma ação ou acontecimento e a sua identidade “sob uma descrição” (BABO-LANÇA, 2006, p. 66).

Quando situamos o jornalismo como um dos atores que ativamente age sobre o acontecimento, partimos dessa consideração de que a descrição para ele elaborada é tributária do contexto social do qual faz parte. Isso é particularmente relevante porque a chacina de 2017 tem antecedentes bem claros e bastante memorados quando o tema vem à cena pública ou é narrado pelo jornalismo à luz de uma nova ocorrência, como as chacinas da década de 1990 e aquelas que se dão a partir de 2014 em Belém – de modo que todas elas, em algum grau, são suscetíveis de recuperação em posicionamentos político-institucionais e mesmo nas narrativas jornalísticas.

Dessa forma, podemos ainda situar esse processo de identificação sob uma descrição como o de individualização do acontecimento. Isso ocorre porque na medida em que os incidentes são dispostos em intriga, alinhavam cenários de ação, sujeitos que assumem papéis e se ocupam do que acontece, além de dar conta das imbricações e dos atravessamentos do sentido contingente de cada ocorrência. Essa individualização se baseia na ideia de que o acontecimento não só emerge de um contexto predefinido, como também constitui o próprio contexto de sentido, de modo que ele esclarece as condições de sua emergência, o seu passado e o seu futuro, “projectando um novo sentido sobre o mundo” (QUÉRÉ, 2005, p. 27), na medida em que “faz descobrir processos em curso e revela aquilo de que depende o desenlace da situação” (QUÉRÉ, 2010, p. 35), por meio dos quais se “explora ao mesmo tempo o passado do acontecimento, a situação que ele criou e o horizonte de possíveis que ele abre e determina, e uma função de aplicação ou apropriação” (QUÉRÉ, 2011, p. 24).

É essa identidade do acontecimento que permite que ele seja socialmente inteligível sob determinado registro, sob determinado nome, sob determinada forma. Quando pensamos nas chacinas, por exemplo, temos esse processo de apropriação e definição de uma situação inteligível demarcado de forma bastante evidente, na medida em que a identificação não é apenas uma nomeação, mas algo que informa sobre a ordem das ações, os caminhos percorridos, acontecimentos passados e futuros, os motivos, as possíveis texturas causais, etc. Dessa forma, se podemos identificá-las como um acontecimento violento de certa ordem, é em razão dessa possibilidade de identificação, da sua inscrição em uma teia específica de outras narrativas, de ações esperadas ou normalizadas e de determinados sujeitos que figuram nelas.

No âmbito dos “acontecimentos públicos”, há acontecimentos que entram em desacordo com as práticas instituídas e corrente e com as perspectivas morais, além de provocarem rupturas dos quadros de experiência, dando lugar a situações que constituem problema ou ligando-se a problemas já instituídos. São “acontecimentos-problema” ou “acontecimentos problemáticos”. O acontecimento que constitui problema efetua uma ruptura da normalidade social ou da “tranquilidade da ordem” [...] e desencadeia uma tematização (BABO-LANÇA, 2012, p. 19–20).

Por conseguinte, essa possibilidade de identificação nos conduz para outra dimensão, que é a do questionamento sobre o que há de “problemático” nessa situação, ou seja, em que medida temos a formulação ou a inscrição das chacinas na categoria de problema. Parece-nos bastante relevante que essa seja uma parcela a se considerar no trato com elas, na medida em que dizem respeito a um quadro de violência urbana que é parte do cotidiano na vida cidadina, no qual os homicídios nas periferias da Região Metropolitana de Belém são a sua face mais típica (COUTO, 2015; GARCIA et al., 2016). Parecer-nos-ia evidente que o fato de pessoas serem mortas constitui algo problemático na vida social, no entanto, a alocação de determinado acontecimento problema ou situação problemática é algo que vai depender da própria maneira como ele é configurado. A respeito da relação entre problemas públicos e campos problemáticos, Babo-Lança estabelece que

[...] se um acontecimento coloca problema, o modo como é categorizado e narrado abre perspectivas para que seja tematizado de uma certa maneira, para que seja associado a problemáticas disponíveis ou em vias de construção nas arenas públicas. [...] Um campo problemático emerge através da produção de uma história causal e da significação que é atribuída ao acontecimento. Um tal campo pode estar já disponível na cultura pública, ou então ser construído a partir de um acontecimento ou de uma situação problemática (BABO-LANÇA, 2006, p. 114–115).

Quando pensamos no enredamento dos elementos que compõem a chacina e suas consequências nas narrativas jornalísticas, vemos como ela passa a ser tematizada dentro do quadro de apreensão da violência urbana – sobretudo, daquele da ação de milícias ou de mortes na periferia – e do escrutínio que é realizado por agentes institucionais em torno do que ocorreu. É nessa conjunção que podemos falar dessa aparição de um problema público, que aponta para uma situação social que requer alguma espécie de resolução – tanto no sentido de uma solução prática quanto para uma resolução para a história que está sendo configurada. De fato, o que vemos na cobertura e no posicionamento das instituições em torno das chacinas é que a dimensão de problema social é ignorada e a de problema público se baseia em algumas ambivalências que têm a ver com a disputa entre o governo estadual e outros agentes sociais e

políticos, além do próprio julgamento elaborado pelo jornalismo na intriga que formula e na inscrição do acontecimento em relações causais diversas ou conflitantes.

3.3 Agentes, instituições e ambivalências de um problema público

Basta retomarmos aqueles elementos apresentados na narrativa para nos darmos conta de que há uma intensa tentativa de definir não só o que é a chacina, mas também de modular a gravidade da sua ocorrência, de estabelecer ou afastar a responsabilidade dos órgãos estaduais, de formular a dimensão problemática da chacina em diversas direções, em uma disputa bastante acentuada que é tanto presente naquilo que está inscrito nas narrativas quanto na atividade das instituições que estão engajadas nessa disputa. Trata-se de uma dimensão importante para nós, pois quando escolhemos olhar para a configuração do acontecimento não é possível descurar dessa teia de agentes sociais e políticos que participam dos esforços de sua circunscrição, de sua abertura ou fechamento quando da consideração do seu caráter de situação problemática.

Já apresentamos acima a ideia do processo coletivo de determinação do acontecimento em Babo-Lança (2006), que é realizado pelos atores. Em direção similar, Wagner-Pacifici (2010) aponta que os atores estão envolvidos nas descrições, explicações e prescrições para os acontecimentos, sobretudo, quando há a elaboração de relatos oficiais. Para ela, agentes políticos e sociais em diversos domínios são capazes de determinar as diversas caracterizações e interpretações, o que se manifesta em relatos que podem ser documentos, discursos e imagens, que têm consequências retóricas e materiais na constituição do acontecimento na vida pública e abrem caminhos para ações específicas e posições institucionais. Em razão disso, esses agentes atuam no mapeamento e mesmo vinculação dos acontecimentos a fim de determinar seus inícios e fins. O conjunto de preocupações elaborado por Wagner-Pacifici tem claramente uma orientação mais sociológica, ocupando-se de “acompanhar os eventos em andamento” (2010, p. 1354), no entanto, aponta para importantes consequências quando pensamos o contexto e as assunções institucionais presentes na gestão social do sentido do acontecimento.

Os órgãos de segurança pública e o próprio governo do estado do Pará figuram nesse processo a partir de uma tentativa de se furtar de responsabilidades, de minimizar o impacto das chacinas ou de apresentá-las por uma via burocrática. Isso está presente naquela cena acima apresentada. Os representantes informam que há uma ação emergencial para lidar com a situação, o termo *chacina* não é mobilizado, a solução para o problema que o acontecimento coloca é o da investigação dos casos. A esse respeito, é bastante exemplar o fato de, à época da ocorrência da Chacina da RMB, a *Agência Pará* – portal de notícias do governo do estado – ter

publicado matéria na qual afirmava: “O Governo do Estado não tolera situações como as ocorridas nesta sexta-feira (20), em que a Região Metropolitana de Belém registrou uma série de homicídios, *cujas ocorrências estão muito além da média*” (GOVERNADOR..., 2017, on-line, grifo nosso). Algumas horas depois, uma outra matéria com um relato de quem respondeu perguntas na coletiva de imprensa, com a informação sobre aumento do contingente policial nas ruas e com a indicação de que “Até às 12h deste sábado (21) foram contabilizados 30 homicídios, sendo 25 com características de execução, como possíveis reações à morte do soldado da PM” (SEGUP..., 2017, on-line).

Essa fala dos homicídios “além da média” faz seu caminho à história da chacina contada por ambos os jornais, porém, de maneiras diferentes. Em *Diário*, ela é mote para que o jornal explore uma indiferença do governo com o estado de violência e insegurança em que a população vive, além de sua incapacidade de lidar com a situação, o que é apontado por diversos agentes que a narrativa traz para emitir avaliações sobre o caso, como deputados da Alepa, que apontam deficiências em qualquer enfrentamento à ocorrência das chacinas e dos grupos de milicianos (DEPUTADO..., 2017; MORTES..., 2017). Em *O Liberal*, a fala é apenas parte do discurso oficial das instituições, sem que haja o questionamento a respeito da forma como se dá essa manifestação, inclusive com a ênfase estando em uma pronta reação e um posicionamento enfático de combate diante da ocorrência da chacina – afinal, o governo não tolera que voltem a ocorrer (JATENE..., 2017; EQUIPES..., 2017).

Da mesma forma como vimos nas matérias, chacina não é cogitada na versão institucional como categoria do que se deu nas periferias da cidade. Essa recusa institucional em reconhecer ou mesmo admitir a natureza das chacinas é algo bastante definidor porque expõe uma das primeiras tensões nessa perspectiva, de acordo com a qual a chacina constitui um problema público na medida em que é uma casualidade, uma ocorrência de mortes para além do que é normal, o que leva as órgãos do governo estadual a elaborar estratégias para lidar com essa situação. Sem falar que outras chacinas tiveram comprovada ação de policiais, portanto, parte do aparato do Estado, o que implica sua perpetuação. Por isso mesmo, não existem dados oficiais sobre as chacinas produzidos ou organizados nem pelos órgãos da pasta de Segurança Pública nem por qualquer outro órgão do Executivo estadual – se é um problema público sempre tratado pelo governo como uma ocorrência isolada, não há qualquer tentativa institucional de produzir relatos oficiais além daquelas aparições pontuais, nas quais prevalece uma retórica da crise e da ação emergencial.

Apesar de as chacinas serem algo que acontece pelo menos desde a década de 1990, é somente a partir de 2014 que há uma ação no âmbito do Estado, a partir do Legislativo, com a

instalação da CPI das Milícias na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), que produziu o relatório que permanece até hoje como o mais completo documento a recuperar o histórico das chacinas e a apontar claramente a vinculação de agentes de segurança pública com milícias responsáveis pelas chacinas (PARÁ, 2015).

A própria CPI se deu na esteira de outra chacina em Belém, em 2014, que teve características similares a das ocorrências anteriores e futuras, como a morte de policiais e a incursão das milícias às periferias, onde milícias realizam os homicídios em massa, mas também algumas específicas, como a proliferação de boatos em aplicativos de mensagem instantânea, que resultaram em uma cidade sitiada, com pessoas que não saíam de suas casas, de escolas e universidades fechadas e um cenário generalizado de medo (FERREIRA JUNIOR; LOUREIRO; COSTA, 2016). Na medida, em que aponta para processos políticos específicos, visto que a própria CPI das Milícias era composta por deputados da oposição, também sinaliza para o conflito presente na identificação desses acontecimentos violentos por parte do governo estadual, principalmente quando o relatório aponta para providências que são negligenciadas no trato da Segup com cada nova chacina que ocorre.

Além disso, o outro único relato público que aponta para o caráter problemático das chacinas está presente naquele relatório elaborado pela Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Advogados do Brasil – Seção Pará (2017). O documento em grande parte recupera informações apresentadas no relatório da CPI, acrescentando a elas também dados relativos a duas chacinas do primeiro semestre de 2017, a da Região Metropolitana, em janeiro, e da Condor, em junho. O relatório aborda ainda algo que raramente é problematizado tanto na cobertura jornalística quanto nas manifestações do governo do estado, que é o atravessamento racial, na medida em que as atividades dos grupos de extermínio atingem os jovens pobres e negros das regiões periféricas da área metropolitana. Algo interessante, por fim, é que ambos os relatórios apresentam na sua coleção de informações sobre homicídios e chacinas as informações publicadas nos jornais *Diário do Pará* e *O Liberal* e nos seus correlatos portais de notícia – *Diário Online* e *GI Pará* – não só como referência para o que aconteceu, mas como uma evidência de que aconteceu.

Há ainda o fato de os próprios jornais serem agentes nessa conferência de forma e sentido ao fluxo do acontecimento, com a configuração de diferentes narrativas para essa chacina e mesmo qualificações para o que se passou. Diante de um contexto de concentração midiática, ambos os jornais têm a sua atuação atrelada à política formal no Pará. *O Liberal* é parte das Organizações Rômulo Maiorana (ORM), propriedade da família Maiorana, grupo que tem relevância como agente no cenário político e econômico do estado, na medida em que pelo menos

nos últimos 40 anos o seu apoio é estratégico no processo de eleição e de manutenção da governabilidade dos prefeitos da Região Metropolitana e dos governadores do estado filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), como Simão Jatene, governador à época da chacina da RMB. Já *Diário* é parte da Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA), da família Barbalho, com vários de seus membros filiados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), inclusive com Helder Barbalho, hoje governador do Pará, atuando como ministro da Integração Nacional do governo Temer. Trata-se de uma disputa do campo midiático já claramente explorada na recente literatura sobre os conflitos entre essas empresas de comunicação na Amazônia, mas que é definidora das divergências para o sentido de diversos acontecimentos no estado (BRAGA, 2015; CASTRO, 2012; MORAES, 2017; VELOSO, 2014).

Diante de tudo isso, essa conjuntura aponta para uma importante dimensão nessa disputa pelo sentido dos acontecimentos, aquela segundo a qual o seu sentido pode também ser provisório, aberto a reinterpretações, pois o mesmo acontecimento ou momento inscrito em diferentes meios pode sugerir sentidos e consequências diversas porque atores sociais e políticos também passam por conflitos e tensões ao tentar fazer sentido dos acontecimentos nos quais estão implicados (WAGNER-PACIFICI, 2010). Dito isso, algo bastante relevante é que cada jornal vai se situar em um lugar bastante específico ao agenciar narrativamente esses agentes e instituições como personagens em sua história para a chacina, marcadamente a partir desse domínio de embate pelas versões do ocorrido, ao mesmo tempo em que o próprio jornalismo se inscreve nessa disputa ao longo do acompanhar da trajetória do acontecimento.

3.4 Atravessamentos bio-necropolíticos

Diante disso, algo perceptível na chacina da Região Metropolitana de Belém de 2017 e que cumpre destacar é o fato de, sendo as chacinas perpetradas por grupos paramilitares com vínculos às vezes claros, às vezes ambíguos com o Estado, um dos elementos principais que caracteriza o emergir do acontecimento são essas mortes decorrentes de execuções, que estão no episódio que primeiramente permite a tematização adotada pelas mídias jornalísticas e pelos demais agentes. De modo que a identificação do acontecimento sob a égide de chacina sinaliza para outro campo problemático ainda, o da definição do valor das vidas e das mortes das vítimas a partir de um condicionamento biopolítico e necropolítico, que importa tanto para o próprio acontecer das chacinas, quanto para a elaboração pública sobre o acontecimento que se verá nas mídias jornalísticas.

No caso das chacinas em Belém, esses mortos não quaisquer mortos – são os indivíduos à margem, periféricos, que, no bojo dos saberes sobre a violência, sobretudo os midiáticos, são tidos como potencialmente criminosos, potenciais usuários de drogas, ainda que não haja confirmações a esse respeito, mortos pelas suas supostas relações com um “mundo do crime” e o tráfico de drogas (COUTO, 2015, 2018). As narrativas midiáticas, nessa perspectiva, surgem como lugar de reiteração do que os nomeia, do estatuto em que são inscritos, e a forma como a presença da sua morte integra a economia de uma visibilidade que perpassa também como essas vítimas não são tanto como vítimas, quanto são casualidades, de modo muito similar ao que Estado postula. Assim, é possível dizermos que apontam para aspectos como a “descartabilidade” da vida dessas pessoas, que se processa do ponto de vista a partir do qual aparecem nas narrativas e como são retomadas ao longo das falas dos agentes institucionais.

No acontecimento chacina, isso se expressa na própria ambivalência das chacinas como problema público – em que as mortes não são tematizadas como tais nem na narrativização nem nos relatos que o governo estadual fornece a respeito delas; antes, essas mortes aparecem sob o prisma de uma linguagem policial – assassinatos e mortes violentas que são apresentados como homicídios e execuções –, constituindo-se como efeitos colaterais de uma disjunção admitida publicamente apenas de modo parcial e que tem lugar na reverberação dos acontecimentos, atestando o vácuo no qual o valor dessas vidas é produzido e impelindo a pensar esse acontecimento como situação problemática. Assim, juntamente ao trabalho de identificação/determinação em torno das chacinas e aos elementos contextuais, trata-se de formas da definição da vida e da morte que nos ajudam a compreender o estatuto dos chacinados e seu eco na reverberação do percurso do acontecimento.

Convém-nos, portanto, mobilizar alguns marcos da teoria social contemporânea que nos permitem pôr sob escrutínio o campo problemático já iluminado pelo acontecimento. Esses marcos têm como preocupação comum dimensões políticas em torno das condições de existência de sujeitos, de garantia da sua vida ou de gestão da sua morte – pensando na produção da vida, do seu valor e de formas de condicionamento do ser morto; uma distribuição que, como nos lembra Chávez Mac Gregor (2012), nunca é natural, pois se dá sob condições de aparição que a legitimam, normalizam e justificam. Em razão disso fazemos recurso aqui à biopolítica em Foucault (2010) e Agamben (2002), e à necropolítica em Mbembe (2018). Mobilizá-los é especialmente relevante quando consideramos que a própria ocorrência da chacina se dá sob a chancela do que é identificado na literatura sobre o fenômeno no Brasil como uma violência de Estado de caráter genocida, que se liga ao contexto de práticas violentas e produção de

diferenças que são corporificadas na definição dos indivíduos que serão feridos e mortos (SCHEPER-HUGHES, 2015; SILVA, 2014; SMITH, 2016).

A biopolítica como ponto de partida está em Foucault (2010), dizendo respeito à política como atividade de fazer viver e deixar morrer, tratando-se da administração da vida por meio das tecnologias de regulamentação, que visam ao controle do conjunto de indivíduos, a população, assim como a administração de seus aspectos biológicos, como nascimento, produção, doença e morte, na organização política da sociedade. Dessa forma, biopoder constitui uma técnica de poder que se dirige ao homem como ser vivo, como espécie, cuja esfera do exercício inclui o direito de matar por meio do reverso à garantia da vida, que é a exposição de determinados grupos dentro da população à morte – a partir de diferenças e cesuras, no qual “a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro [...] é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2010, p. 215). Para Foucault, a biopolítica é uma figura que está na gênese do Estado moderno, no qual se produz um conjunto de instituições, práticas e formas de pensamento que serão características desse exercício do poder.

A interface desse processo está em Agamben (2002), que enxerga a biopolítica como figura do político existente para além do Estado moderno, fazendo do *homo sacer* e da vida nua o ponto central de sua reflexão. A ideia da vida nua se baseia em uma distinção oriunda dos termos gregos usados para vida, quais sejam: *zoé*, que diz respeito à vida enquanto fato de viver, vida biológica ou natural, por assim dizer, algo comum a todos os animais; e *bíos*, usado para se referir às formas e maneiras de viver, algo que só se processa no domínio do humano, portanto, de uma vida qualificada, uma vida política na *pólis*. Já a do *homo sacer* trata-se de uma figura do direito romano que se caracteriza como uma vida matável, exterminável, vida humana que é incluída no ordenamento por meio da sua exclusão, na medida em que admite que aquele que é considerado como *sacer* detém um estatuto segundo o qual é insacrificável ao mesmo tempo em que é matável – e ninguém que o matar pode ser culpado pela sua morte.

Agamben recupera a ambos para abordar a produção de uma exceção politicamente estabelecida na qual “o espaço da vida nua, situado originalmente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoé*, direito e fato entram em uma zona de irreduzível indistinção” (AGAMBEN, 2002, p. 16). Do ponto de vista do que caracteriza essa vida, portanto, figura sempre a partir dessa zona de indistinção, que é mesmo da morte e da vida, da lei e da violência, do cidadão e do proscrito. *Homo sacer* atesta, diante disso, “a definição de uma vida que pode ser morta sem que se cometa homicídio” (AGAMBEN, 2002, p. 171). Diante de um contexto marcado pela

intervenção e prevalência da biopolítica, o filósofo propõe pensar a política moderna a partir dessa ingerência sobre a vida, em que ela passa a ser incluída nos cálculos do poder e nos projetos de soberania do contemporâneo.

A ‘vida indigna de ser vivida’ não é, com toda evidência, um conceito ético, que concerne às expectativas e legítimos desejos do indivíduo: é, sobretudo, um conceito político, no qual está em questão a extrema metamorfose da vida matável e insacrificável do *homo sacer*, sobre o qual se baseia o poder soberano (AGAMBEN, 2002, p. 149).

É nessa medida que podemos situar a questão das “vidas que não merecem viver”, que se dá na esfera de uma politização da vida como exceção, cuja consequência é que a vida mesma perde qualquer relevância como qualificada, política, passando a existir sob esse registro do sacro, no qual a vida nua passa a ser constitutiva de sua condição, do seu estar à mercê de uma decisão soberana em um sistema no qual ela está inclusa pela sua exclusão. Trata-se, portanto, de mais do que uma animalização do alvo da violência, do próprio *homo sacer*, na medida em que a sua vida é parte de uma formulação política e da produção de formas de vida. Nesses termos, é possível falar de uma “sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono” (AGAMBEN, 2002, p. 91). Assim, ainda a respeito da figura da vida sacra, ressalta que “no *homo sacer*, enfim, nos encontramos diante de uma vida nua residual e irreduzível, que deve ser excluída e exposta à morte como tal, sem que nenhum rito e nenhum sacrifício possam resgatá-la” (AGAMBEN, 2002, p. 105).

Trata-se de uma inscrição em termos bastante relevantes quando voltamos àquilo que percebemos nas chacinas. O estatuto – social, racial, econômico, etc. – que as pessoas ocupam participa das formas como as mortes são socialmente vinculadas a elas, quer nas suas condições de vida quer em contextos de expectativas sobre quem deve viver e quem deve morrer, quer no trato pelas instituições, quer nas maneiras como emergem no acontecimento e na sua problematização pública. Vemos, assim, um espaço da vida que é alinhavado a uma presença da morte, cujo entendimento não é em primeira instância calcado em uma moralização essencializadora – um mal original, uma conduta perversa, um ódio fundador, etc. –, mas no reconhecimento de uma ordem política que é dada no contexto de exercício da soberania e da alocação dos corpos em espaços de inclusão e de exclusão, de ambivalências sobre o estatuto de sua vida, tanto quanto na eleição de corpos sociais que serão aqueles a sofrer a violência.

Isso nos leva à necropolítica em Mbembe (2018), que fala sobre como a política e o exercício do poder hoje estão relacionados, sobretudo, com o direito de matar e decidir a quem matar e ferir. Desse modo, a própria morte é parte de movimentos mais agudos, que produzem

e atingem o corpo aniquilável, com todo o peso que a expressão condensa. A necropolítica é uma forma de exercício contemporâneo da soberania que visa à destruição dos corpos e a sua expropriação em um nível extremo, em que os indivíduos não estão simplesmente excluídos da vida política, pois sua morte e sua exposição ao abandono fazem possíveis a perpetuação da política pela morte. A sua reflexão situa-se em torno das condições e das formas como se efetivam esse direito de matar e a produção de corpos mortos ou feridos – quando os projetos de soberania reclamam para si não só um controle sobre os corpos, mas também a produção de uma generalidade indiferenciada, que os transforma em corporeidades vazias e desprovidas de sentido a fim de “provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos da morte’, formas únicas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’” (MBEMBE, 2018, p. 71, grifo nosso).

Essa caracterização ulterior da morte consiste não só em fazer com que ela entre nos cálculos do poder, senão com que a própria política se realize em termos de um trabalho de morte em grande escala por meio de uma militarização que se orienta a aniquilar esses inimigos ficcionais, que existem muitas das vezes em um registro de fronteiras borradas entre o externo e interno. Nesse caso, trata-se de uma soberania que define quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é, tudo isso com a mediação de um estado de exceção e de uma “relação de inimizade” que chancela o direito de matar. O próprio termo “relação de inimizade” é bastante interessante para compreendermos o tipo de vínculo que caracteriza a constituição da necropolítica. O termo usado pelo autor é o francês *inimitié*, melhor compreendido pela acepção de aversão ou de hostilidade para com um grupo ou um coletivo, algo bastante a propósito quando se trata de uma configuração ou de práticas que produzem um inimigo, conforme o próprio entendimento de Mbembe. É essa relação de inimizade que está no núcleo da ideia de exercício do poder à custa das vidas de outrem, pois ela normaliza, agudiza, justifica e torna possíveis o terror, a destruição dessas vidas descartáveis e a multiplicação infinita da morte (MBEMBE, 2017).

Ao fim desta seção, em um exercício de possível síntese, podemos fazer a interface desses marcos a partir das mortes nos contextos da chacina – quer como resultado de crime, quer como problema público, etc. –, na medida em que dão conta das fissuras que expõem a inclusão da morte em projetos políticos, assim como a produção de mundos da morte como forma de existência em contextos de uma dimensão conflitiva do contemporâneo, que se expressa a partir do domínio da violência urbana. As mortes em situação de chacina, em razão de tudo que vimos apresentando, constituem um *continuum* que, na sua própria manifestação, desfoca essa condição para fazer emergir a onipresença da violência, a naturalidade de

determinadas mortes, ao passo que a todas as vidas em torno das mortes, tanto as das vítimas quanto as dos vivos afetados, é relegado o lugar de aquiescência a essa condição de matável e aniquilável – na realização última dessa forma de existir socialmente.

Vemos tal processo ter bastante força nas falas institucionais, que fazem de toda a situação uma formulação muito mais administrativa do que como parte de um problema social. As chacinas surgem como algo a ser combatido, ao mesmo tempo em que a dimensão dos sujeitos, das pessoas mortas, é eclipsada em meio a diversos usos políticos de suas mortes. O momento no qual elas aparecem é quando seus cadáveres são apresentados nos jornais e quando a recuperação de seus nomes ocorre em uma listagem tanto pelos próprios órgãos quanto pela cobertura jornalística. O sentido de abandono social ou de homicídio legitimado é o que faz com que tanto as chacinas continuem a ocorrer quanto as vidas das pessoas vitimadas sejam ignoradas em prol da sua exposição como um corpo morto ou como dado em um quadro de estatísticas da violência. São mortes cuja exploração nas narrativas de ambos os jornais não merecem mais do que o detalhamento de sua ocorrência – quem eram os assassinos, como mataram essa vítima, quem viu e pôde testemunhar, o que os agentes de polícia explicam que aconteceu. Esse é o movimento em ambos os jornais, com a diferença de que *Diário* realiza uma ligação com a lógica da ação das milícias e *O Liberal* tenta criminalizar as vítimas ao dizer que tinham histórico criminal, relações com tráfico ou eram usuários de drogas.

Dessa forma, vemos também como nas narrativas de ambos os jornais, a emergência do acontecimento está relacionada não só à ocorrência das mortes, como também à captura e publicação das imagens dos cadáveres das vítimas, que servem de ilustração nas cenas que projetam essa morte – e nas quais o estatuto de vítimas é reificado como condição para um alinhavo posterior na qualificação do problema público – houve dezenas de mortes, e agentes atuam tentando identificar o que aconteceu, ainda que a partir de determinados vieses. Basta retomarmos as imagens publicadas nos relatos iniciais do acontecimento para percebemos esse atravessamento que faz das vítimas um objeto de exposição por via da sua cadaverização.

Figura 2 - Capas do caderno Polícia de Diário do Pará, 21 e 22 jan. 2017



Fonte: DIÁRIO DO PARÁ, 2017a, 2017b.

Figura 3 - Interior do caderno Polícia de O Liberal, 21 e 23 jan. 2017



Fonte: O LIBERAL, 2017a, 2017c



Do ponto de vista do contexto do qual fazem parte as pessoas são mortas a partir de diversas dinâmicas, das quais a ideia do “bandido” como inimigo é a mais evidente. É

com base nessa lógica que esses grupos de extermínio realizam os assassinatos nas periferias das cidades. Trata-se aqui de um processo de criminalização de populações periféricas, que estão suscetíveis à morte que ronda esses espaços e se produz na interface com um estado de exceção, no qual as vidas dessas pessoas são irrelevantes, são percebidas publicamente como questão problemática a partir do momento em que se tornam numerosas, ainda assim de forma parcial. Desse modo, uma tal cotidianidade da morte violenta tanto nas narrativas, quanto nos debates públicos, é a ideia que faz com que se aloque essas mortes na compreensão do homicídio, mais do que no de uma matança generalizada e estruturada, que tem sido levada a cabo há algumas décadas e condiciona esse regime social de narração do acontecimento do qual o jornalismo faz parte, assim como o próprio acontecimento que volta a emergir na medida em que mais mortes ocorrem nessas circunstâncias que remontam à figura da chacina.

Além disso, a própria ocorrência da chacina permite-nos inferir sobre essa dimensão que envolve a soberania, as ações do Estado, a exacerbação de um poder militar e bélico, que envolve agentes estatais, instituições que idealmente deveriam estar dentre aquelas que deveriam garantir condições da vida digna, mas que são aquilo mesmo de que se deve ter medo. Ao mesmo tempo, porém, a configuração do acontecimento chacina nas narrativas jornalísticas, ao trazer as mortes para a cena do acontecimento e agenciar os incidentes a partir e em torno delas, dá a ver um dimensionamento, a brutalidade, a força dessa gestão bio e necropolítica em torno da violência urbana, marcadamente por apontar os sentidos que cada morte adquire – enquanto crime, enquanto morte de criminosos, enquanto sintoma de uma desagregação social, enquanto casualidade etc. na formulação ou negação de um problema público. Portanto, da forma como figuram nas narrativas, trata-se certamente de vidas que são expropriadas e que subsistem num espaço de limiar entre vida e morte, que podem mesmo assistir à sua vinculação a uma potencial apropriação pelo poder e pelos que contam a história do acontecimento violento.

4 METODOLOGIA PARA APROXIMAÇÃO AO ACONTECIMENTO

O desafio nos que resta é delinear a forma como realizamos a incursão analítica às narrativas jornalísticas de modo a compreender a configuração do acontecimento chacina, equacionando tanto os elementos presentes nas suas textualidades quanto aqueles tributários das suas vinculações sociais. Na medida em que a chacina é alvo de cobertura ao longo de sucessivos dias após o episódio no qual começa a ser configurada, há claramente um início e a imposição de um fim no conjunto de narrativas elaborado por cada um dos jornais, ainda que o fim da cobertura não necessariamente resvale em uma conclusão ou um desenlace, conforme buscamos deixar mais claro ao longo do capítulo. É evidente, no entanto, que fazem parte dessas relações as várias dinâmicas apontadas anteriormente, como a produção da descrição, a identificação, as formas que o acontecimento toma e o trabalho narrativo por composição da intriga sobre ele operado pelo jornalismo.

Se acompanhamos a crítica de Arquembourg (2005), vemos que ela aponta para a insuficiência das perspectivas que lidam com a apropriação midiática dos acontecimentos nos termos de sua redução ou que ignoram a função das narrativas na determinação do que aconteceu. Para a autora, é preciso entender esse tratamento midiático dos acontecimentos enquanto processo de apropriação deles, na medida em que informam o que ocorreu e os desdobramentos do ponto de vista dos sentidos que adquire, o que sinaliza para o intenso processo de reflexividade que está no cerne dessa narrativização pelas mídias, que impacta nas interpretações sobre a situação – cuja definição não é monolítica, imutável, mas está suscetível a esses movimentos de alinhavo e de exploração no espaço midiático. Na esteira de tal processo, é relevante manter em mente que

A narrativa constitui a mediação por excelência, graças à qual os sujeitos podem aceder à compreensão deles mesmos, dos acontecimentos que os atingem e do caráter problemático das situações com as quais se confrontam. [...] O acontecimento que ganha forma e sentido numa história como fim e/ou como começo (torna-se, então, um acontecimento fundador) é fruto do trabalho propriamente narrativo durante o qual pôde «retornar a si próprio», devido às suas consequências e à sua dimensão (ARQUEMBOURG, 2005, p. 111).

Dessa forma, podemos falar em um acontecimento chacina em razão dessa organização que se processa nas narrativas jornalísticas, com a qual a ação de diversos agentes sociais e políticos vai interagir e ser re-agenciada nelas e por elas. Por isso, as mídias jornalísticas estão envolvidas na constituição desse acontecimento a partir da produção de “episódios” que dão conta do curso, das retrospectivas e da identificação do acontecimento, conforme a cobertura

se inicia, desenrola-se e atinge um ponto de chegada ou de abandono como conclusão. Por esse motivo, ao delinear um caminho metodológico para a análise desse acontecimento, recorreremos aqui à noção de percurso acontecimental (BABO-LANÇA, 2006; BARTHÉLÉMY; QUÉRÉ, 1991), que permite analisar a processualidade dos acontecimentos, seus encadeamentos, descrições e ações presentes na sua duração. Cremos que tal construção é possível na medida em que o acontecimento configurado na mídia pode ser entendido como uma coleção de ocorrências “tomadas juntamente” pela intriga em que são postas, de modo que a ideia de percurso dos acontecimentos nos parece profícua para fornecer uma lógica à nossa visada em torno dos desenvolvimentos da narrativa em nosso objeto de análise, caracterizados pela emergência do acontecimento violento e de eventos em sua esteira que aderem àquilo inicialmente identificado e descrito.

4.1 Caracterização do corpus e da chacina

Nos dias 20 e 21 de janeiro, a primeira chacina do ano de 2017 consistiu em uma série de homicídios ocorridos após a morte de Rafael da Silva, 29 anos, integrante da Ronda Tática Metropolitana (Rotam) da Polícia Militar do Estado do Pará (PM/PA), que ocorreu durante uma troca de tiros no bairro da Cabanagem, em Belém, quando o policial foi atingido na cabeça. Notícias dos dias posteriores à chacina dão conta de números difusos de mortos, variando de 25 a 35, já que se referem aos casos ocorridos após o assassinato do policial, que poderiam mesmo virtualmente ser parte da “resposta” das milícias à sua morte. Houve vítimas em diversos bairros da Região Metropolitana de Belém, abarcando, além da própria capital, os municípios de Ananindeua e Marituba.

A cobertura jornalística das chacinas se dá em interface com uma rotinização midiática da violência nos jornais impressos produzidos em Belém, *Diário do Pará* e *O Liberal*, a partir de seus cadernos policiais, que em ambos os jornais privilegiam a publicação de notícias sobre homicídios e prisões de pequenos traficantes (COSTA et al., 2017; COUTO, 2015; FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2016a, 2016b). No entanto, a cobertura sobre as chacinas apresenta demarcadores que a diferem da cobertura diária sobre mortes na própria editoria policial dos jornais paraenses, em que tais homicídios comumente aparecem em histórias sobre execuções, que se limitam a uma única edição e não têm qualquer continuidade além do roteiro de ocorrência policial. As mortes das chacinas podem até ser identificadas inicialmente como execuções isoladas, mas voltam à cobertura como chacina, que se torna um acontecimento que abarca uma dimensão problemática e diversas ações de caráter público ao seu respeito, com

uma disputa pelo sentido do que aconteceu, que se dá em uma cadeia de ações e no decorrer dos seus vários “episódios”.

Em razão desses caminhos apontados acima, lançamos o olhar sobre aquilo que entendemos como acontecimento chacina a partir da cobertura jornalística sobre a chacina da Região Metropolitana de Belém, em matérias publicadas em ambos os jornais. Essa cobertura engloba a ocorrência das execuções nas periferias de Belém, inicialmente identificadas como mortes dispersas, até que se começa a falar de chacinas, e desdobramentos em torno delas começam a ocorrer – dentre os quais, explicações do governo do estado do Pará, cobranças de esclarecimento por representantes políticos, manifestação de familiares das vítimas, até mobilizações de ONGs e outros grupos na esteira do acontecimento, com diferentes graus de discussão em torno deles. Desse modo, com base na leitura dos jornais e no acompanhamento do desenrolar do acontecimento, a seleção das matérias consistiu em:

Quadro 1 - Total do material selecionado

	Jornal	Nº de edições	Nº de matérias	Período
Chacina da RMB	<i>Diário do Pará</i>	8	25	21 jan. – 3 fev.
	<i>O Liberal</i>	4	12	21 – 25 jan.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Tal escolha se deu justamente pela verificação dos textos que abordavam aspectos relativos às chacinas, como as mortes que demarcam a eclosão de cada uma delas, as respostas das instituições políticas, manifestações da sociedade civil e relatos sobre as vítimas. Cumpre demarcar que essa cobertura emerge em dois diferentes espaços em ambos os jornais: no caderno policial, chamado Polícia em ambos, e no caderno de cidades, chamado de Cidade em *Diário* e de Atualidades em *O Liberal*. As matérias que aparecem no Polícia de *Diário* são, sobretudo, as notícias que dão conta das mortes espalhadas pela cidade no dia posterior ao início da chacina da RMB e que poderiam ou não estar ligadas a ela; após isso, todas as matérias sobre as chacinas serão publicadas no seu caderno Cidade, demarcando a importância que o tema adquire a ponto de figurar no caderno que aborda as questões políticas e sociais relativas ao cotidiano da cidade. Em *O Liberal*, as matérias estão quase exclusivamente publicadas no caderno policial, com apenas uma entrada no seu Atualidades sobre a chacina da RMB, que diz respeito a uma medida do governador do Pará; de saída é possível falar na amenização das chacinas como questão social e política, para a sua alocação como questão policial nesse jornal.

Essa divisão, dentro da qual a cobertura está, trata-se de uma clássica segmentação em jornais brasileiros, com seu primeiro caderno, comumente identificado como editoria de cidades, e com outros espaços, como aqueles dedicados ao esporte e à “crônica policial” (MEDINA, 1988; RAMOS; PAIVA, 2007). Uma distinção importante surge aí, na medida em que essa editoria de cidades se dedica à cobertura de assuntos políticos e sociais relevantes, e “o noticiário sobre crimes é um dos poucos espaços nos jornais que registram o cotidiano das áreas pobres” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 82), com ênfase para notícias sobre homicídios das populações dessas áreas.

De fato, há uma coincidência entre gêneros jornalísticos e a estruturação desses cadernos em ambos os jornais, com uma prevalência de reportagens no primeiro caderno e de notícias no policial. No entanto, como nossa preocupação incide sobre a configuração narrativa e o percurso do acontecimento que é possível depreender dela, nossa visada se ocupa muito mais do encadeamento e do desenrolar nas narrativas, em razão dos desdobramentos em torno das chacinas. Desse modo, voltando especificamente o nosso olhar para os jornais *Diário do Pará* e *O Liberal*, ao longo dos dias após a série de assassinatos, vemos uma cobertura que abarca a seguinte progressão (Quadros 2 e 3).

Quadro 2 - Edições de *Diário do Pará* com matérias sobre a chacina da RMB

Caso	Data da edição	Título	Seção	Página
Chacina da RMB	21 jan.	PM morre em dia de assassinatos em série	Cidade	A7
		Deputado critica sequência de mortes	Cidade	A7
		Curuçambá: morto no quintal	Polícia	3
		Violência sem limites: 16 assassinatos	Polícia	4-5
		Marituba: morte ao meio-dia	Polícia	6
		Guamá, Comércio e Ananindeua: mais 4 assassinatos	Polícia	7
		Vítima ainda conversou com algozes: matadores cordiais	Polícia	8
		Consertava encanamento quando levou 16 tiros	Polícia	8
	22 jan.	Assassinado diante de ponto comercial	Polícia	8
		Carro preto em Ananindeua: duplo homicídio	Polícia	2
		Madrugada sangrenta: dois assassinatos	Polícia	4
	23 jan.	32 pessoas são executadas após morte de soldado da PM	Cidade	A2
		Mortes em série superam três vezes a chacina de 2014	Cidade	A2
		Familiares das vítimas descrevem execuções e clamam por justiça	Cidade	A3
		Governo Federal deve ajudar na investigação dos crimes	Cidade	A3
		Ordem dos Advogados convoca audiência pública para debater situação de violência	Cidade	A3
		Há cerca de 2 anos, Governo do Estado dispensou ajuda da Força Nacional	Cidade	A4
		Em 3 dias, 50 pessoas são mortas no PA	Cidade	A5
	24 jan.	Fim de semana mais violento da história do Pará termina com 61 assassinatos	Cidade	A3
		Família chora morte: 'Era o braço direito da nossa mãe'	Cidade	A3
	25 jan.	35 homicídios do fim de semana continuam sem presos e solução	Cidade	A2
	26 jan.	Audiência pública debate os 35 assassinatos do fim de semana	Cidade	A5
	30 jan.	ONG internacional critica governo do Pará por chacina	Cidade	A2
	03 fev.	Pará registra 409 mortes violentas somente no mês de janeiro deste ano	Cidade	A6
		Estado é palco de 13 crimes brutais por dia, em 2017		

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em DIÁRIO DO PARÁ, 2017a, 2017b, 2017c, 2017d, 2017e, 2017f, 2017g, 2017h.

Quadro 3 - Edições de *O Liberal* com matérias sobre a chacina da RMB

Caso	Data da edição	Título	Seção	Página
Chacina da RMB	21 jan.	Soldado morto a tiros	Polícia	4
		Após a morte do PM, vários homicídios são registrados na Grande Belém	Polícia	4
		Encapuzados em um carro preto matam pedreiro na porta de sua casa	Polícia	4
		Homem é morto na frente da família	Polícia	5
		Homens em carro preto matam jovem no Benguí	Polícia	5
	22 jan.	Jatene manda apurar 27 mortes em Belém	Atualidades	6
	23 jan.	Estado investiga crimes	Polícia	2
		Suspeito de matar soldado é morto em confronto com a Polícia Militar	Polícia	2
		Outras três pessoas foram assassinadas no sábado, na Grande Belém	Polícia	2
		Encapuzados matam rapaz com três tiros	Polícia	3
	25 jan.	Equipes apuram crimes	Polícia	4
		“Os crimes foram praticados por bandidos profissionais”, diz delegado	Polícia	4

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em O LIBERAL, 2017a, 2017b, 2017c, 2017d.

Em razão desse caráter progressivo da cobertura, que pode ser encarado como a condição para pensarmos em uma urdidura narrativa, julgamos que um caminho analítico que dê conta dessa narrativização requer de nós considerarmos aquilo que se processa nos modos como as narrativas animam cada novo momento capaz de iluminar o que previamente ocorreu, ao mesmo tempo em que se possa olhar para o que se adiciona à história em andamento desse acontecimento violento. Para nós, é possível encontrar nas próprias teorias do acontecimento e da narrativa a possibilidade heurística de exercitarmos tal visada. Dessa forma, dedicamo-nos na seção seguinte a delinear os parâmetros de tal abordagem, que se centram na ideia de que é possível olhar para a trajetória do acontecimento e para as cenas que ela “contém”, ambos os movimentos possíveis em decorrência dessa configuração narrativa com a qual buscamos lidar.

4.2 Percurso acontecimental e cenas do acontecimento

A mobilização que fazemos aqui, portanto, é consequência de pensarmos na configuração das narrativas sobre o acontecimento por meio da sua colocação em intriga, da produção do enredo e do agenciamento dos elementos heterogêneos que os compõem – seus personagens, seus contextos, a reminiscência de outros acontecimentos, etc. Se a ideia é de que a narrativa jornalística atua como configuradora do acontecimento, então nos é pertinente entender o seu desenvolvimento, o seu desdobramento, as maneiras como os incidentes são agenciados e as maneiras como o acontecimento é alinhavado nessa tessitura. Tal proposta, portanto, encontra no *percurso acontecimental* a sua possibilidade de realização, na medida em que essa heterogeneidade da história de que é feito e a qual faz o acontecimento nos insta a pensar não só na tentativa de reduzir a contingência do acontecer, mas também a maneira como se desenvolve ao longo do trabalho narrativo em torno delas.

Aquilo a que chamamos de percurso acontecimental está presente como *parcours événementiel* em Barthélémy e Quéré (1991) e como *percurso eventivo* em Babo-Lança (2006). Ambas as elaborações estão preocupadas com o trabalho coletivo de definição dos acontecimentos públicos, dos quais participam atores sociais, políticos e mesmo midiáticos, que apresentam suas categorias e interpretações para os acontecimentos na medida em que eles se desdobram, desdobrando-os em retorno. Ressona especialmente conosco o fato de os autores privilegiarem a constituição em narrativa e a colocação em intriga para compreensão e acompanhamento do que aconteceu, razão por que mobilizamos a noção de percurso acontecimental a fim de dar conta da trajetória do acontecimento chacina e da sua inteligibilidade para além das suas descrições iniciais. Dessa forma, consideremos que

[...] o que acontece está inscrito em um ambiente social; está afiliado a um curso de ação, a uma intriga ou a uma textura causal. Consequentemente, um acontecimento não é nem um instantâneo nem um ocorrência isolada submetida à observação; como parte de uma intriga, ele está afiliado com uma história em andamento; desperta julgamentos e desencadeia ações. É por isso que podemos falar de um percurso acontecimental. O que significa duas coisas. Primeiro, que a constituição social da factualidade do acontecimento (ou a estabilização de sua identidade e sentido) tem uma duração ou um processo de desenvolvimento. Depois, que o acontecimento emerge como componente de um curso de ação ou como elemento de uma intriga: é com base no que aconteceu antes e no que se segue – essencialmente ações e acontecimentos anteriores e posteriores – e de acordo com a ação e os personagens configurados pela intriga, que o que aconteceu em um dado momento adquire a sua determinação (BARTHÉLÉMY; QUÉRÉ, 1991, p. 23–24, tradução nossa).

Em razão dessa forte ênfase na composição da intriga não só na definição do que aconteceu, mas na sua inscrição em uma história em curso, a que é possível acompanhar, julgamos que o conceito nos possibilita realizar a incursão às narrativas jornalísticas a fim de entender como as chacinas são configuradas. Daí a relevância de nos voltarmos para a história contada sobre o acontecimento nas mídias jornalísticas, pois são o espaço privilegiado para entendermos esse trajeto dos acontecimentos pelo intenso trabalho narrativo que exercem sobre eles. A própria intriga é algo que torna complexa a tarefa, marcadamente, quando consideramos a sua dimensão episódica e configurante, de sequência e figura, conforme elabora Paul Ricoeur (2010). Entendemos que ambas as dimensões da composição da intriga podem ser abordadas pela noção de percurso acontecimental. Esclarecimento mais enfático a respeito dele está em Babo-Lança, que infere que pode se expressar da seguinte forma, quando tomado como categoria:

A noção de percurso eventivo detém um carácter descritivo e um carácter operatório. Enquanto “categoria descritiva”, corresponde a uma acção coletiva que se temporaliza; enquanto “categoria analítica” permite reconstituir um acontecimento social em termos de composição de ocorrências mais ou menos dispersas. [...] A noção apresenta por isso: duas vantagens: (1) graças ao seu carácter operatório, permite restituir o encadeamento de um curso de acontecimentos dispersos; (2) como “categoria descritiva” supõe uma duração e um desenvolvimento na configuração do acontecimento público (BABO-LANÇA, 2006, p. 28).

São, portanto, essas duas dimensões do percurso acontecimental que buscamos alinhar quando da definição de um potencial trajeto metodológico para nos aproximarmos aos acontecimentos, de modo que nos seja possível pensar nas chacinas tanto do ponto de vista do acompanhamento da configuração do acontecimento a partir do que figura na cobertura, quanto da restituição desse encadeamento que consiste na progressão das notícias nos jornais,

assim como advém da atenção aos movimentos de recuperação, de amplificação, de ocultamento, dentre outras dinâmicas complexas operadas pela narração da história e na própria história narrada. Essa conjunção possibilita inferir que a cobertura desenvolve-se como tal e confere aos acontecimentos a inscrição sob um determinado registro, o das chacinas urbanas nas periferias da cidade, com um campo de problemas que lhe é próprio e que condiciona sua tematização e inteligibilidade, conforme elaboramos no capítulo anterior.

Assim, cumpre ainda estabelecer que perspectivas similares à do percurso acontecimental são desenvolvidas em estudos da Comunicação que tomam como base as ideias de configuração e individualização dos acontecimentos. Simões (2012) aborda esse processo por meio de: a) descrição, que busca entender modos sob o quais se descreve o acontecimento, como ele é relacionado a outros ainda, de modo a evidenciar diferenças e semelhanças; b) narração, dedicada à percepção da organização narrativa, pondo o acontecimento em articulação com o passado e o futuro; e c) pano de fundo pragmático, para entender a convocação dos indivíduos não só ao exame dos acontecimentos, mas à assunção de posições diante deles.

Na mesma esteira, França (2011) entende que a apreensão da inscrição social do acontecimento passa pelas seguintes etapas: a) descrição, que trata da sua categorização e a maneira como os seus elementos são apresentados; b) narrativização, que se trata da estruturação temporal e da identificação dos agentes como personagens; c) identificação do pano de fundo pragmático, por meio do qual se entende, no plano da experiência, o que os públicos fazem com os acontecimentos; d) a caracterização do problema público, quando a sua tematização envolve o reconhecimento de que a situação que constitui acontecimento é problemática, no sentido mesmo de um problema público que afeta a sociedade, publicamente reconhecido como tal; e e) normalização, que atesta a redução da contingência do acontecimento e que envolve o fechamento ou o esquecimento da cadeia de ações e agenciamentos em torno delas, bem como das mobilizações na experiência pública.

Diante dessas orientações, uma ressalva antes de prosseguirmos é necessária a fim de clarificar o caminho para o qual estamos indo com o conceito de percurso acontecimental. Tanto Barthélémy e Quéré (1991) quanto Babo-Lança (2006) lançam mão da noção para pensar na constituição do acontecimento em um quadro mais amplo do ambiente social e mesmo da ação social e coletiva, já que se preocupam não só com as descrições, mas com as ações práticas que advém nas cenas públicas como reações e interações de atores sociais com o acontecimento. Nossa perspectiva aqui distingue-se das anteriores – de modo discreto, é possível dizer – por focalizar na constituição do acontecimento a partir das narrativas jornalísticas, nas quais esses

aspectos da ação social podem até figurar, no entanto, estando situados em um conjunto de ocorrências e ações tornados parte do acontecimento que é apresentado nas mídias jornalísticas.

Dessa forma, é possível demarcar que abordamos o percurso acontecimental das narrativas midiáticas e de suas textualidades, na medida em que vemos que há na cobertura dos jornais uma tentativa estruturada de conter o fluxo do acontecimento, de conferir-lhe sentido e apontar para os lugares de seu desenvolvimento. Não se trata de ignorar a dimensão dos outros atores na processualidade acontecimental, mas de dar ênfase naquela em que os diversos aspectos do acontecimento, residuais ou não, são retomados e são alvo de um trabalho de organização narrativa. De modo que não é incongruente nos apropriarmos do conceito em nossa elaboração analítica em razão de ele contemplar o papel da *mise en intrigue* e do tratamento midiático como parte desse complexo social no qual o sentido dos acontecimentos é gestado e publicizado, da mesma forma que a incursão e a reflexão a seu respeito torna possível elucidá-los e compreendê-los. Essa perspectiva nos ajuda a entender aspectos do acontecimento não do ponto de vista de mero registro ou relato noticioso a seu respeito, mas das operações, relações e interações que lhe dão forma, que fazem com emerja desta ou de outra forma no espaço midiático – algo bastante relevante quando pensamos o caráter conflitivo de um acontecimento social como as chacinas.

Portanto, fazemos recurso ao percurso acontecimental por se tratar de uma forma de compreender as determinações que se ordenam ao longo da possível descrição cronológica do acontecimento e da identificação das suas fases, conforme expressam Barthélémy e Quéré (1991). Especialmente para poder definir as fases do acontecimento e dar conta dessa descrição, recorreremos ainda àquilo que ambos chamam de “dimensão cênica das mediações no acontecimento”, processo pelo qual os elementos do acontecimento – ações, temporalidades, agentes, etc. – são organizados concomitantemente tanto pela composição de uma intriga, sua *mise en intrigue*, quanto pela produção de cenas, sua *mise en scène* (BARTHÉLÉMY; QUÉRÉ, 1991, p. 13). De modo que vemos nessa constituição de cenas uma das possibilidades de alinhar heurísticamente aquilo que podemos apreender do acontecimento em movimentos de análise, além de podermos pensar de modo mais claro na dimensão dos episódios e da história configurada a partir da elaboração das cenas.

De fato, a ideia de que é possível pensar no acontecimento a partir de suas cenas não é exclusiva da proposição acima. Wagner-Pacifi (2010) estabelece que o conceito de cena, sendo afim ao de enquadramento, pode ser utilizado não só para abordar interpretações divergentes, mostrando-se capaz de dar conta do próprio fluxo dos acontecimentos ou sua trajetória, assim como dos agentes, do contexto político e dos domínios de ação e conhecimento

socialmente estabelecidos para esta ou aquela parcela do acontecimento, atuando como forma de entender as visões de mundo a partir das quais o acontecimento tem lugar e toma forma. Já Mouillaud (2012), cujo âmbito de preocupação é o acontecimento na mídia, também situando uma interface com a ideia de enquadramento, afirma que as cenas dos acontecimentos são produzidas a partir da “moldura” que se dá aos fragmentos de um texto midiático, capazes de constituir uma totalidade a partir dessa fragmentação em cenas parciais, que tornam possíveis a leitura e a compreensão, na medida em que estão orientadas para uma direção, apresentando apenas certas ações e indivíduos. Dessa forma, sobre a operação de constituição da cena, estabelece que

A moldura opera ao mesmo tempo um corte e uma focalização: um corte porque separa um campo e aquilo que o envolve; uma focalização porque, interditando a hemorragia do sentido para além da moldura, intensifica as relações entre os objetos e os indivíduos que estão compreendidos dentro do campo e os reverbera para um centro. O produto do corte e da focalização institui o que se chamará (dando-lhe amplo sentido) de "cena" (MOUILLAUD, 2012, p. 79).

Ainda que processos narrativos não estejam no cerne das duas proposições acima apontadas, percebemos a relevância da opção pelo conceito de cenas justamente pelo fato de que, se qualquer descrição ao longo da duração do acontecimento é possível, é-o pelo trabalho também em torno da delimitação de suas “partes”, de seus componentes discretos que podem remontar a cenas, que definem a compreensão das ações e incidentes a partir de um determinado quadro de relações e sentido, em vez de outro. Especificamente sobre essa dimensão cênica das narrativas, relevantes pistas podem ser encontradas em Cal e Lage (2015), que pensam na constituição de cenas como categoria para análise narrativa de histórias configuradas pelo jornalismo impresso. No contexto de seu trabalho, que lida com narrativas de sofrimento, entendem que essa construção de cenas é tributária “à própria atividade narrativa midiática de retratar a dor desses sujeitos, através da tessitura de enredos e da descrição desses contextos do sofrimento” (CAL; LAGE, 2015, p. 150), de modo que aspectos como contextualização e detalhamento de situações de personagens são componentes a explorar nesse tipo de incursão analítica. A consequência disso é que, além da compreensão da cena como parte que impacta em e é impactada pela composição da intriga, ela também é o lócus de especificação dos elementos que serão agenciados por essa mesma intriga na configuração do acontecimento.

Por fim, cumpre estabelecer que essa articulação teórico-metodológica que aqui propomos nos ajuda a realizarmos uma aproximação a um objeto que é de abordagem bastante difícil, em razão do seu caráter de situação problemática e conflitiva, já que se produz em um ambiente de tensões sociais e comporta leituras que o tensionam em interface com diversos

aspectos do social, ao modo mesmo das considerações sobre as vinculações sociais das narrativas. Ao mesmo tempo, cremos ser um movimento profícuo porque, mais do que como um marco teórico-metodológico fechado, entendemos a opção pelo percurso acontecimental e as cenas do acontecimento como “gesto metodológico” (CARVALHO; LAGE, 2012b, p. 11) diante daquilo que é pertinente para a nossa própria trajetória de análise, que não é tanto apriorística quanto é uma perspectiva informada pelas interações, leituras e operações em torno do objeto a que nos propomos analisar.

4.3 Chacinas, percurso e constituição das cenas

Após apontarmos a lógica da nossa abordagem metodológica, uma última consideração ainda é devida quanto à maneira como vemos o percurso acontecimental e a constituição das cenas do acontecimento chacina. Em nosso caso, ao olhar para chacinas, vemos que cada episódio violento inicial – os homicídios propriamente ditos – é enredado pelo jornalismo em uma trajetória que se perfaz ao longo da história a acompanhar, ao mesmo tempo “produzindo” o acontecimento e atualizando-o. De modo que, pelo ordenamento jornalístico, emerge a inteligibilidade e o sentido do acontecimento de acordo com as descrições formuladas nas narrativas midiáticas. As formas como o acontecimento figura e se desenvolve nos impelem a considerar esse trajeto no qual é inscrito e os seus fragmentos, que atestam sua dimensão cênica. Razão por que passamos abaixo a realizar uma leitura mesmo preliminar que nos permita identificar as cenas que integram tal percurso.

A situação descrita no início desta pesquisa, com as várias notícias sobre as mortes, é a típica ocorrência que anima as chacinas a cada vez que elas acontecem. Consiste, sobretudo, no apontamento dos homicídios que já compõem, quando de sua ocorrência, ou comporão, quando são tomados em retrospectiva, o quadro das chacinas. Esse momento da narrativa é o da constituição da *cena do crime*, na qual são apresentados os detalhes do ocorrido, as circunstâncias do assassinato, a indicação de vítimas e a exploração da imagem dos cadáveres. A ideia de que os vários mortos são dizimados pela ação de “atiradores”, “matadores”, “bandidos”, “encapuzados”, “carro prata” e de outras cores, etc. é a prevalente nesse momento. Para a chacina da RMB, tanto *Diário* quanto *O Liberal* apresentam o seu início a partir do homicídio do PM que ocorre durante uma operação policial na periferia, e a partir da série de assassinatos, das mortes dispersas pela cidade, que passam ao estatuto de chacina na medida em que são assinaladas como reação de grupos armados e como um grande número de homicídios à morte do policial.

Na esteira delas, os jornais elaboram também uma *cena político-institucional*, na qual o poder público apresenta os relatos e as interpretações sobre o que cada uma das chacinas representa, assim como são o espaço em que, de modos divergentes em cada jornal, a chacina galga ao estatuto de problema público. Como parte dessa cena temos aquele momento previamente apresentado, no qual o delegado de polícia vem prestar esclarecimentos sobre quais as informações de que dispõe e quais as respostas para tal situação. Nessa cena, são os representantes do Estado, suas avaliações e suas ações, que estão no centro da elaboração jornalística que dá continuidade ao acontecimento chacina, estabelecendo inclusive a maneira como ela afeta processos sociais e relativos à política de Estado. Ainda assim, essa cadeia de ações, em específico, é situada nessa cena não somente em razão de agir-se em repercussão ao que inicialmente aconteceu, mas por também sua ação ser incorporada à tessitura da narrativa para o acontecimento na tentativa do jornalismo de qualificá-lo e cindir seus sentidos a partir dessa ordem cênica.

Resulta ainda que uma terceira ordem de cenas emerge nessa cobertura, que é aquela da *cena de contestação*, na qual agentes diversos tensionam ou mesmo apresentam versões diversas para as chacinas. Trata-se de uma cena bastante heterogênea, na qual teremos representantes da Alepa que estiveram envolvidos na CPI das Milícias falando sobre a chacina, além de organizações da sociedade civil que tematizam as mortes decorrentes da ação das milícias como problema público e de Estado, de fato oferecendo uma visada diferente daquela apresentada pela administração pública. Por sua vez, quando os familiares das vítimas e outras pessoas afetadas apresentam as vítimas e mesmo o lamento ou a perda, uma modulação das narrativas, ainda que frágil ou precária, em torno da vida dos chacinados e da gravidade da situação para as pessoas imediatamente impactadas vem à tona.

Diante do exposto, é importante ressaltar que essas cenas são constituídas ao longo de toda a cobertura de forma muito mais remanescente da lógica da continuidade-descontinuidade a partir da qual a composição da intriga atua, que é a mesma que nos permite fazer a mobilização da sua dimensão episódica e configurante na urdidura das narrativas. Isso implica dizer que o próprio sequenciamento das cenas ao longo do percurso do acontecimento não é tão simples quando uma sucessão diária, na qual algumas aparecem primeiro e as outras necessariamente em seguida. Elas são cenas concorrentes desde o início e se constituem não só no texto escrito de cada matéria, mas nas fotografias, nas capas, em legendas, cujo montante se trata de um “conjunto de textualidades implicadas na atividade interpretativa” (LAGE, 2013a, p. 109). Além disso, há uma intersecção entre aquilo que cada cena abarca justamente porque elas

abordam o fluxo de ocorrências que emerge na cena pública com o qual as narrativas lidam, incorporando-o à história do acontecimento.

Além disso, ainda que possamos dizer que as três cenas ocorram em ambas as coberturas, elas não têm a mesma prevalência nem agenciam elementos exclusivamente similares – por exemplo, a partir de uma leitura prévia, podemos ver como *O Liberal* dá muito mais ênfase ao que está na cena político-institucional do que ao que é parte da cena de contestação, quando *Diário* faz o movimento inverso, trazendo muito mais elementos para a cena de contestação e questionando o que vem à tona em uma cena político-institucional. Diante disso, a maneira como realizaremos a análise no capítulo seguinte consiste em apresentar o percurso acontecimental da chacina em cada jornal, para em seguida apresentar a constituição de cenas que ocorre na formação desse percurso, que em última instância diz sobre o sentido sob o qual esse acontecimento violento é inscrito por meio do trabalho de configuração narrativa operado por cada um desses impressos.

5 ACONTECIMENTO CHACINA NAS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS

Neste capítulo, realizamos a incursão às narrativas de *Diário do Pará* e *O Liberal*, impressos que, conforme já apresentamos em nosso segundo capítulo, são também agentes interessados no acontecimento e que participam ativamente na sua apropriação e na tentativa de circunscrevê-lo a contextos específicos de compreensão. A configuração do acontecimento chacina aqui revolve em torno da sua emergência nas narrativas, que coincide com o seu próprio “fazer surgir”, por meio da narração das mortes e da mensuração, elaboração e avaliação de suas consequências ao longo do percurso acontecimental da chacina da Região Metropolitana de Belém. Dessa forma, nosso principal movimento aqui consiste em nos determos sobre como o acontecimento é configurado na narrativa de cada jornal, ao longo das edições que se dedicam aos desenvolvimentos da chacina, de forma a identificar seu percurso acontecimental e as cenas que fazem parte dele.

5.1 Configuração da chacina da RMB em *Diário do Pará*

Dentre os aspectos da cobertura de *Diário*, temos a maneira enfática como apresenta o quadro inicial das mortes a partir de seu caderno policial – de fato tratando de várias que serão depois retomadas nas contagens oficiais dos órgãos de segurança pública e na contagem do próprio jornal –, a maneira como vários agentes de fora do governo são convocados na tentativa de identificar as várias faces “problemáticas” da chacina e um forte teor inquisitivo em relação ao próprio governo do estado do Pará, à sua pasta de segurança e às medidas diante do ocorrido. Dessa forma, é possível perceber uma trajetória para o acontecimento que explora esse escrutínio público da chacina e mesmo a relação com os acontecimentos anteriores. Fazemos aqui o nosso próprio caminho pela tentativa de abordar a narrativa do jornal e como ela se desenrola, pensando posteriormente como se constituem as cenas da chacina ao longo de seu percurso acontecimental.

5.1.1 Percurso acontecimental da chacina

O percurso acontecimental da chacina na narrativa de *Diário do Pará* diz respeito tanto à eclosão das mortes propriamente ditas, com informações sobre as execuções e as avaliações iniciais sobre suas causas e contextos, quanto às suas consequências em um quadro social de disputa pelo sentido do acontecimento, no qual sobretudo agentes sociais e políticos são

tomados como fontes e personagens engajados na definição da ocorrência violenta, suas condições, seu caráter problemático e as responsabilizações possíveis do ponto de vista político e institucional. Todos esses elementos de fato se constituem como incidentes da narrativa, sendo tomados juntamente pela intriga tecida pelo jornal, de modo que o percurso tem essa trajetória e não outra – algo que se torna evidente quando realizamos a leitura de *O Liberal*. Isso se dá em razão de o acontecimento avançado pela *mise en intrigue* formulada por *Diário* ser alvo de uma explicação decorrente da cadeia de ações, personagens e interpretações que são alinhavadas por essa mesma intriga, que atua na conferência de sentido a um quadro de apreensão específico para esse fluxo apresentado pelo jornal.

Dessa forma, vemos o acontecimento emergir na narrativa do jornal a partir das notícias sobre as mortes, por meio das quais o jornal demarca desde o início a inequívoca caracterização por *chacina*. No dia 21, o jornal publica sobre a morte do policial em seu caderno Cidade, que é apresentada desde então como o catalisador das demais mortes, que por sua vez são trazidas para a narrativa a partir das matérias publicadas no seu caderno policial, tanto no dia 21 quanto no dia 22. Especificamente no dia 21, o jornal trata de pelo menos 14 mortes e, no dia 22, de outras quatro, cujas vítimas foram assassinadas em circunstâncias similares – mortas por agressores não identificados, encapuzados ou não, em carros pretos, vermelhos ou prateados, executadas com muitos tiros, desarmadas, sem chance de defesa, em diversos bairros periféricos da Região Metropolitana de Belém (CARRO..., 2017; CURUÇAMBÁ..., 2017; VIOLÊNCIA..., 2017; MADRUGADA..., 2017; MARITUBA..., 2017; GUAMÁ..., 2017; VÍTIMA..., 2017; CONSERTAVA..., 2017; ASSASSINADO..., 2017). De acordo com a formulação do jornal, todas essas mortes se deram após a do policial, que levou um tiro na cabeça durante troca de tiros com “bandidos”. Essa conjunção de elementos está presente mesmo na capa da edição do dia 21, a primeira a noticiar a chacina (Figura 4).

Figura 4 - Capa de *Diário do Pará*, 21 jan. 2017

Fonte: DIÁRIO DO PARÁ, 2017a.

Nesse estágio do acontecimento, *Diário* estabelece as condições para identificá-lo como chacina, o que implica não só dizer que houve uma série de assassinatos, mas também que houve a participação de milícias nessas execuções, grupos compostos por policiais ou ex-policiais. De fato, essa possibilidade de identificação diz respeito do primeiro nível de uma textura causal elaborada pelo jornal, que vincula a causa das mortes a esse quadro socialmente já estabelecido e reconhecível da ação de milícias nas periferias da RMB. Com base nessa textura, o jornal infere que, se as mortes aconteceram após o assassinato do policial e com características de execução por paramilitares armados, logo, aquilo que aconteceu se trata de uma nova chacina. A esse respeito, a constante referência a chacinas anteriores realizada pelo jornal, mesmo na capa e nas matérias da primeira edição em diante, busca demarcar enfaticamente a maneira como há uma causalidade claramente vinculada a essa ordem de ocorrência. A manchete e a chamada da capa, assim, caracterizam o acontecimento.

VIOLÊNCIA SEM LIMITES
14 SÃO MORTOS APÓS ASSASSINATO DE PM

Às 7h de ontem, o soldado Rafael Costa (à dir) foi assassinado, na capital, com um tiro na cabeça. Nas horas que se seguiram, a Grande Belém foi palco de chacina similar à ocorrida em 2014, no caso do Cabo Pet. Até às 23, 14 pessoas haviam sido executadas (DIÁRIO DO PARÁ, 2017a, p. 1).

Chacina, então, não apenas deixa claro o sentido das ações realizadas, ancorando-as a um contexto de descrição que é de mortes violentas e do quadro da violência urbana, como também fornece as bases para um segundo nível de textura causal, que é decorrente das consequências do acontecimento e das reações que o jornal traz para a sua narrativa; esse nível é a sua inscrição em um quadro de problemas políticos, no qual a causa da chacina – não das mortes em circunstâncias espaciotemporais específicas, se não dessa própria ordem de acontecimento violento – é imputada ao governo do estado do Pará, à época sob gestão do PSDB, cujas medidas são consideradas insuficientes, ineficazes ou mesmo despreparadas para lidar com essa chacina e com as várias outras que ocorreram.

Desde o início do acontecimento, essa causalidade está expressa quando, no primeiro dia da cobertura, na matéria *Deputado critica sequência de mortes*, *Diário* apresenta o posicionamento do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alepa, deputado Carlos Bordalo, que atuou na CPI das Milícias, para quem essas mortes do dia 20 eram resultado da ação de grupos de extermínio como resposta à morte do policial. No intertítulo “NOVA CHACINA”, o jornal informa que “As mortes ocorrem pouco mais de 2 anos após a chacina de 11 pessoas em Belém. À época, uma CPI concluiu que há milícias envolvendo policiais e ex-policiais que matam indiscriminadamente” (DEPUTADO..., 2017, p. A7). Aqui o jornal apresenta tanto a chacina da Belém de 2014 quanto a existência da CPI como indicadores do claro transbordamento das chacinas enquanto ocorrência violenta para sua demarcação como problema público, que envolve o domínio político; além de, ao referir-se a uma nova chacina, falar sobre como ela é parte de uma ordem permanente ou recorrente de acontecimentos.

Isso é importante para a maneira como as consequências do acontecimento são trazidas para o seu percurso, na medida em que é a partir dessa compreensão que diversas manifestações públicas dos agentes políticos que atuam em torno das chacinas dão conta dos pontos de entrada diversos para seu caráter problemático. Dessa forma, o jornal demarca nos dias posteriores à chacina um número crescente de mortes, com: a) 32 execuções no final de semana das chacinas (32 PESSOAS..., 2017), números publicados na edição do dia 22; b) 50 mortes no Pará também nesse mesmo fim de semana (EM 3 DIAS..., 2017), na edição do dia 23; e c) 409 “mortes violentas” no estado durante todo o mês janeiro (PARÁ..., 2017), na edição de 3 de fevereiro. O acréscimo e a recuperação de mais mortes àquelas que fazem parte da chacina serve para avançar a narrativa do acontecimento, na qual mais mortes ocorrem e com um número que se

avoluma na cidade e no estado, ao mesmo tempo em que não há, na narrativa de *Diário*, respostas claras das instituições da Segurança Pública sobre como agirão diante da chacina – o que faz o jornal tratar então, com bastante ênfase em toda a sua cobertura, do pano de fundo político em contraste com o qual essas mortes proliferam.

Ao formular essa descrição, o jornal busca determinar o acontecimento, reduzindo a sua contingência, na medida em que também reduz a indeterminação das compreensões possíveis para a chacina e suas reverberações. Desse modo, a configuração da chacina neste jornal qualifica narrativamente o acontecimento em razão de o percurso narrado apontar tão somente para desenvolvimentos que se dão sob a égide desses dois quadros de apreensão – da violência urbana e da política formal. Por essa razão, o acontecimento avança na medida em que os diversos agentes sociais e políticos atuam em torno da definição do sentido do acontecimento, não só em retrospectiva, como também pela maneira como contribuem para a sedimentação da identificação inicialmente delineada pelo jornal, ainda que esses agentes adotem diferentes posições ou tratem de diferentes facetas do acontecimento. Marcadamente, essa consolidação de chacina como identidade para essa cadeia de ações e percurso de acontecimentos é tributária do caráter explicativo da intriga, já que narrar é também explicar os acontecimentos, conforme a proposição ricoeuriana, algo tributário também do ponto de vista que o jornal adota para agenciar os eventos posteriores à chacina em um percurso inteligível de acontecimentos.

Assim, o acontecimento avança em duas distintas frentes: a) na disputa pelos agentes sociais e políticos – marcadamente representantes do Estado e outros ainda, como organizações da sociedade civil e não governamentais, que são parte da elaboração de avaliações diversas sobre a chacina; b) na apresentação de histórias de familiares das vítimas, desenvolvimento este que é proporcionalmente menor em relação ao anterior, mas igualmente importante para compreendermos a narrativa do jornal, além de ser um aspecto invisível na narrativa de *O Liberal*. Ambas as direções fazem avançar a narrativa do acontecimento de maneiras diferentes – e mesmo são constituídas de elementos bastante dispersos, mas ainda assim apanhados pelo ato configurante da intriga que *Diário* formula para a história em curso. Sobre a primeira direção, dá conta do intenso processo de constituição pública do acontecimento – e mesmo da sua inquietude –, que é apresentada pelo jornal como forma de reverberar a sua explicação para a chacina. Sobre a segunda, ela nos oferece no curso dessa narrativa uma breve visada em torno dos sujeitos afetados – sem que, no entanto, a versão contada por *Diário* sofra grandes interferências por esse desenvolvimento. De fato, esses desdobramentos são concomitantes e se falamos deles separadamente é para melhor abordar as suas especificidades.

Dessa forma, a disputa pelos agentes em torno do acontecimento, conforme apresentada pelo jornal, dá-se na esteira de um conflito entre a maneira como o governo do Pará e a gestão da Segurança Pública no estado abordam a chacina, por um lado, e o modo como diversos outros agentes – de diversas origens e com interesses distintos – buscam contestar essa versão oficial, por outro. Aqui então, o jornal apresenta uma série de reações ao acontecimento, das quais emergem formulações retóricas que demarcam esses distintos prismas de constituição do sentido para o acontecimento. Vemos, assim, a explicação dada pelo governo do estado, que não afirma que houve uma chacina, mas uma série de assassinatos de difícil investigação, em que o fato de as mortes serem reação à morte do policial é apenas uma possibilidade não confirmada (FAMILIARES..., 2017; 35 HOMICÍDIOS..., 2017). Além disso, há os vários agentes que afirmam que se trata de uma chacina como as que previamente ocorreram na cidade, dentre os quais estão representantes da Assembleia Legislativa, dos partidos de oposição ao governo à época (DEPUTADO..., 2017; MORTES..., 2017), representantes da OAB-PA (AUDIÊNCIA..., 2017; ORDEM..., 2017), do Ministério Público do Estado (FIM..., 2017) e do Sindicato de Delegados do Pará (DELEGADO..., 2017). De modo que a própria narrativa convoca e mobiliza esses agentes, e eles, em retorno, também se posicionam por conta da visibilidade que está em jogo no processo de tomar parte no acontecimento.

Com isso, o jornal busca apresentar como existe de fato um conflito entre a versão apresentada pelo governo e aquelas elaboradas por uma pluralidade de agentes que são capazes de contestar o relato oficial, tanto quanto pela sua própria manifestação sinalizam para a gravidade do acontecimento nesse quadro político, capaz de mobilizar avaliações das diversas instituições que recusam uma amenização do sentido da ocorrência violenta. Vemos isso ocorrer quando *Diário* recorre também às falas do então ministro da Integração Nacional na gestão do presidente Michel Temer, Helder Barbalho, cujo relato se volta à negação do governo do estado a pedir ajuda à Força Nacional para atuar no combate à violência, a fim de evidenciar que não haveria planos de enfrentamento ou estratégias claras de ação para os casos em que essas chacinas ocorrem: “O ministro avalia que há muita propaganda para criar um ambiente de segurança imaginando que as pessoas não vivem toda essa violência. Segundo ele, o Governo do Estado trabalha sempre em cima da reação, sem estratégia, apenas vindo a público para noticiar a criação de grupos” (HÁ CERCA..., 2017, p. A4). Grupos esses formados pelo Executivo estadual que se destinam a investigar as mortes decorrentes das chacinas. Nessa direção, o jornal preocupa-se em delinear a dimensão de problema político ou mesmo em fazer emergir o acontecimento chacina por meio de uma história atrelada a motivações e responsabilidades políticas.

É relevante, então, a referência que *Diário* faz, em 30 de janeiro, à publicação de um relatório da ONG *Human Rights Watch* que trataria dessa chacina, a respeito da qual o jornal afirma que o “Human Rights Watch diz que o governo Simão Jatene se mostra incapaz de investigar e solucionar as 32 execuções ocorridas em Belém” (ONG..., 2017, p. A2). De acordo com o jornal, a ONG teria se manifestado sobre o caso das chacinas, a segurança no Pará e a necessidade de investigação e de punição dos responsáveis. A matéria intitulada *ONG internacional critica governo do Pará por chacina* segue citando trechos do “documento” – que é, na verdade, uma notícia publicada no site da organização (HUMAN RIGHTS WATCH, 2017), em 27 de janeiro, que trata de um quadro de violência policial em todo o Brasil, usando como mote o caso da chacina em Belém, sem elaborar essa suposta crítica direta que o jornal lhe atribui, além de ser algo que o jornal não traz para a demarcação desse momento como desenvolvimento do acontecimento. Desse modo, evidencia-se nesse estágio a tentativa de *Diário* de consolidar a descrição que vem elaborando ao longo de toda a cobertura, a fim de fazer com que as reverberações do acontecimento fora da esfera local ou dos agentes políticos imediatos caibam no seu prisma de formulação da chacina-questão-política.

Já na outra direção, o jornal trata dos familiares de duas das vítimas. Em *Familiares das vítimas descrevem execuções e clamam por justiça*, no dia 23, *Diário* apresenta as falas da mãe e da irmã de Luciano Henrique Pantoja de Oliveira, um dos mortos na chacina, que dão conta do momento em que encontraram o corpo do rapaz, quem ele era – trabalhava como ajudante de pedreiro e vendedor de tapioca, tinha uma filha e uma esposa e não tinha relações com crime (FAMILIARES..., 2017). Já no dia 24, em *Família chora morte: ‘Era o braço direito da nossa mãe’*, apresenta as falas dos familiares de Erisnaldo Pantoja, também morto na chacina, que tem aspecto similar à matéria anterior, na qual estão em evidência o fato de ter boa índole, de ter sido executado por um carro preto, de ele trabalhar e ajudar a mãe (FAMÍLIA..., 2017). Essas são as únicas instâncias da narrativa do acontecimento no qual as vítimas figuram além da sua aparição como cadáver ou como parte de uma lista ou contagem de corpos; trata-se, porém, de um modo muito frágil de o jornal demarcar a chacina a partir dos seus afetados e, se em algum sentido há o avanço a narrativa do acontecimento, há porque *Diário* assinala que os mortos na chacina poderiam ser pessoas comuns, trabalhadores – e não bandidos ou criminosos –, cujos assassinatos não fazem sentido para suas famílias, que lamentam a sua perda. Isso, em conjunção com o quadro da disputa dos agentes, dá a dimensão da amplitude e mesmo da gravidade da chacina, já que não só há muitas mortes, como as pessoas mortas podem ser qualquer um que circula nas periferias da cidade. Ainda assim, ao tomar essas falas no percurso dos acontecimentos, o jornal o faz sem problematizar questões relativas a como essas

populações são alvo desses grupos de extermínio ou mesmo estão mais suscetíveis à violência policial.

Dessa forma, o percurso do acontecimento encerra na cobertura do dia 3 de fevereiro, em um tom inconclusivo, que anuncia os números exorbitantes da chacina nas matérias *Pará registra 409 mortes violentas somente no mês de janeiro deste ano* e *Estado é palco de 13 crimes brutais por dia, em 2017*. O jornal, portanto, afirma que o quadro das chacinas é parte da multiplicação diária de mortes violentas, que o governo do estado não é transparente em relação aos dados quer sobre as chacinas quer sobre os outros homicídios, além de não ser eficaz no seu combate e “solução”. De modo que vemos nos excertos a seguir a maneira como o jornal inscreve a chacina de volta no quadro da violência urbana para poder sinalizar para a maneira como ela se constitui como um problema público.

Instalou-se, definitivamente, o caos na segurança pública do Pará. Não há mais como ignorar a humilhante situação em que se encontra submetida a população paraense. São crianças, jovens, adultos e idosos nas estatísticas macabras da criminalidade, numa rotina de tragédias que atinge famílias inteiras e amigos pela perda ou ataques a entes queridos, vítimas de assassinatos, roubos e desrespeitos nos diversos cantos do Estado. Não bastassem os estratosféricos índices criminais de 2016, como já era previsto, dispararam os números de criminalidade no Pará em janeiro deste ano: foram 409 mortes violentas (PARÁ..., 2017, p. A6).

O problema, apesar de gravíssimo, como se observa nos números da violência no Pará, não está na chacina de 32 mortos na RMB em um final de semana, mas, sobretudo, na média de morte violenta de 13 pessoas por dia no Estado, cujas investigações são frágeis e quase nunca se descobre quem são os autores e mandantes. Por isso, mais da metade do total de ocorrências de assassinatos em todo o Pará ficam sem solução (ESTADO..., 2017, p. A6).

Assim, o percurso acontecimental da chacina na Região Metropolitana de Belém em *Diário* torna evidente que a chacina tem consequências que se tornam claras nas avaliações, julgamentos e interpretações que circulam em quadro que é político e institucional, que pode envolver pessoas ligadas às vítimas e organizações da sociedade civil, mas que em última instância conduz à descrição da chacina como parte de um mau funcionamento ou mesmo de uma disjunção do governo estadual no trato com a segurança. Esse é o sentido prevalente na narrativa de *Diário* e aquele que busca estabilizar a partir do agenciamento dos acontecimentos apontados acima como aqueles que se dão na esteira da chacina. Não só se poderia fazer um caso sobre o uso político da chacina como pauta, como também a irrelevância das vítimas, que se tornam um dado em um contexto de querela política, como também falar de uma limitação que esse desenvolvimento pelo jornal condensa, que é a compreensão da chacina como indicador da ineficácia de uma administração estadual e como parte de uma violência com a

qual nem as instituições competentes conseguem lidar, com todos esses domínios sendo parte dos campos problemáticos a que já nos referimos anteriormente. É tudo isso que emerge dessa elaboração do enredo que põe em movimento o acontecimento nas páginas do jornal, algo que é tributário da maneira como essa abordagem midiática da chacina é resultado da apropriação que *Diário* realiza dela, informando das fronteiras para a apreensão desse evento violento e a extensão até a qual ele é capaz de se desenvolver na vida pública.

5.1.2 Constituição de cenas

Com base no percurso acontecimental da chacina, exploramos as cenas que o jornal constitui para o acontecimento, algo que cremos necessário para melhor compreender as teias de ações, personagens e contextos que tornam o próprio percurso possível em primeiro lugar. Dessa forma, há uma interseção entre a ideia de cenas e de fases do acontecimento, na medida em que podemos pensar em uma cena do crime, em relação às quais uma cena político-institucional e uma cena de contestação emergem; portanto, ao pôr em movimento a intriga e descrever os contextos, a própria narrativa de *Diário* busca alinhar as cenas em termo de consecução e de consequências. De modo que é pertinente apresentar os elementos que cada cena abarca e como elas aderem ao percurso assinalado acima, algo particularmente relevante para justamente situar as disputas de sentido e a processualidade dessa estabilização do acontecimento que a narrativa do jornal opera.

Primeiramente em relação à *cena do crime*, ela coincide com os momentos iniciais do acontecimento apresentados no jornal, sendo a cena da qual faz parte a ocorrência das execuções, assim como a morte do policial, além de uma contagem de mortes que segue até o final da cobertura. Nessa cena, o caráter típico do acontecimento é posto em evidência pelos elementos que são narrativamente organizados ao longo das edições que tratam da emergência, nos primeiros dias, e da sua continuidade, quando o jornal reporta números relativos a homicídios em todo o Pará. Temos a descrição inicial para as mortes que, em razão de suas similaridades, são inscritas sob a categoria de chacina, a partir daquela primeira textura causal anteriormente assinalada. Aqui, os personagens são, sobretudo, as vítimas, os agressores – na figura de homens encapuzados e carros vermelhos, pretos ou pratas – e os policiais que oferecem o relato sobre cada morte. Especificamente nessa ordem cênica, as vítimas da chacina figuram a partir da sua condição de cadáver cujas imagens estão publicadas no caderno policial do jornal, algo que vemos nos cadernos policiais do dia 21 e 22 (Figuras 5, 6 e 7).

Figura 5 - Caderno Polícia de Diário do Pará, 21 jan. 2017, p. 4 -5

4 Polícia TERÇA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 2017

VIOLÊNCIA SEM LIMITES
16 ASSASSINATOS

Entre os primeiros instantes da madrugada de ontem e o fechamento dessa edição, 16 pessoas foram mortas na Grande Belém. A capital paraense mais uma vez sofreu com a falta de segurança

É MUITO SANGUE

Diretor da Dalmida
diretor@diariodopara.com.br

Foi uma sexta-feira chuvosa, em Belém, quando os homicídios foram registrados em 22 horas (das 14 às 22h). A maioria de violência se desenvolveu depois da morte do policial militar Rafael de Silva Costa, 26, durante uma troca de tiros com bandalheiros no bairro da Cabanagem, antes do fim da noite de divórcio no fim de manhã, quando o helicóptero já estava registrado. O homicídio na Grande Belém, desde os primeiros instantes da madrugada. Ela ficou a sua maneira, uma realidade onde há escarcarias tanto entre as famílias quanto que tomaram as ruas. Depois podem confirmar em uma onda de homicídios em Belém, onde a polícia não conseguiu controlar a situação. O helicóptero da Polícia Militar foi usado para levar o corpo do policial Rafael de Silva Costa para o Hospital de Emergência de Belém. Outros homicídios foram registrados em Belém, onde a polícia não conseguiu controlar a situação. O helicóptero da Polícia Militar foi usado para levar o corpo do policial Rafael de Silva Costa para o Hospital de Emergência de Belém.

Diário do Pará 20 de janeiro de 2017

Polícia 5

Homem e mulher são mortos a poucos metros um do outro

Uma análise da investigação registrada nos arquivos do Departamento de Polícia da União, onde um homem e uma mulher foram mortos a poucos metros um do outro. Foram os policiais militares Sérgio Roberto, 36, e Luciano Henrique Prange Oliveira, 46, que foram mortos durante a troca de tiros em um apartamento no bairro da Cabanagem, em Belém. Os dois foram mortos a poucos metros um do outro. Os policiais militares Sérgio Roberto, 36, e Luciano Henrique Prange Oliveira, 46, que foram mortos durante a troca de tiros em um apartamento no bairro da Cabanagem, em Belém. Os dois foram mortos a poucos metros um do outro.

Fonte: DIÁRIO DO PARÁ, 2017a.

Figura 6 - Caderno Polícia de Diário do Pará, 22 jan. 2017, p. 2-3

2 Polícia QUARTA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 2017

CARRO PRETO EM ANANINDEUA
DUPLO HOMICÍDIO

Dois homens foram executados, no Conjunto Nova Esperança, em Ananindeua, Grande Belém, por homens encapuzados que chegaram em um carro preto. Vítimas não tiveram como escapar

CARRO PRETO EM ANANINDEUA

Já é andar
O carro preto chegou ao local das execuções em Ananindeua, Grande Belém, por homens encapuzados que chegaram em um carro preto. Vítimas não tiveram como escapar.

Diário do Pará 21 de janeiro de 2017

Polícia 3

Meu marido tinha saído de casa para bater um papo com Anderson Calton Sousa Almeida e fumar me avisar que ele já estava morto
Capangagem de Belém

Um homem foi morto a tiros em um apartamento no bairro da Cabanagem, em Belém. O crime ocorreu durante a troca de tiros entre o policial militar Anderson Calton Sousa Almeida e um homem encapuzado. O homem foi morto a tiros em um apartamento no bairro da Cabanagem, em Belém. O crime ocorreu durante a troca de tiros entre o policial militar Anderson Calton Sousa Almeida e um homem encapuzado.

Fonte: DIÁRIO DO PARÁ, 2017b.

Figura 7 - Caderno Polícia de *Diário do Pará*, 22 jan. 2017, p. 4-5



Fonte: DIÁRIO DO PARÁ, 2017b

Do ponto de vista dos acontecimentos agenciados pela narrativa do jornal, essas mortes ocupam boa parcela dessa cobertura inicial e são de fato necessárias para que o jornal estabeleça o quadro de chacinas. Se retomarmos aqueles pressupostos relativos à bio e à necropolítica, vemos claramente como a definição desse regime de aparição a partir da imagem do cadáver brutalizado dá conta dessa cisão que se estabelece socialmente entre o estatuto dessas vítimas e a sua condição de sujeito, que é eclipsada em razão de o único prisma sob o qual o jornalismo as apresentar ser o da sua alocação no espaço de um “corpo-coisa”, caracterizado por uma generalidade indiferenciada – além disso, é também evidente aqui, quer nas imagens, quer nas histórias de cada morte, como esse nível de exposição está atrelado àquela concepção do *homo sacer*, do homicídio sem culpa ou da irrelevância da morte para a vida política do grupo ou comunidade. Tal dimensão se faz presente, sobretudo, pelo fato de essas mortes emergirem como aquilo que põe o acontecimento em movimento, ao mesmo tempo em que se tornam parte de retóricas políticas que o atravessam, tornando-se, nas consequências assinaladas para a chacina, outra coisa ainda – um indicador de um problema político no qual essas servem como parte de uma contagem dos corpos para estabelecer a gravidade e extensão de tal problema.

A esse respeito é sintomática a cobertura nos dias seguintes à chacina, que expande essa cena do crime e consolida o quadro da violência urbana crescente que o jornal busca assinalar para o contexto da ocorrência violenta. Além das listagens com os nomes das vítimas, as matérias do jornal também apresentam os números como assunto principal a fim de demarcar a onipresença da violência e mesmo a ideia de uma crise de segurança, algo que ocorre em 32 pessoas são executadas após morte de soldado da PM (32 PESSOAS..., 2017) e Em 3 dias, 50 pessoas são mortas no PA, de 23 de janeiro (EM 3 DIAS..., 2017); Fim de semana mais violento

da história do Pará termina com 61 assassinatos, do dia 24 (FIM..., 2017); 35 homicídios do fim de semana continuam sem presos e solução, do dia 25 (35 HOMICÍDIOS..., 2017); e Pará registra 409 mortes violentas somente no mês de janeiro deste ano, em 3 de fevereiro (PARÁ..., 2017). Não obstante, *Diário* busca ainda apresentar o quão exageradas e incontroláveis se tornaram as mortes no estado do Pará a partir de uma série de infográficos e pequenos textos informativos ao lado das matérias, distribuídos também ao longo de todo o período de cobertura, cujos detalhes apresentamos abaixo nas Figuras 8, 9 e 10.

Figura 8 - Detalhe de 32 pessoas são executadas após morte de soldado da PM, *Diário do Pará*, 23 jan. 2017



Fonte: 32 PESSOAS..., 2017, p. A2.

Figura 9 - Detalhe de *Familiares das vítimas descrevem execuções e clamam por justiça, Diário do Pará, 23 jan. 2017*

PARA ENTENDER

ESTADO ADMITE "POSSÍVEIS REAÇÕES" À MORTE DE PM

- Na tarde de sábado (21), o secretário de Segurança Pública e Defesa Social, Jeannot Jansen, confirmou a ocorrência de uma série de 27 homicídios, em 16 bairros da Região Metropolitana de Belém.
- As ocorrências foram contabilizadas desde a manhã de sexta-feira (20) até o meio-dia de anteontem. Jansen reconheceu que as demais mortes foram "possíveis reações à morte do soldado da PM".

“
Eu saio na rua com medo, sem saber se volto para casa”
Dilcéia da Siva, auxiliar administrativa

“
Disseram para eu me afastar e começaram a disparar contra ele”
Raimundo Silva, estudante

“
Ele nunca me deu trabalho. Não tinha envolvimento com o crime, nem com drogas”
Mãe de uma das vítimas da série de homicídios do fim de semana

4º lugar
 Segundo a Comissão de Direitos Humanos da Seccional Pará da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA), o Estado ficou em quarto lugar no ranking de mortes por intervenção policial.

237 mortes
 Os dados são do Conselho Nacional do Ministério Público em 2016, com a contagem de 237 mortes.

4.196 mortes
 violentas foram registradas em território paraense, no ano passado, ainda segundo o Conselho Nacional do Ministério Público. O número é 11% maior do que o registrado em todo o ano de 2015.

Fonte: 32 PESSOAS..., 2017, p. A3.

Figura 10 - Detalhe de *Em 3 dias, 50 pessoas são mortas no PA, Diário do Pará, 23 jan. 2017*

VIOLÊNCIA

VEJA DADOS DO SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SISP) SOBRE ASSASSINATOS REGISTRADOS NO PARÁ NOS ÚLTIMOS ANOS



- No Estado do Pará, houve um banho de sangue no ano passado. Dados do Sisp, obtidos com exclusividade pelo DIÁRIO, são a prova disso.
- Em 2016, foram registradas **4.196** mortes violentas, o que representa um aumento de **11,2%** em relação a **2015**, quando foram registradas **3.772** mortes violentas, ou seja, **424** mortes a mais do que em **2015**. É o mais violento da história do Estado.
- Análise do Sisp aponta que, segundo os Boletins de Ocorrência, em 2016 foram registrados **3.639** homicídios, **225** latrocínios, **52** lesões corporais seguidas de morte e **280** mortes decorrentes de intervenção policial.
- Isso significa - comparando os números do ano passado com 2015 - que aconteceram mais **275** homicídios; **34** latrocínios; **29** lesões corporais seguidas de morte; e mais **86** mortes decorrentes de intervenção policial.
- O ano passado teve a média diária de **11** mortes violentas por dia, ou seja um assassinato a cada **2h20**, em média.
- Ao atingir 4.196 mortes violentas, 2016 passa a ser o ano com o maior registro de violência no Pará, superando em **230** mortes o ano de **2010**, último ano do Governo de Ana Júlia Carepa. Neste ano foram registradas **3.966** mortes violentas no Pará.
- Em Belém, a situação não foi diferente. Em 2016, houve aumento de **21,8%** nos homicídios em relação a 2015 (**157 registros a mais**). Foram registrados **877** homicídios contra **720** em 2015. Os números de 2016 também foram recordes na capital paraense.
- Todos os demais municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB) também apresentaram aumento de homicídios em 2016, de acordo com as informações do Sisp.

Fonte: EM 3 DIAS..., 2017, p. A5.

O infográfico da Figura 8 retoma os nomes das vítimas da chacina, apresentando 32 entradas na lista, com cidade, bairro, nome, horário e mesmo veículos nos quais os assassinos estavam – carros pretos, pratas, vermelhos e motocicletas. Nessa lista, constam 12 dos 18 nomes apresentados pelo jornal nos dois primeiros dias de cobertura das mortes. Além disso, o jornal sintetiza de forma eficaz os elementos que situam as mortes espaço-temporalmente e, especificamente pela referência aos veículos, recupera parte dos elementos que constituem a cena do crime que inicialmente apresenta. Na maior parte das matérias sobre as execuções, *Diário* se refere aos assassinos encapuzados, em carros pretos, vermelhos ou prateados, ou aos próprios carros como os agentes da chacina propriamente dita. Para além disso, vemos como as vítimas voltam à cena como um dado, como índice em um processo de produção do relato público que o jornal formula para a acontecimento em curso.

Nos quadros informativos das Figuras 9 e 10, o jornal aponta para duas direções, uma da própria posição do governo em relação ao acontecimento, quando a Secretaria de Segurança Pública teria falado de 27 mortes, em 16 bairros da RMB, com a admissão parcial de que pudessem ter sido uma reação à morte do policial. As falas sob as aspas na Figura 9, tanto quanto os números em ambas as figuras, são trazidos para a narrativa do acontecimento para evidenciar mais ainda o contexto no qual as chacinas ocorrem – de insegurança, de violência e de mortes de não criminosos, por um lado, e de números altíssimos de mortes violentas no estado entre os anos de 2015 e 2016. Dessa forma, na medida em que consolidam o sentido da cena do crime – há muitas mortes a ocorrer, com a chacina como parte desse cenário de escalada da violência –, esses elementos tornam possível a produção da ordem cênica na qual agentes políticos e suas avaliações começam a entrar em tensão.

Daí decorre a constituição de uma *cena político-institucional* de acordo com a aparição concomitante de dois agentes em seu foco, o ministro da Integração Nacional e as instituições da Segurança Pública do governo do Pará. O ministro Helder Barbalho, cuja pasta não era relacionada à de Segurança, é apresentado pelo jornal como representante da União que, preocupado com a situação da violência no estado, propõe a mais viável solução para esse “combate à violência”: a intervenção da Força Nacional no Pará. Em razão disso, o jornal passa a demarcar que o governo estadual sob a gestão do PSDB, incapaz de lidar com a chacina, nem oferece respostas claras, nem medidas eficazes contra a violência, algo que realiza em pelo menos dois dias da cobertura: no dia 23, quando informa que o secretário de Segurança falava da possibilidade de cooperação do Ministério da Justiça na condução das investigações, "com a formação de um grupo composto pelas inteligências do Estado e do Governo Federal para

investigações dos crimes" (GOVERNO..., 2017, p. A4); e quando, no dia 25, o jornal informa que os gestores de segurança realizaram apenas duas reuniões nas quais trataram da questão das chacinas, "sem nenhum resultado prático, a não ser a formação de grupos para analisar as mortes" (35 HOMICÍDIOS..., 2017, p. A2). Do ponto de vista das tensões, o posicionamento do jornal, de Helder Barbalho e do delegado geral de Polícia são bastante exemplares:

“O Governo do Estado não tolera situações como as ocorridas nesta sexta-feira (20), em que a Região Metropolitana de Belém registrou uma série de homicídios, cujas ocorrências estão muito além da média”, disse o secretário [de Segurança Pública, Jeannot Jansen] (MORTES..., 2017, p. A2).

Acuado mais uma vez por assassinatos em massa, o Governo propõe a criação de mais um grupo, desta vez para tentar solucionar o problema da violência. Indagado se as mortes teriam relação com a atuação de milícias no Pará, o secretário se limitou a dizer que havia evidências, mas que isso não poderia ser comprovado neste momento (GOVERNO..., 2017, p. A4).

“Não precisamos de grupos, mas sim de ação. A matança que ocorreu entre sexta e sábado não é a primeira. O que falta para a segurança agir? Enquanto ficarem falando em grupos, continuaremos a assistir a essa guerra, com matança de inocentes”, afirma [Helder]. “O Estado precisa atuar na prevenção e ter um plano estratégico com ações ostensivas e imediatas, o que hoje não ocorre”, diz (HÁ CERCA..., 2017, p. A4).

"São crimes de difícil elucidação, praticados por bandidos profissionais, que não deixam vestígios", descreveu. "Usam luva, capuz, se preocupam até em recolher projéteis da cena do crime e também executam testemunha. Uma das testemunhas que viu uma pessoa tirar o capuz acabou executada", diz o delegado geral [Rilmar Firmino] (35 HOMICÍDIOS..., 2017, p. A2).

Nessa cena e a partir desse embate, o jornal busca apresentar o campo de dissonâncias e a interpretação política que elabora para a perpetuação das chacinas e das outras centenas de mortes que traz para as cenas constituídas. Avança na caracterização do problema ao criar a figura de um combate que deve vir quer de uma intervenção externa de um enfrentamento militarizado – tanto que advoga pela ação da Força Nacional e elabora a crítica do governo baseado em tal pedido de ajuda não ter sido realizado previamente. O problema público que começa a ser formulado desde os dados que compõem a cena do crime e aqui é tornado mais evidente diante de como o jornal imputa uma recusa institucional à autoridade do Executivo estadual em solucionar o problema. Dessa forma, o ponto de vista institucional que o jornal apresenta se dá a partir das ações desses agentes engajados: a) em apontar falhas no trato com a “questão” da violência e ausência de uma política de estado, algo que o posicionamento de Helder representa; b) em se eximir de responsabilidades, em dizer o quão difícil é afirmar qualquer coisa a respeito, algo que se manifesta na formação dos grupos para a investigação e

nas declarações do secretário de Segurança, do delegado geral e de outros gestores, que não afirmam de todo que houve chacina. Do ponto de vista da narrativa que o jornal elabora, esse movimento destacado é o que dá vazão para que possa inferir sobre a incapacidade de o governo estadual lidar com a crise da qual a chacina é uma agravação.

Na medida em que inscreve a chacina sob a ordem de problema, o jornal convoca então aqueles diversos agentes sociais para se manifestar a respeito do caso. Isso constitui na narrativa do jornal a *cena de contestação* do acontecimento, na qual tomam parte aqueles representantes de entidades distintas apresentados na seção anterior. Com isso, o jornal busca atestar não só o campo político de problematização da chacina, como também demarcar que o próprio acontecimento é tão grave que todos esses agentes vêm à cena para dizer sobre ele e para tornar mais evidente o sentido de indiferença ou despreparo do governo estadual que o jornal busca situar como parte das causas da chacina. Se de fato todas essas manifestações fazem parte do acontecimento em curso, do ponto de vista das reações em uma arena pública fora do espaço midiático, o seu agenciamento na narrativa do jornal não estabelece novos marcos de compreensão, mas atua em aderência àqueles que o jornal vem delineando desde o início da história do acontecimento – no trato midiático da chacina por *Diário*, esses agentes tornam-se necessários para avançar a intriga que o jornal formula e mesmo a factualização do acontecimento chacina a partir de sua inscrição como problema político.

Em textos do dia 21 e 22 (DEPUTADO..., MORTES..., 2017), o jornal traz para essa cena dois representantes da Assembleia Legislativa, os deputados Carlos Bordalo (PT), que foi o relator da CPI das Milícias, e Lélcio Costa (PCdoB), além do deputado federal Edmilson Rodrigues (PSOL), que também atou na CPI. Em relação à identificação do acontecimento, esses posicionamentos que delineiam o sentido prevalente na cena de contestação apresentam novamente a remissão à chacina e ao repertório de ações já estabelecido para tornar essa série de mortes parte de um acontecimento que mobiliza algum grau de exame público. Desse modo, não conflitam com a descrição que *Diário* produz em sua narrativa nem nos momentos iniciais nem em seus desenvolvimentos. O jornal faz ressonar as avaliações que esses agentes do domínio político formulam para o acontecimento, na qual há uma clara vinculação com a chacina anterior a essa, que ocorreu em 2014, com o governo do Pará não assumindo responsabilidades para com a Segurança Pública no estado e mesmo ignorando o quão grave é a situação apontada por eles como problemática. Especificamente sobre a declaração do secretário em que fala que houve homicídios além da média, dois dos deputados expressam o seguinte:

“Não existe média. Qualquer estatística de homicídio é inadmissível”, analisa [Lélio Costa].

[...]

“O problema é que quem está no comando vê isso como algo banal. Faz uma fala triste como a que fez”, [Edmilson] referindo-se à declaração feita no sábado (21), pelo secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado, Jeannot Jansen (MORTES..., 2017, p. A2).

Na esteira dessas declarações, o jornal divulga a convocatória de uma audiência da OAB-PA para tratar das chacinas na edição do dia 23 (ORDEM..., 2017) e na do dia 26 (AUDIÊNCIA..., 2017). O representante a se manifestar é o presidente da Comissão de Direitos Humanos, José Neto, cujo posicionamento consiste em afirmar que o governo não pôs em prática as recomendações dadas pelo relatório da CPI das Milícias, elaborado pela Alepa, que há a necessidade de cobrar o governo sobre as chacinas que ocorrem na cidade e de verificar se essa de 2017 teve relação com a de 2014. Numa direção similar, um promotor do Ministério Público do Estado, Armando Brasil, declara ao jornal que ““Há indícios da participação de militares. Só a investigação vai esclarecer os fatos e apontar os possíveis atores”” (FIM..., 2017, p. A3). Em uma direção oposta, com uma clara avaliação negativa do governo, o jornal traz o presidente do Sindicato dos Delegados do Estado do Pará para comentar sobre as possíveis causas da chacina; as declarações do delegado se voltam para demarcar que matanças como a daqueles dois dias ocorrem em razão da infraestrutura precária de trabalho das Polícias Civil e Militar decorrente da má administração do governo, mas ao mesmo tempo, a partir de uma lógica corporativista, afirma sobre a possibilidade das milícias que “justiceiros não são policiais e, se algum policial tiver seguido para tanto, deixou de ser um dos nossos!” (DELEGADO..., 2017, p. A3).

Esse conjunto de posicionamentos é relevante na constituição dessa cena em razão de serem também ações que emergem como consequências do acontecimento e das cenas anteriormente definidas, tanto quanto atuam na qualificação da trajetória que ele adquire na narrativa do jornal, na medida em que as falas desses agentes são parte da história em razão de ressonarem aquilo que a descrição feita pelo jornal já engloba. De modo que, como vimos anteriormente, quando o jornal se utiliza da publicação da Human Rights Watch também na adjacência dessa cena, ele o faz para tentar amplificar o sentido gestado nela – ineficácia do governo, negação institucional, imprecisão de medidas, questionamento por representantes da sociedade, etc. (ONG..., 2017). Da mesma forma, as declarações dos familiares até estão em parte nesta cena, mas ocupam uma posição periférica em relação àquelas que alocam a chacina como problema político e de dimensão pública, servindo de fato mais como ilustração da situação causada pela morte das vítimas que são em algum grau a pessoa comum que foi

atingida pela violência letal sem razão prévia – não eram criminosos, eram trabalhadores, ressalta o jornal (FAMÍLIA..., 2017; FAMILIARES..., 2017).

De qualquer forma, vemos a partir dessas cenas como o percurso assinalado acima é tornado possível pela forma como cada uma delas ajuda a constituir um fluxo para o acontecimento narrado por *Diário*. Com a prevalência do prisma da crítica à política governamental, marcadamente à gestão da segurança pública, o acontecimento chacina é apresentado em um trabalho narrativo por meio da identificação e da descrição da chacina, apresentando uma série de interações entre os agentes e suas perspectivas para em última instância definir o ponto de vista que elege na chacina uma figura de onipresença da insegurança e da falência do governo estadual. Dessa forma, chacina como acontecimento violento transmuta-se em um problema de ordem política que põe em xeque a legitimidade das instituições, que se veem incapazes de lidar com ela, conforme a leitura que o jornal nos oferece. Cita a ação das milícias, mas não faz delas alvo de sua cobertura, limita-se apenas a estabelecer por meio dos agentes que reagem ao acontecimento que, se elas atuam, é por conta de um Estado ausente, sem que traga para a sua narrativa aspecto como a violência policial, os excessos da polícia na sua ação cotidiana, além da contextualização da violência para além de estatísticas. Do ponto de vista da ação do jornal sobre o acontecimento, a explicação que tenta estabilizar é mesmo uma na qual a sociedade está à mercê da indiferença do governo, com chacinas originárias de um contexto político que não responde às chacinas com a força devida.

5.2 Configuração da chacina da RMB em *O Liberal*

Passamos então à análise da narrativa sobre a chacina elaborada por *O Liberal*, a fim de compreender como a configuração da chacina é realizada a partir da história que este jornal conta sobre o acontecimento. O trabalho de configuração de uma intriga para a chacina passa justamente pela “repetição” de cada conjunto de incidentes relativos à emergência do acontecimento chacina – as mortes com características similares –, pelo seu alinhamento em uma ordem de tipicidade, que aponta para um desenlace similar e para um desenvolvimento com algum grau de previsibilidade para explicar a razão dos assassinatos. Sobre o processo de definição tributário da narração de *O Liberal*, é possível já adiantar que a trajetória configurada pelo jornal aponta para o quadro de apreensão da chacina como aquele do crescimento da violência, mas com uma orientação diferente daquela adotada por *Diário*, na medida em que há um forte eco à perspectiva das instituições do governo que não admitem e mesmo tentam se distanciar das chacinas – havendo inclusive a ausência do termo chacina durante boa parte da

cobertura, fazendo com que só a possamos caracterizar justamente pelo contexto de descrição assinalado para esses eventos violentos que são integrados na cobertura do jornal. Dessa forma, dedicamo-nos aqui a apresentar a maneira como a Chacina da RMB é narrada nesse impresso, também explorando o seu percurso acontecimental, para em seguida ir às cenas do acontecimento.

5.2.1 Percurso acontecimental da chacina

O percurso acontecimental em *O Liberal* diz respeito também à ocorrência das mortes violentas e às reações públicas que se dão como consequência delas, com a cadeia de incidentes e ações que são agenciados pela narrativa elaborada pelo impresso. Da mesma forma, vemos também um cenário de agentes sociais e políticos emitindo avaliações como o principal desdobramento da história que esse jornal conta. O acontecimento avançado pela intriga aqui, no entanto, é sensivelmente diferente do que o apresentado em *Diário* justamente em razão daquilo que é narrado, assim como da identificação e da descrição do acontecimento que se perfazem nesse enredamento jornalístico. Isso implica uma textura causal que vai em uma direção oposta àquela proposta na narrativa de *Diário* – tanto quanto nos remete para o quanto a inquietude do acontecimento não pode ser pensada em termos de univocidade, devendo sê-lo a partir dessas disputas e conflitos em torno do sentido que ocorrem em diversos níveis e em múltiplas direções a partir da própria ação de narrar e acompanhar uma história, com a formulação de compreensões e explicações para o acontecimento objeto de descrição.

Assim, o percurso acontecimental da narrativa da chacina no jornal tem início com as execuções que ocorrem dispersamente nos bairros periféricos de Belém. No dia 21, *O Liberal* apresenta em seu caderno Polícia a notícia sobre a morte do policial militar da Rotam, com detalhes sobre a perseguição, a troca de tiros e o assassinato por um dos bandidos perseguidos, que fugiu. Na esteira dessa notícia, nos dias 21 e 23, outras sobre as mortes consecutivas são publicadas, com referência a pelo menos 6 vítimas (APÓS..., 2017; ENCAPUZADOS...2017a; ENCAPUZADOS...2017b; HOMEM..., 2017; HOMENS..., 2017; SUSPEITO..., 2017; OUTRAS..., 2017). As matérias apresentam então aquele que será identificado como o episódio inaugural desse caso, apontando para a relação causal já típica entre essas mortes do policial e os “homicídios-resposta” que emergem nas horas e mesmo nos dias posteriores. No entanto, há uma tentativa de minar essa relação pela elaboração de uma textura causal que vincula essas mortes na Região Metropolitana a históricos criminais que as vítimas possam ter, informações sobre serem usuários de drogas ou terem relações com o tráfico ou crimes. Trata-se de algo que

na linguagem do noticiário policial e da própria polícia serve para criminalizar as vítimas e, em alguma medida, justificar o contexto de suas mortes.

Isso é importante para a identificação que o jornal elabora para o acontecimento quando desse trabalho narrativo em torno da emergência da chacina, na medida em que chega a falar da ação de homens encapuzados, atiradores que usam carros vermelhos e pretos, mas se dedica também a inserir no rol das características das vítimas essa explicação que as criminaliza e, indiretamente, diminui o papel que a ação de grupos de extermínio pudesse desempenhar nesse momento – o que é a tônica de *Diário*. A consequência disso é que o jornal não trata do acontecimento como chacina, usando o termo chacina apenas uma vez em sua cobertura, no último dia em que trata do ocorrido e em razão de o delegado geral da Polícia Civil tê-lo utilizado. Isso não só sinaliza para aqueles aspectos que abordamos em relação ao campo problemático – alinhamento com o governo e reverberação da perspectiva oficial –, como também aponta para a composição de uma intriga que se faz a partir da tentativa de amenizar o sentido da chacina. Dentre as seis matérias nas quais trata das vítimas, *O Liberal* apenas sinaliza em duas de suas matérias que as mortes poderiam estar relacionadas ao assassinato do PM (APÓS..., 2017; ENCAPUZADOS..., 2017b). Desse modo, a tipicidade da chacina é parte de um jogo de indicações ambíguas que busca demarcá-la como mortes em série, mas sem afirmar de todo o sentido da chacina após a morte do policial.

Isso é relevante, por sua vez, porque não cria maiores conflitos quando, na esteira do percurso do acontecimento, as manifestações oficiais que estão no centro da narrativa do jornal se dedicam justamente a ir nessa direção. O governo do estado e os seus órgãos – Secretaria de Segurança, Polícia Civil e Polícia Militar – passam a tratar a chacina como uma virtualidade, uma possibilidade não comprovada, fazendo-o sob o pretexto da cautela em afirmar qualquer coisa relacionada ao que ocorreu sem uma investigação realizada. Isso se vê no primeiro momento em que o governo é integrado à narrativa, por meio de uma vinculação direta com o governador Simão Jatene. Em *Jatene manda apurar 27 mortes em Belém*, do dia 22, o impresso informa que “o governador do Estado, Simão Jatene, determinou, ontem, apuração rigorosa de todos os crimes registrados na Região Metropolitana de Belém” (JATENE..., 2017, p. 6). Trata-se da única matéria sobre o caso publicada em seu caderno de cidades – as demais estão todas no caderno policial do jornal – e aquela a definir o tom dos desdobramentos que serão integrados à narrativa do acontecimento. Trata-se de um elemento relevante, pois a chacina demarcada como caso de polícia é majoritariamente abordada na editoria policial, em uma confirmação de que o problema é identificado como violência urbana.

Especificamente sobre essa matéria, trata-se de um posicionamento atribuído ao governador do Pará e também único momento em que há alguma manifestação com seu nome. É interessante perceber que nesse momento o jornal traz quase *ipsis litteris* as informações publicadas no texto da Agência Pará, site institucional que publica notícias relacionadas ao governo do estado, que apresentamos alguns capítulos acima e que em *Diário* são atribuídas ao secretário de Segurança Pública, e não ao governador.

O Governo do Estado afirmou que não tolera situações como as ocorridas na sexta-feira (20), em que a RMB registrou uma série de homicídios, cujas ocorrências estão *muito além da média*. A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará instalou, na tarde de sexta-feira, um gabinete permanente de situação, envolvendo todos os órgãos da área para acompanhar e monitorar os acontecimentos. Da manhã de sexta até a manhã de ontem (21), foram registrados 27 homicídios em 16 bairros da RMB (JATENE..., 2017, p. 6, grifo nosso).

Novamente, temos a ideia dos homicídios além da média que, não sendo tensionada, torna-se o que define a situação problemática também na narrativa deste jornal e se constitui como o pano de fundo que justifica a ação do governo de mobilizar o gabinete de crise, sinal da atuação institucional para o caso. Do ponto de vista da elaboração da descrição do acontecimento, essa ideia é central, e é com base nessa caracterização de série de mortes e homicídios além da média sem informações concretas a respeito de seus perpetradores que o jornal apresenta o caso dessa chacina. Sobre a ocorrência das mortes, *O Liberal* infere que “Alguns desses crimes têm indícios de execução e podem ter relação com a morte do soldado da Rotam, ocorrido na manhã do dia 20” (JATENE..., 2017, p. 6). Apesar disso e além das informações que traz nas matérias sobre os assassinatos, o impresso não deixa clara qual a natureza dessa relação, quem são os agressores e de que forma essa morte do PM significa que as outras mortes são decorrentes dela. Mais uma vez, a natureza paramilitar dessas ações permanece ignorada – algo já típico da versão institucional sobre o caso, mas que tem especial relevância quando o trabalho narrativo do jornal se furta de questioná-la e mesmo é o espaço para amplificá-la.

Em razão dessas duas orientações, a narrativa faz o acontecimento avançar atrelado à perspectiva institucional e oficial. Cada novo episódio em torno da chacina, após os assassinatos, é composto por manifestações e declarações dos órgãos de segurança do governo estadual. De um modo geral, a narrativa de *O Liberal* sobre o acontecimento e mesmo o percurso que ela engloba são bastante sintéticos – algo que se dá pelo menor espaço que o jornal dedica à editoria de polícia e à sua projeção como o contrário de *Diário*, que é considerado um jornal popular, que também têm distinções entre seu público-leitor. Há somente quatro edições

do jornal a tratar da chacina e de suas consequências, dentre as quais três delas têm como principal elemento a ação do governo de vir a público dizer como está atuando em relação às mortes e quais as informações de que dispõe. Algo que se dá em: a) *Jatene manda apurar 27 mortes em Belém*, do dia 22, a que nos referimos acima (JATENE..., 2017); b) *Estado investiga crimes e Suspeito de matar soldado é morto em confronto com a Polícia Militar*, no dia 23 (ESTADO..., 2017; SUSPEITO..., 2017); e c) *Equipes apuram crimes e “Os crimes foram praticados por bandidos profissionais”, diz delegado*, no dia 25, matérias com as quais termina a cobertura (EQUIPES..., 2017; “OS CRIMES..., 2017).

Dessa forma, a descrição elaborada na narrativa de *O Liberal*, tanto quanto a identificação que o jornal tenta sedimentar concorrem para a definição do sentido para o acontecimento que, diferente do conflito político em *Diário*, é o da violência urbana alvo de combate do governo estadual. Assim, o ponto de vista que o jornal escolhe para narrar o acontecimento é conflitante com o contexto mais amplo de definição do acontecimento, mas não com o conjunto de perspectivas que assinala como a reverberação da série de mortes. Falamos do acontecimento chacina em razão mesmo do contexto no qual a narrativa do jornal se insere, ainda que ele mesmo se exima de assumir essa identidade para o acontecimento – o que também é parte do trabalho narrativo do jornal, que narra as consequências do acontecimento de modo a tentar planificar e mesmo apaziguar o processo de constituição pública que envolve outros agentes e do qual a chacina é alvo desde o início. Ao mesmo tempo, também *O Liberal* toma parte nesse processo ao narrar um percurso acontecimental específico para a chacina e, dessa forma, agir sobre o acontecimento por meio de sua apropriação pelo agenciamento narrativo, formulando um específico contexto de apreensão e de explicação a respeito do acontecimento.

Aqueles desdobramentos que vimos em *Diário* como consequências do acontecimento – a exemplo das diversas outras instituições que contestam as declarações e o sentido que o governo busca atribuir às ocorrências e familiares das vítimas falando a respeito de seus mortos, etc. – não são elementos que *O Liberal* agencia na história que narra. Quando consideramos que a cobertura se encerra no dia 25, vemos o quanto é deixado de lado – especialmente quando lembramos que, no dia 26, há a audiência da OAB-PA para tratar da chacina; e no dia 27, há a publicação da *Human Rights Watch* sobre a chacina de Belém e o contexto de violência policial no Brasil. Podemos perceber então quão limitado é o percurso acontecimental apresentado pelo jornal, de fato sendo coerente com o pano de fundo político-institucional no qual chancela o seu modo de apresentar o acontecimento.

A esse respeito, para compreender a lógica dessa intriga que o jornal elabora vemos como, ao evitar situar a série de mortes como chacina, ele então tenta desvinculá-la desse contexto de identificação e de negar seus antecedentes. De fato, isso acontece no último dia de cobertura, quando reporta fala do delegado geral da Polícia Civil, Rilmar Firmino:

Por essa razão, [o delegado geral] disse não haver como, nesse momento, estabelecer conexão com os dez assassinatos ocorridos, em novembro de 2014, em Belém, depois da morte do cabo PM Antonio Marcos da Silva Figueiredo, o “Cabo Pet”. “Não podemos, de forma alguma, afirmar que tem uma relação com outros eventos, como os 4 de novembro, na Terra Firme (depois da morte do cabo Pet), a chacina de Santa Izabel (em agosto de 2011), a Operação Navalha na Carne (que resultou na prisão de policiais militares que integravam um grupo de extermínio com atuação na Região Metropolitana de Belém). A ‘Navalha na Carne’ completa dez anos em 2017. Ninguém foi condenado e ninguém está preso. Um dos apontados (nessa operação) foi preso e condenado a 120 anos, mas pela Chacina de Icoaraci (ocorrida em novembro de 2011, quando seis adolescentes foram executados) e não pelo evento de 2007”, concluiu. Ele se refere ao ex-PM Rosevan Moraes Almeida (EQUIPES..., 2017, p. 4).

A recuperação das chacinas que houve anteriormente em Belém ocorre aqui – marcadamente as de 2011 e de 2014, algo que, ao longo de toda a cobertura, só se dá no trecho acima –, mas como forma de dizer que esse acontecimento violento de janeiro de 2017 pode não ser uma chacina, pois não há como afirmar nada de acordo com esse posicionamento evasivo do governo. Novamente o acontecimento é inscrito em um registro que busca apontar para outras causalidades, distantes da caracterização por chacina, assinalando também o afastamento de qualquer vinculação possível ao Estado, algo importante já que as milícias são compostas por policiais militares, que são parte do aparato da segurança pública. Dessa forma, o que o jornal tenta assinalar no percurso do acontecimento é um quadro da violência urbana do qual surge a chacina, quadro que, na maneira como está presente em *O Liberal*, é aquele no qual essa violência está sob atenção do governo, mas se tornou tão excessiva – mais uma vez, além da média – que as instituições têm de prontamente agir a fim de mitigá-la. O que o jornal tenta apontar é que não são assassinatos decorrentes das chacinas, mas de uma violência generalizada pela qual ninguém é exatamente responsável.

5.2.2 Constituição de cenas

Diante disso, voltando-nos para a constituição das cenas no percurso acontecimental de *O Liberal*, percebemos que há aproximações e distanciamentos em relação ao que previamente vimos em *Diário*. Há definitivamente a reiteração de uma cena do crime e de uma cena político-

institucional, com características específicas que cumpre assinalar. Também essa constituição de cenas é parte da tentativa de conter o fluxo do acontecimento a partir dos prismas de compreensão adotados na narrativa do jornal. Em *O Liberal*, essas cenas têm uma sucessão mais evidente do que em *Diário*, principalmente quando consideramos que essa cobertura decorre em menos dias e com a mobilização de menos agentes que tomam parte no acontecimento e se engajam na disputa de sentido em relação à chacina. De fato, a grande cena do acontecimento nesse impresso é a cena político-institucional, já que a história das consequências do acontecimento é a história sobre as declarações oficiais feitas pelo governo estadual.

Apesar disso, no que diz respeito à *cena do crime*, o expediente adotado por *O Liberal* não difere tanto daquele no outro impresso, sobretudo, quando se trata do papel das vítimas, que também figuram a partir da sua condição de cadáver nas fotografias de algumas das matérias em que o jornal apresenta os casos das mortes em série. A imagem dos corpos das vítimas mais uma vez é parte da cena que demarca a emergência do acontecimento, assim como é a única instância das duas instâncias nas quais as vítimas aparecem na narrativa – algo que acontece nessas matérias sobre as mortes e na listagem dos mortos apresentada pela Secretaria de Segurança Pública. Certamente, esses corpos aqui figuram de modo mais discreto do que no jornal anterior, com mais ênfase na cena da qual o cadáver faz parte, no qual ele é um elemento em menor evidência – distante na perspectiva, coberto, sem traços de sangue ou mesmo sem que ele esteja completamente exposto ou visível (Figuras 11, 12 e 13).

Figura 11 - Detalhe do caderno Polícia de *O Liberal*, 21 jan. 2017

Após a morte do PM, vários homicídios são registrados na Grande Belém

Do Fedajo Metropolitana de Belém, 21 de Janeiro de 2017. De cabos Kléber e Caco do 2º Batalhão da Polícia Militar (BPM) foram os primeiros a chegar no local. Eles isolaram a área e impediram a aproximação de curiosos, que se aglomeraram ao redor do corpo da vítima.

Enquanto isso, a equipe de Divisão de Homicídios da Polícia Civil tentou dar mais informações aos dados familiares e monitorou de qualiter 32 no bairro do Beija Flor, em Marituba, onde o crime ocorreu.

O crime ocorreu por volta do meio dia e meia. Apesar da rua tranquila, alguns incidentes presenciaram o crime. Uma testemunha afirma que tudo ocorreu muito rápido. "Ela passou por mim caminhando. Possuindo um pouco a cabeça dele tombou com o carro. Dois caras desceram. Pegaram os ossos encapsado. Deu pra ver o rosto, mas nunca vi aqueles homens. Um em mocho, batinho e forte. Foi esse quem atirou nele", explica uma testemunha que por medo, preferiu não se identificar.

A vítima recebeu atendimento do carro e quando os dois homens desceram armados, ele tentou retornar para casa e correu. Mas lá na tarde demais e Gabriel foi atingido por um dos disparos de arma de fogo enquanto corria. Caído no chão e já ferido a vítima não teve como escapar. O assassino se aproximou e efetuou mais disparos.

"Sabemos que ele estava há três meses na rua. Ele tem passagem e estava cumprindo pena no presídio", explica o cabo Kléber do BPM. Os familiares da vítima estiveram no local. A mãe emocionada era consolada por parentes.

Do lado do corpo da vítima foram encontrados cascos de capulais de pistola. O material foi recolhido do chão e encaminhado ao laboratório de balística do Centro de Polícia Científica Forense (CPCF). Além de Gabriel, outros pessoas foram baleadas em Marituba, mas bairros diferentes. Próximo a sede da prefeitura, no centro do município, onde quatro pessoas foram baleadas. "Os casos não tem relação, mas ocorreram em bairros próximos. Mas lá, as vítimas foram os crimes elevadas ao hospital", explica o cabo Kléber.



Gabriel Santana tinha passagem pela polícia

Encapuzados em um carro preto matam pedreiro na porta de sua casa

Do Fedajo O pedreiro Franck Pinheiro Correa, 35 anos, foi morto na porta de casa ontem à tarde no bairro do Coqueiro, em Belém.

A família suscita a possibilidade de a vítima ter sido morta por assaltantes. No entanto, para a polícia, as características são de uma execução. Os assassinos estavam encapuzados e usaram um veículo de cor preta para fugir do local.

O cabo Rafael Moraes do 2º Batalhão da Polícia Militar (BPM) explica que mandaram a passageira São Vicente, onde a vítima morava, revelaram que Franck estava em uma reunião com os assassinos chegaram. A

havia pelo menos três homens dentro de um veículo preto. Algumas testemunhas falaram em um carro preto que chegou.

Os assassinos estavam em um carro preto que chegou do carro, caminharam em direção a vítima e efetuaram os disparos. "Se caracterizam de uma execução, porque nada foi levado dele. A família garante que ele era trabalhador e não tinha qualquer envolvimento com o crime", explica o cabo Rafael.

Os familiares da vítima revelaram a polícia que a vítima estava na porta de casa e lateral da rua depois, quando os assassinos chegaram. A moto/cicleta de Franck estava estacionada em frente a casa. Na versão apresentada pelos parentes a vítima pode ter reagido a uma tentativa de assalto. O objetivo dos ladões seria levar o veículo dele e diante da reação o pedreiro foi morto. Isso é uma hipótese que não foi avaliada pela equipe de policiais civis da Divisão de Homicídios, que esteve no local, e pouco provável. Não apenas porque nada foi levado da vítima, mas também porque ela foi morta.

O delegado Joao Ferreira explica que a vítima foi atingida por dois disparos de arma de fogo pelas costas e um acertado na cabeça, próximo ao ouvido.

"A forma como o crime ocorreu e mantida como de foi baleado fazem essa possibilidade ser descartada. Não acredito a vítima não é morto com um tiro executado como os outros com ele. Os indícios são de que se trata de uma execução de fato. Foi feita pesquisa, mas isso também não quer dizer que ele morreu a ser executado", explica o delegado.

Há pessoas que tem envolvimento e simplesmente nunca foram presos. Nunca saíram com calma a vida dele para tentar demonstrar o que realmente ocorreu", diz o delegado.



Franck Pinheiro Correa não teve nada roubado

■ Veja mais na página 5.

Fonte: *O LIBERAL*, 2017a.

Figura 12 - Detalhe do caderno Polícia de *O Liberal*, 21 jan. 2017

Homem é morto na frente da família

ENCAPUZADOS

Pelo menos seis assassinos invadiram a casa de Rosivaldo Favacho

Da Redação

Rosivaldo Lopes Favacho, 30 anos, foi morto ontem à tarde na frente da mulher e dos filhos. O crime ocorreu na casa da vítima, localizada no bairro do Curuçambá, em Ananindeua. Os assassinos - pelo menos seis homens - chegaram em dois carros. Invadiram a casa da vítima e o arrancaram de dentro do imóvel. Os vizinhos ouviram oito disparos de arma de fogo.

O sargento R. Oliveira, do



Rosivaldo Lopes Favacho foi morto no quintal e não teve chance de defesa

Fonte: *O LIBERAL*, 2017a.

Figura 13 - Detalhe do caderno Polícia de *O Liberal*, 22 jan. 2017



Jefferson Serrão Macedo, de 21 anos, já havia cumprido pena por tráfico de drogas

Encapuzados matam rapaz com três tiros

NO BARREIRO Jefferson Macedo, o "Pretinho", levou dois tiros na cabeça e morreu na hora

das 17h, na passagem Joana D'Ávila. O local é conhecido como um ponto de venda de drogas. Jefferson estava em uma bicicleta verde quando homens encapuzados chegaram em um carro vermelho de modelo c

Encapuzados chegaram em um carro vermelho para matar Jefferson Macedo

gente não pode falar sendo eles voltam atrás de nós. Os policiais, andam aqui pela rua e de noite a gente não pode sair de casa. O modo é geral", comentou um morador que pediu para não ser identificado.

Fonte: *O LIBERAL*, 2017c.

De modo que é similar o atravessamento bio e necropolítico que medeia a forma de aparição desses corpos. Especialmente o sentido do homicídio legitimado, pelo qual ninguém tem culpa, é algo central nessa cena, na medida em que o jornal mobiliza aquelas referências às vítimas como “criminosos”, por seu envolvimento com tráfico, etc. É relevante porque nesse processo de agenciamento das mortes, que são os incidentes tomados como o acontecimento e catalisador do percurso do qual faz parte a série de reações, o jornal estabelece um estatuto bastante específico para essas vítimas a partir das falas dos policiais, principalmente. Dessa forma, essas vítimas são todos homens com antecedentes criminais, conhecidos pela polícia, presos por tráfico, fazendo a circunscrição às mortes ao espaço periférico da cidade. Dentre as matérias sobre as seis vítimas, há essa vinculação entre os mortos e seu histórico criminal para

pelo menos quatro dos casos. Há ainda um deles, no qual essa relação é uma apenas suposição feita pela polícia.

“Sabemos que ele [Gabriel Santos Santana] estava há três meses na rua. Ele tem passagem e estava cumprindo pena no presídio”, explica o cabo Kleber da PM. Os familiares da vítima estiveram no local. A mãe emocionada era consolada por parentes (APÓS..., 2017, p. 4)

“A vítima [Rosivaldo Lopes Favacho] era conhecida como Charles. Era um nome conhecido das guarnições porque já tinha sido visto vendendo drogas”, explica o sargento (HOMEM..., 2017, p. 5).

O delegado Jivago Ferreira da DH, que comandará as investigações, explica que a vítima [Jhonny Santos dos Santos], enquanto ainda era adolescente, foi apreendida por envolvido em crimes. Existe há possibilidade de que ao atingir a maioridade, Jhonny não tenha se afastado do crime (HOMENS..., 2017, p. 5)..

“A forma como o crime ocorreu e maneira como ele [Franck Pinheiro Correa] foi baleado fazem essa possibilidade ser descartada. Num latrocínio a vítima não é morta com um tiro encostado como ocorreu com ele. Os indícios são de que se trata de uma execução de fato. Ele não teria passagem, mas isso também não quer dizer que ele nunca teve relação com o crime. Há pessoas que têm envolvimento e simplesmente nunca foram presas. Vamos analisar com calma a vida dele para tentar determinar o que realmente ocorreu”, diz o delegado (ENCAPUZADOS..., 2017a, p. 4).

Segundo o PM, “Pretinho” [Jefferson Serrão Macedo] era conhecido da polícia e já cumpriu pena por tráfico de drogas. “Ele era conhecido por tráfico de drogas. Já foi preso por isso e também fizemos uma recaptura dele também. Ele também era conhecido por praticar assalto na rodovia Arthur Bernardes”, completou o sargento Monteiro (ENCAPUZADOS..., 2017b, p. 3).

Dessa forma, como principais personagens dessas relações temos essa teia de vítimas-criminosos, os executores, que permanecem nas categorias de encapuzados e carros, cuja inscrição no acontecimento se dá de forma ambígua porque a elaboração da textura causal das mortes nos termos acima é algo a propósito da tentativa de apagamento do sentido da chacina; além dos próprios policiais cujas falas servem para atestar essa explicação proposta. Isso porque, dentro do próprio quadro de saberes no qual o jornal tenta inscrever as mortes dessa cena do crime, o fato de esses homens serem criminosos faria com que sua morte se devesse a essas relações criminais, a acerto de contas entre traficantes e facções, passando a ser uma explicação implícita que o jornal tenta consolidar a partir desse movimento realizado. Diante disso, a ocorrência de uma chacina seria uma categorização equivocada em face das características apontadas pelo próprio impresso. A cena do crime, então, circunscreve-se a essas interações entre vítimas, assassinos e fontes policiais, que permitem uma transição sem conflitos para a próxima ordem cênica na qual inscreve o percurso dos acontecimentos.

Passando então à elaboração da *cena político-institucional*, ela inicia com aquela matéria sobre como o governo “não tolera” situações como as ocorridas nos dias anteriores (JATENE..., 2017, p. 6), que não traz novas informações além dessa declaração, avançando, no entanto, a história em curso na medida em que é a primeira de uma série de manifestações públicas que os órgãos do governo estadual realizam para tratar da chacina. Além dessa, vemos quando em *Estado investiga crimes*, no dia 23, o jornal informa sobre a formação do gabinete de crise integrado pelos gestores da Segurança Pública estadual, com ênfase no secretário de Segurança, Jeanot Jansen, e nas suas declarações sobre o caso. A esse respeito,

Jansen destacou a ação do soldado Rafael da Silva, o qual chamou de “exemplo de policial e que honra toda a sociedade paraense”. “Ele insistiu até tombar na perseguição aos criminosos, fazendo o justo equilíbrio entre prudência e ousadia. Morreu, como disse a família dele, fazendo aquilo que gostava. Infelizmente, a filha dele não o conhecerá”, lamentou, com voz embargada e falas pausadas. “O trabalho de policial é cruel conosco, os policiais”, seguiu.

O secretário frisou que não há qualquer evidência da participação de servidores em serviço ou reação institucional à morte do soldado. Por outro lado, diz que há altíssimas probabilidades de ação de grupos de milícia compostos por policiais. “Não podemos ser levianos em afirmar nada, mas há evidências de que cerca de 25 mortes tenham sido uma reação pela morte do soldado Rafael da Silva. As evidências são os horários, locais e números exageradamente fora do normal. Isso naturalmente provoca uma suspeição”, ponderou (ESTADO..., 2017, p. 2, grifo nosso).

Fica evidente aqui o quanto a perspectiva institucional lida com essas dezenas de mortes como contagem de corpos, na medida em que não há qualquer menção a nomes ou casos envolvendo as vítimas, com o foco no lamento pela morte do policial, com o tom elogioso do secretário em relação ao “dever cumprido” por Rafael, sem que mencione a possibilidade de ele ser membro de milícias, algo comum nos casos de chacinas, além de não se falar sobre as outras vítimas. Também emerge nesse momento em *O Liberal* uma contradição importante, pois o jornal afirma que não há evidência da participação de policiais ou de resposta da corporação policial nessas execuções para o secretário, quando o próprio secretário afirma que há evidências de as mortes terem acontecido como resposta à morte do policial. Ainda assim, a tomada da ação das milícias apenas como uma suspeita diz da extensão da recusa institucional que é amplificada na narrativa do jornal e no sentido do acontecimento narrado. Nenhum desses agentes institucionais admite que se trata de uma chacina, em que essa grande quantidade de homicídios, esses números exageradamente fora do normal, traduza-se na ação estruturada de grupos de extermínio, com ligações ou origens nas próprias polícias – prevalecendo na narrativa

o quadro de que houve muitas mortes, que seriam aleatórias, difusas e originárias do estatuto criminal das vítimas.

No último dia da cobertura, 25, o jornal apresenta em *Equipes apuram crimes* a definição dos grupos que iriam investigar as mortes e a divulgação oficial do nome das pessoas assassinadas, lista com 25 nomes, diante dos quais se mantém em vigor a posição institucional de não afirmar que houve chacina, ainda que se admita um quadro de ocorrências dessas mortes no estado – é dessa matéria o trecho que apresentamos anteriormente no qual o delegado geral da Polícia Civil se refere às outras chacinas em Belém. Na última matéria a se dedicar às consequências do acontecimento, “*Os crimes foram praticados por bandidos profissionais*”, diz delegado, se agudiza a tentativa de os representantes do governo do estado o imiscuírem de qualquer vinculação com as chacinas, sem de fato negarem a possibilidade dos grupos de extermínio que tenham em sua composição policiais, algo atestado pela própria fala do delegado sobre as chacinas anteriores e do secretário de Segurança, que está explicitamente relacionada à tentativa de amenizar a gravidade da chacina.

Titular da Segup, Jeannot Jansen reafirmou que o número de mortes, no último final de semana, “foi alto, fora do normal”. “Nós não estamos afirmando que isso foi uma consequência direta do homicídio do soldado da Rotam (que ocorreu na manhã de sexta-feira, 20). O que estamos levantando é a suspeição de que isso possa ter feito parte de uma reação indesejada e despropositada” afirmou (“OS CRIMES...”, 2017, p. 4).

Dessa forma, esse curso de ações apresentado na narrativa de *O Liberal* dá conta da maneira como essa cena político-institucional se constitui: os principais personagens que tomam parte nela são os representantes do governo estadual, cuja manifestação está voltada para amenizar a gravidade da chacina, apresentando-a a partir do quadro difuso que caracteriza o que aconteceu – mortes esparsas, sem informações, agressores não identificados, vítimas envolvidas com crimes – em todo o trajeto de sua manifestação pública como reação à chacina. De fato, percebemos que a possibilidade da chacina nesses desenvolvimentos ainda permanece, sendo parcialmente negada, com o posicionamento institucional surgindo no contraste entre um grande número de mortos e a morte de um policial que é apresentado como profissional exemplar pelo secretário de segurança, com o eco feito na narrativa do jornal. É diante dessas mortes além da média que as instituições aparecem sob essa retórica combativa, quase belicosa, em relação ao ocorrido.

Com isso, é até possível dizer que existe uma *cena de contestação* nessa narrativa, mas muito provisoriamente e na periferia da cena político-institucional, que consiste nas declarações de representantes da OAB-PA, que fala sobre a necessidade de cobrança de informações sobre

a autoria da chacina, e do Ministério Público do Estado do Pará, que informa que não foi divulgado o perfil das vítimas na reunião em que foi apresentada a lista de nomes, a respeito do que afirma que

Pela imprensa, sabemos que nem todos tinham antecedentes. Como na chacina de 2014, em Belém, muitos não possuíam antecedentes criminais. Eram pessoas comuns que, naquele momento, estavam transitando em via pública, quando chegaram os carros e as motos (nos quais estavam os matadores), afirmou a promotora [Rosana Cordovil] “OS CRIMES..., 2017, p. 4).

Com essa série de declarações, o sentido do acontecimento apresentado pelos gestores de segurança é posto em questão na medida em que, na versão oficial, os mortos são apresentados como pessoas assassinadas durante essa ocorrência, quase como efeito colateral de uma ação imprevista – principalmente pela reticência em relação à ligação entre a morte do policial e as da chacina. De fato, essa cena é o único momento em que se fala de outro estatuto para as vítimas, com a consolidação dessa restrição à visibilidade das vítimas a partir da sua cadaverização e criminalização, conforme elaboradas na cena do crime no jornal. A constituição da cena de contestação em *O Liberal* talvez sirva como forma de assinalar alguma diversidade entre os agentes que tomam parte nas consequências do acontecimento. Ao mesmo tempo, fazem ver o quão provisória é a univocidade da descrição do acontecimento proposta por *O Liberal*, na medida que no interior da narrativa comportam-se perspectivas diversas capazes de apontar para caminhos diversos daqueles inicialmente demarcados. Ainda assim, essa cena em *O Liberal* situa-se muito mais no âmbito da indicação das nuances, contradições e insuficiências do que no da proposição radical de uma nova interpretação para aquilo que é narrado.

Dessa forma, não há de fato uma cisão entre a narrativa elaborada por *O Liberal* e a visada institucional, já que ambas elaboram as mortes da chacina do ponto de vista de uma casualidade, como fatalidade com a qual as instituições não contavam, a ponto de virem a público manifestar o quão “intolerável” era para elas que tal evento ocorresse. Não obstante, é relevante perceber uma tentativa de homogeneizar o acontecimento a partir dessas ordens cênicas, sem comportar tensionamentos, ao mesmo tempo em que os personagens convocados a falar na narrativa e delinear a versão dos fatos têm uma grande centralidade na descrição do acontecimento chacina, tentando propor sentidos que desloquem a tipicidade da ocorrência para outros contextos de compreensão, algo prevalente na ideia de que a chacina é resultado de uma imprecisa violência fora do normal e da ação de “bandidos profissionais”, ou na ideia de que as mortes terem sido reação ao assassinato do policial – o que é definidor do quadro dessas chacinas urbanas – é apenas uma suspeita. Apesar dessa tentativa de fechar o acontecimento ao

que é expresso nessas cenas político-institucionais, algo que ressona em toda a narrativa elaborada por *O Liberal*, a negação das chacinas expõe justamente as tensões que se está buscando ocultar, apontando para um quadro de posturas e retóricas institucionais que tenta forçar as chacinas a se encaixarem nos moldes de uma de uma relação polícia vs. bandidos e sua alocação no debate público como questão policial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da chacina da Região Metropolitana de Belém, houve ainda a chacina da Condor, em 2017, a nova chacina do Tapanã, em 2018, e a chacina da Cabanagem neste janeiro de 2019. Como acontecimento, as chacinas continuam a ser alvo de disputas de sentido e de diversas apropriações que são parte do contexto social que assiste à sua emergência. A cada nova chacina, as mídias jornalísticas continuam a atuar na identificação e configuração narrativa de cada um desses acontecimentos violentos e na exploração de suas consequências. Em razão disso mesmo, a contínua emergência das chacinas é tributária dessa ação do jornalismo sobre o acontecimento, que faz não só com que seja visível, mas também com que o seja a partir de esquemas de inteligibilidade específicos, que apontam para tensões, conflitos, dissonâncias, interação com outras identificações, no entanto, nunca de maneira simples ou sem nuances, pois há sempre explicações já imbuídas de compreensões na narração dessas ocorrências violentas.

Propusemo-nos aqui a investigar a configuração da chacina da Região Metropolitana de Belém como acontecimento a partir das narrativas jornalísticas dos impressos paraenses que atuaram às adjacências desse evento e elaboraram uma intriga organizadora para o desdobrar daquilo de que é feito o acontecimento e mesmo as suas reverberações. Em razão de uma rotina de jornalismo policial específica dos impressos locais, essas narrativas captam sempre seus episódios iniciais, as mortes que põem o acontecimento chacina em movimento, quer estejam quer não identificadas sob essa categoria. No entanto, o acontecimento chacina como o vimos identificando aqui avança em razão de um contexto especificamente relacionado tanto a agentes sociais e políticos que se tornam personagens na narrativa quanto a ocorrências posteriores nas quais esses mesmos agentes e novos cenários são apresentados pelos jornais, definindo o domínio de compreensão do acontecimento.

Poder-se-ia fazer um excuro a como o jornalismo opera sob interesses políticos e financeiros, o que de fato é evidente neste caso, mas cremos que tal tarefa poderia ser melhor levada a cabo em um trabalho de economia política da comunicação ou mesmo de comunicação política. Ainda assim, como vimos a partir das teorias do acontecimento, é possível estudá-lo em interface com os quadros sociais que afetam e condicionam a sua constituição, com as interações entre os agentes que atuam na definição do seu sentido, nas formas que o acontecimento toma e nas divergências entre histórias contadas, marcadamente quando nos voltamos para o processo de agenciamento narrativo dos incidentes transformados na história de um acontecimento, que comporta lógicas e fluxos que não são tanto apriorísticos, quanto emergem da relação com aspectos socio-históricos de sua formação e apreensão.

Dessa forma, ao elegermos olhar para a configuração do acontecimento chacina nessas narrativas jornalísticas, preocupávamo-nos com a extensão dessa atividade configuradora e mesmo com o que ela era capaz de enredar nessa ação de dar forma ao acontecimento por meio da sua narração, no momento mesmo em que também participava do processo de insuflar vida a ele. Por isso, olhar para a narrativa foi algo que nos impeliu não só para a maneira como se conta a história da chacina, mas de que formas seria possível explorar maneiras de reintegrá-las a um quadro de saberes, processos sociopolíticos e mesmo conflitos, quando tratam de algo que não é só disruptivo, mas que é em certa medida típico. Algo talvez contraditório em uma primeira visada, mas pertinente quando pensamos que a chacina, conquanto seja uma ocorrência singular, ao ser identificada como tal, é sempre reinscrita em uma ordem de acontecimentos que são seus antecedentes e que apontam para o seu eventual ressurgimento.

Em razão disso, o papel da narrativa esteve em relevo ao longo de toda a nossa discussão sobre o acontecimento, na medida em que a conjunção entre ambos os conceitos estabelece bases sólidas para uma perspectiva dedicada à compreensão não só sobre como o acontecimento “aconteceu”, mas para as maneiras como se age sobre esse acontecimento a partir desse trabalho que o jornalismo opera em torno da identificação daquilo que se passou e de como aconteceu. Não é possível ignorar, portanto, a dimensão narrativa do jornalismo no processo mesmo de constituição desse tipo de acontecimento violento por meio da história contada e dos elementos trazidos para ela a partir da composição da intriga e dos seus aspectos total e episódicos.

Por essa razão, tomando por base essa estreita relação entre acontecimento e narrativa, julgamos ser pertinente o nosso olhar para esse acontecimento a partir de outros dois prismas analíticos: o de percurso acontecimental e de cenas do acontecimento. O primeiro nos impeliu a compreender a maneira como a intriga opera o agenciamento de ocorrências que são tomadas como parte da trajetória de um acontecimento, como parte de uma história, portanto, englobando as reações, as respostas e mesmo as descrições alinhavadas como consequências que avançam e estabilizam a identificação do acontecimento. O segundo prisma nos orientou para a maneira como a dimensão episódica da narrativa do acontecimento se dá em relação ao detalhamento das ações e das personagens, às visões de mundo gestadas nesses seus componentes discretos e o “emolduramento” que atua no cindir dos sentidos, o que em última instância é condição para que o percurso acontecimental seja assinalado sob a figura da consecução e das consequências.

Com base nessa formulação, realizamos a incursão aos jornais paraenses e à sua cobertura da chacina da Região Metropolitana de Belém. Fizemo-lo justamente na esteira dessa configuração, a fim de compreendê-la por meio da caracterização desse percurso

acontecimental da chacina, tanto quanto da constituição de cenas sobre ela. Tal movimento foi relevante em razão de podermos perceber como cada jornal apresenta uma história para a chacina que, mesmo sendo diferente, em última instância aponta para os limites da tematização desse acontecimento no espaço midiático, na medida em que ambos os jornais a elegem como mote de cobertura a fim de realizar a demarcação de ações e reações em um pano de fundo político-institucional a partir do qual se depreende a quem indicar responsabilidades ou quem se deve eximir delas. Isso é particularmente interessante quando pensamos que o modo de a chacina surgir está atrelado à apresentação dos crimes e dos corpos mortos das vítimas, fazendo das mortes um recurso nos conflitos em que elas são eclipsadas ou se tornam o ponto a partir do qual elaborar a condição de problema público para o ocorrido.

Como evidenciamos, *Diário* aponta para um claro quadro de compreensão da chacina a partir da ineficácia do governo estadual da época em enfrentá-la, com a elaboração de uma descrição que apresenta o acontecimento a partir dos conflitos políticos que informam sobre a sua extensão enquanto problema que se perpetua em um vácuo de resoluções – de modo que temos o acontecimento chacina como as mortes violentas, seguidas da divergência entre a versão oficial e um diverso conjunto de agentes que oferece explicações alternativas. Ao mesmo tempo, em *O Liberal*, a narrativa do acontecimento aponta para a chacina como adição a um já existente contexto de violências letais que ocorrem nas periferias, mas que pode ter várias origens, inclusive com a chacina alocada no lugar de uma dentre outras possibilidades de identificação, a partir de uma descrição que agencia os elementos em intriga em uma história engajada na planificação do conflito que está latente no acontecimento – de modo que temos o acontecimento chacina como as mortes violentas, seguidas da reação institucional e da ausência de tensões em torno do ocorrido.

Entre afirmação inequívoca e negação veemente, a chacina emerge a partir dessa apropriação do acontecimento pelas mídias jornalísticas, algo que nos remete novamente à sua inquietude. Por nos debruçarmos, então, sobre a narração realizada por essas mídias não é prudente nem relevante falar em como as mídias constroem um acontecimento, mas como elas agem sobre ele e como tentam alinhar liames que são diversos, em primeiro lugar, porque fazem parte dessa virtualidade do acontecimento de ter sentidos distintos, de ter possibilidades de apreensão discordantes, de ser alvo e mesmo palco de disputas. O acontecimento inquieto é o que as narrativas jornalísticas tentam conter na definição do seu percurso acontecimental e da constituição de cenas, assim como no dimensionamento das consequências do ocorrido. Portanto, o choque entre ambas as explicações providas pelos jornais aponta também para a

contingência do acontecimento e como é nas narrativas que se processa essa redução da indeterminação do que ocorreu.

Da mesma forma, essa nossa atenção para o jornalismo permite colocá-lo no processo de constituição pública do acontecimento chacina tanto quanto nos oferece uma visada em torno de como ele se relaciona com os outros agentes que também tomam parte nessa constituição. Na medida em que vemos que há um rol desses agentes interessados em apresentar categorizações e narrativas para o acontecimento, pudemos aqui delinear de que forma o jornalismo se insere nesse processo, assim como o próprio papel que desempenha em fazer surgir o acontecimento por meio de sua cobertura. Em retorno, quando os agentes são convocados à narrativa, ajudam a delimitar a teia de inferências e mesmo a sedimentar as texturas causais previamente constituídas para acompanhar a história da chacina. Trata-se de algo bastante exemplar ao lembrarmos que os relatórios que são os únicos compêndios sobre as chacinas – os da OAB-PA e da Alepa – referenciam as notícias dos jornais a fim de poder apresentar o fenômeno das chacinas em uma cena pública.

Há ainda, no entanto, uma necessidade de demarcar a maneira como essas mortes no quadro das chacinas são parte de um contexto no qual elas proliferam, ao mesmo tempo em que são também parte de uma retórica política na qual elas perdem a sua singularidade, tornando-se elemento de uma contagem, tornando-se imagens que atestam uma disjunção em um jogo de acusações e responsabilizações. Trata-se de uma retórica política que faz seu caminho às narrativas justamente na maneira como as cenas são constituídas e o percurso do acontecimento é configurado, mas que são elemento do ambiente social no qual as chacinas ocorrem e voltam a ocorrer. Diante disso, não só as imagens da morte nos impelem para as considerações em torno daquilo que entendemos como bio e necropolítica, como o próprio processo político, institucional e social que acompanha a emergência pública da chacina como uma questão a resolver – sem que haja clareza sobre o que seja essa resolução – nos permite falar também dessa gestão em termos bio-necropolíticos em torno do sentido da vida e da morte das vítimas, marcadamente porque as chacinas acontecem nas adjacências dessa definição das vidas indignas, daqueles corpos que se tornam despojos sem sentido, daqueles que são os inimigos a morrer de modo justificado, normalizado e sem tensões. Tudo isso sendo não só definidor dos caminhos para os quais as narrativas apontam, mas para todo o quadro de disputa de sentido em torno da própria chacina e das demais formas de ancoragem de mortes violentas nas periferias.

Por isso mesmo, dentre os limites e mesmo insuficiências da discussão empreendida neste trabalho, certamente podemos situar a historicidade das chacinas como uma direção que

não é incompatível com a abordagem que aqui realizamos, ainda que requeira desenvolvimentos teórico-conceituais mais específicos. Se pudemos falar da sua acontecimentabilidade, decerto isso se dá em razão de uma historicidade que atravessa o fenômeno e é mesmo condição para a forma que as narrativas jornalísticas tomam, já que há mais aspectos socio-históricos que estão no cerne dos fluxos desse acontecimento violento. É possível ampliar o olhar a fim de abarcar as outras chacinas, que se dão há mais de 30 anos nos termos aqui assinalados, de forma a compreender os movimentos, as interfaces e as diferenças que emergem dessa atenção à historicidade de suas narrativas e dos contextos de constituição que são definidos para acontecimentos passados e futuros. Trata-se assim de algo que se apresenta como uma possibilidade aberta por este estudo.

Dentre outras possibilidades, temos ainda aspectos como: a formação do acontecimento nos outros relatos que também se constituem como narrativas – a exemplo dos próprios relatórios e das manifestações dos agentes políticos fora das narrativas dos jornais, em um quadro social mais amplo e difuso, mas igualmente relevante para compreendermos o revés ou mesmo a interação em que se situam quando em comparação com aquilo que é configurado nos jornais; a maneira como a ação dos grupos de extermínio é narrada a partir da cobertura dos acontecimentos, mas também de outros fragmentos narrativos que se perfazem no cotidiano da cobertura jornalística, a fim de iluminar o campo de tematização e de explicação dessa dimensão indissociável da violência urbana na cidade; uma definitiva e mais aprofundada exploração das imagens da morte e dos cadáveres, tão decisivas na definição dessa ordem de acontecimento com que lidamos, ao mesmo tempo em que são tão prevalentes como parte de narrativas sobre mortes que ocorrem nas periferias; além do claro atravessamento racial que não fomos capaz de desenvolver neste trabalho, mas que também é necessário para inclusive expandir a compreensão em torno do campo problemático e das formas de violência física e simbólica que definem a chacina e a maneira como as narrativas são constituídas dentro e fora dessa ordem de identificação.

Cumpre assinalar, por fim, que pensar o acontecimento em termos de sua configuração em narrativas jornalísticas se mostrou como um movimento profícuo, capaz de deixar contribuições não só para o domínio dos estudos de mídia e violência, como de fazer eco a discussões contemporâneas em torno dos acontecimentos violentos e como são lugares para compreendermos uma rede complexa de relações e interações, contradições e tensões, que apontam em última instância para aspectos conflitivos da vida social e nos instam a pensar nas formas como podemos fazer problema com esses fenômenos contemporâneos que têm na Comunicação um lócus de investigação privilegiado.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- ARQUEMBOURG, J. Entre facto e sentido: contar o acontecimento. **Trajectos**, n. 6, p. 109–112, 2005.
- BABO-LANÇA, I. **A configuração dos acontecimentos públicos: o “Caso República” e as manifestações nos Açores em 1975**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2006.
- BABO-LANÇA, I. Reprodutibilidade do acontecimento na ordem institucional. In: FRANÇA, V. R. V.; CORRÊA, L. G. (Org.). **Mídia, instituições e valores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 13–28.
- BARTHÉLÉMY, M. Événement et espace public: l’affaire Carpentras. **Quaderni**, n. 18, p. 125–140, 1992.
- BARTHÉLÉMY, M.; QUÉRÉ, L. **La mesure des événements publics: structure des événements et formation de la conscience publique**. Paris: CEMS/EHESS, 1991.
- BERGER, C.; TAVARES, F. M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, M.; FONSECA, V. P. S. (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. p. 121–142.
- BORISENKOVA, A. Narrative refiguration of social events: Paul Ricoeur’s contribution to rethinking the social. **Ricoeur Studies**, v. 1, n. 1, p. 87–98, 2010.
- BRAGA, T. L. C. **Nem eu, nem o outro; qualquer coisa de intermédio: estudo exploratório de formas simbólicas sobre o plebiscito para a criação dos Estados de Carajás e de Tapajós**. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- CAL, D. G. R.; LAGE, L. R. Narrativas de sofrimento no jornalismo impresso: a construção de cenas e o lugar dos sujeitos. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, p. 142–159, 2015.
- CARVALHO, C. A. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. **Matrizes**, v. 6, n. 1, p. 169–188, 2012.
- CARVALHO, C. A. Apontamentos teóricos e metodológicos para compreender as vinculações sociais das narrativas. In: LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. (Org.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013. p. 49–65.
- CARVALHO, C. A. As mídias como metáforas narrativas: apontamentos sobre a necessidade metodológica de não desprezar as textualidades. In: MOURA, C. P.; LOPES, M. I. V. (Org.). **Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 257–276.
- CARVALHO, C. A.; LAGE, L. R. Narrativa como mediação fundamental da experiência dos acontecimentos: a mise en intrigue midiática. **Contemporânea**, v. 10, n. 1, p. 207–222, 2012a.
- CARVALHO, C. A.; LAGE, L. R. Pela adoção da perspectiva da pertinência em pesquisas comunicacionais. **E-Compós**, v. 15, n. 3, p. 1–16, 2012b.
- CARVALHO, C. A.; LAGE, L. R. Sobre contribuições epistemológicas de Paul Ricoeur para estudos em Comunicação: ação, narrativa e acontecimento. In: FRANÇA, V. R. V.; ALDÉ, A.; RAMOS, M. C. (Org.). **Teorias da Comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas**. Salvador: Edufba, 2014. p. 143–171.

- CASTRO, F. F. Sistemas de comunicação na Amazônia. **Revista Fronteiras**, v. 14, n. 3, p. 179–191, 2012.
- CHÁVEZ MAC GREGOR, H. Aproximaciones para una crítica de la violencia. In: CHÁVEZ MAC GREGOR, H. (Org.). **Estética y violencia: necropolítica, militarización y vidas lloradas**. México D.F.: Unam, 2012. p. 6–11.
- COSTA, A. C. et al. Narrativas jornalísticas e representações sociais da violência na Amazônia urbana. In: MARTINS, F. (Org.). **Trajetos da narratividade: ensaios sobre narrativa, mídia e cognição**. Porto: Flup, 2017. p. 95–106.
- COUTO, A. C. O. Narcoterritório, milícias e instituições: a difusão da violência urbana na periferia de Belém. In: COUTO, A. C. O. et al. (Org.). **Defesa e criminalidade: em busca da convergência para a segurança**. Belém: NAEA, 2015. p. 107–129.
- COUTO, A. C. O. **Do poder das redes as redes do poder: necropolítica e configurações territoriais sobrepostos do narcotráfico na metrópole de Belém-PA**. 2018. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- DIAS, A. B. Pensar o acontecimento: jornalismo, temporalidade e narrativa em uma perspectiva histórica. **Verso e Reverso**, v. 25, n. 60, p. 172–182, 2011.
- DOSSE, F. Historical event between the Sphinx and the Phoenix. In: TAMM, M. (Org.). **Afterlife of events: perspectives on mnemohistory**. New York: Palgrave Macmillan, 2015. p. 27–43.
- FERREIRA JUNIOR, S. E. S. Narrativas imagéticas da violência: dramatização da morte na mídia impressa da Amazônia Paraense. **Cambiassu**, v. 15, n. 17, p. 211–229, 2015.
- FERREIRA JUNIOR, S. E. S.; COSTA, A. C. Enquadramentos e representações sociais da violência urbana na imprensa da Amazônia paraense. **Estudos de Jornalismo**, v. 2, n. 5, p. 99–114, 2016a.
- FERREIRA JUNIOR, S. E. S.; COSTA, A. C. Representações de morte e desvio em narrativas jornalísticas da Amazônia urbana. **Estudos em Comunicação**, n. 23, p. 139–170, 2016b.
- FERREIRA JUNIOR, S. E. S.; MENEZES, A. S. Individualização do acontecimento e mortes violentas: as narrativas policiais da mídia impressa paraense. **Temática**, v. 10, n. 11, p. 55–70, 2014.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FRANÇA, V. R. V. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópio**, n. 10, p. 59–72, 2011.
- GARCIA, C. S. et al. A letalidade policial no Pará. In: CHAGAS, C. A. N.; BAPTISTA, M. Q. G.; OLIVEIRA, S. C. M. (Org.). **Segurança pública: diagnóstico, conflitos, criminalidade e tecnologia da informação**. Belém: UFPA, 2016. p. 319–336.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. **IBGE Cidades**, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 5 dez. 2019.
- LAGE, L. R. **Elementos de uma poética jornalística do acontecimento: narrativas do massacre de Realengo em Veja e Folha de S. Paulo**. 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013a.

- LAGE, L. R. Notas sobre narrativa e acontecimento jornalístico. In: LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. (Org.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013b. p. 227–245.
- LAGE, L. R. Contribuições da hermenêutica de Paul Ricoeur para uma teoria da narratividade jornalística. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 15, n. 2, p. 9–19, 2018.
- LEAL, B. S. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, C. G.; FRANÇA, V. R. V. (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19–27.
- LEAL, B. S. No embate entre tática e estratégias, o fluir e a fabulação do acontecimento. In: VOGEL, D.; MEDITSCH, E.; SILVA, G. (Org.). **Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais**. Florianópolis: Insular, 2013a. p. 135–158.
- LEAL, B. S. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A. (Org.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013b. p. 25–47.
- MATHEUS, L. C. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.
- MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MORAES, L. C. **Antagonismo político na arena midiática: escândalos na eleição ao governo do Pará em 2014**. 2017. 235 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.
- MOUILLAUD, M. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. p. 67–100.
- NEVEU, E.; QUÉRÉ, L. The age of events. The spume of history - or an information master-frame? **Réseaux**, v. 5, n. 1, p. 9–25, 1997.
- NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). **História: novos problemas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 179–193.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARÁ, (OAB-PA). **Relatório da situação dos casos de chacinas e extermínio de jovens negros no estado do Pará**. Belém: OAB-PA, 2017.
- PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. **Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração da atuação de grupos de extermínio e milícias no estado do Pará: relatório final**. Belém: Alepa, 2015.
- QUÉRÉ, L. L'événement: introduction. In: BEAUD, P. et al. (Org.). **Sociologie de la communication**. Paris: Réseaux/CNET, 1997a. p. 415–432.
- QUÉRÉ, L. Un événement indécidable. **Espaces Temps**, n. 64–65, p. 4–15, 1997b.
- QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, n. 6, p. 59–75, 2005.
- QUÉRÉ, L. O caráter impessoal da experiência. In: LEAL, B. S.; MENDONÇA, C. C.; GUIMARÃES, C. G. (Org.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 19–38.

QUÉRÉ, L. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio**, n. 10, p. 13–37, 2011.

RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.

RICOEUR, P. Narrative time. **Critical Inquiry**, v. 7, n. 1, p. 169–190, 1980.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**: 1. a intriga e a narrativa histórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, P. **Hermeneutics and human sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

ROCHA, M. S. P. **“Chacina do Paar”**: as dimensões do poder no universo policial. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SCHEPER-HUGHES, N. Death squads and vigilante politics in democratic Northeast Brazil. In: SCHEPER-HUGHES, N.; AUYERO, J.; BOURGOIS, P. (Org.). **Violence at the urban margins**. New York: Oxford University Press, 2015. p. 266–304.

SILVA, D. F. No-bodies: law, raciality and violence. **Meritum**, v. 9, n. 1, p. 119–162, 2014.

SIMÕES, P. G. Ronaldo e a Copa de 2002: dons e valores na construção de uma celebridade carismática. **Dispositiva**, v. 1, n. 2, p. 107–121, 2012.

SMITH, C. A. **Afro-Paradise**: blackness, violence, and performance in Brazil. Urbana: University of Illinois Press, 2016.

VELOSO, M. S. F. **Imprensa e contra-hegemonia**: 20 anos de Jornal Pessoal (1987-2007). Belém: Paka-Tatu, 2014.

VILAÇA, I. F. T.; RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S. Violência e a gestão participativa (ou não) do Estado em prol da segurança pública e defesa social no Brasil. In: ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. DOS R.; RAMOS, E. M. L. S. (Org.). **Segurança pública**: diagnóstico, conflitos, criminalidade e tecnologia da informação. Belém: GAPTA, 2016.

WAGNER-PACIFICI, R. Theorizing the restlessness of events. **American Journal of Sociology**, v. 115, n. 5, p. 1351–1386, mar. 2010.

WAGNER-PACIFICI, R. **What is an event?** Chicago: University of Chicago Press, 2017.

WHITE, H. The narrativization of real events. **Critical Inquiry**, v. 7, n. 4, p. 793–798, 1981.

Referências hemerográficas

DIÁRIO DO PARÁ. Belém: RBA, ano XXXIV, nº 11.865, 21 jan. 2017a.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém: RBA, ano XXXIV, nº 11.866, 22 jan. 2017b.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém: RBA, ano XXXIV, nº 11.867, 23 jan. 2017c.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém: RBA, ano XXXIV, nº 11.868, 24 jan. 2017d.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém: RBA, ano XXXIV, nº 11.869, 25 jan. 2017e.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém: RBA, ano XXXIV, nº 11.870, 26 jan. 2017f.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém: RBA, ano XXXIV, nº 11.874, 30 jan. 2017g.

DIÁRIO DO PARÁ. Belém: RBA, ano XXXIV, nº 11.878, 3 fev. 2017h.

O LIBERAL. Belém: ORM, ano LXXI, nº 35.255, 21 jan. 2017a.

O LIBERAL. Belém: ORM, ano LXXI, nº 35.256, 22 jan. 2017b.

O LIBERAL. Belém: ORM, ano LXXI, nº 35.257, 23 jan. 2017c.

O LIBERAL. Belém: ORM, ano LXXI, nº 35.259, 25 jan. 2017d.

Referências webgráficas

GOVERNADOR determina apuração rigorosa de crimes na RMB. **Agência Pará**, Belém, 21 jan. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/bzmrTX>>. Acesso em: 30 nov. 2018. Notícia, Segurança Pública.

HUMAN RIGHTS WATCH. Brasil: Onda de Homicídios no Pará. **Human Rights Watch**, [on-line], 27 jan. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/1ExXUq>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

SEGUP apresenta medidas que serão adotadas para esclarecer homicídios na Grande Belém. **Agência Pará**, Belém, 21 jan. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/VNhC1x>>. Acesso em: 30 nov. 2018. Notícia, Segurança Pública.

Matérias citadas

32 PESSOAS são executadas após morte de soldado da PM. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.867, 23 jan. 2017. Cidade, p. A2.

35 HOMICÍDIOS do fim de semana continuam sem presos e solução. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.869, 25 jan. 2017. Cidade, p. A2.

APÓS a morte do PM, vários homicídios são registrados na Grande Belém. **O Liberal**, Belém, ano LXXI, nº 35.255, 21 jan. 2017. Polícia, p. 4.

ASSASSINADO diante de ponto comercial. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.865, 21 jan. 2017. Polícia, p. 8.

AUDIÊNCIA pública debate os 35 assassinatos do fim de semana. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.870, 26 jan. 2017. Cidade, p. A5.

CARRO preto em Ananindeua: duplo homicídio. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.866, 22 jan. 2017. Polícia, p. 2-3.

CONCERTAVA encanamento quando levou 16 tiros. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.865, 21 jan. 2017. Polícia, p. 8.

CURUÇAMBÁ: morto no quintal. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.865, 21 jan. 2017. Polícia, p. 3.

DEPUTADO critica sequência de mortes. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.865, 21 jan. 2017. Cidade, p. A7.

EM 3 DIAS, 50 pessoas são mortas no PA. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.867, 23 jan. 2017. Cidade, p. A5.

ENCAPUZADOS em um carro preto matam pedreiro na porta de sua casa. **O Liberal**, Belém, ano LXXI, nº 35.255, 21 jan. 2017a. Polícia, p. 4.

- ENCAPUZADOS matam rapaz com três tiros. **O Liberal**, Belém, ano LXXI, nº 35.257, 23 jan. 2017b. Polícia, p. 3.
- EQUIPES apuram crimes. **O Liberal**, Belém, ano LXXI, nº 35.259, 25 jan. 2017. Polícia, p. 4.
- ESTADO é palco de 13 crimes brutais por dia, em 2017. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.878, 3 fev. 2017. Cidade, p. A6.
- ESTADO investiga crimes. **O Liberal**, Belém, ano LXXI, nº 35.257, 23 jan. 2017. Polícia, p. 2.
- FAMÍLIA chora morte: ‘Era o braço direito da nossa mãe’. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.868, 24 jan. 2017. Cidade, p. A3.
- FAMILIARES das vítimas descrevem execuções e clamam por justiça. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.867, 23 jan. 2017. Cidade, p. A3.
- FIM de semana mais violento da história do Pará termina com 61 assassinatos. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.868, 24 jan. 2017. Cidade, p. A3.
- GOVERNO Federal deve ajudar na investigação dos crimes. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.867, 23 jan. 2017. Cidade, p. A3.
- GUAMÁ, Comércio e Ananindeua: mais 4 assassinatos. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.865, 21 jan. 2017. Polícia, p. 7.
- HÁ CERCA de 2 anos, Governo do Estado dispensou ajuda da Força Nacional. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.867, 23 jan. 2017. Cidade, p. A4.
- HOMEM é morto na frente da família. **O Liberal**, Belém, ano LXXI, nº 35.255, 21 jan. 2017. Polícia, p. 5.
- HOMENS em carro preto matam jovem no Benguí. **O Liberal**, Belém, ano LXXI, nº 35.255, 21 jan. 2017. Polícia, p. 5.
- JATENE manda apurar 27 mortes em Belém. **O Liberal**, Belém, ano LXXI, nº 35.256, 22 jan. 2017. Atualidades, p. 6.
- MADRUGADA sangrenta: dois assassinatos. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.866, 22 jan. 2017. Polícia, p. 4-5.
- MARITUBA: morte ao meio-dia. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.865, 21 jan. 2017. Polícia, p. 6.
- MORTE de policial gera onda de violência. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXII, n. 11069, 5 nov. 2014. Cidades, p. A3.
- MORTES em série superam três vezes a chacina de 2014. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.867, 23 jan. 2017. Cidade, p. A2.
- O MASSACRE do 40 horas. **Diário do Pará**, Belém, ano II, n. 521, 15 jul. 1984. Polícia, p. 8.
- ONG internacional critica governo do Pará por chacina. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.874, 30 jan. 2017. Cidade, p. A2.
- ORDEM dos Advogados convoca audiência pública para debater situação de violência. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.867, 23 jan. 2017. Cidade, p. A3.
- “OS CRIMES foram praticados por bandidos profissionais”, diz delegado. **O Liberal**, Belém, ano LXXI, nº 35.259, 25 jan. 2017. Polícia, p. 4.

OUTRAS três pessoas foram assassinadas no sábado, na Grande Belém. **O Liberal**, Belém, ano LXXI, nº 35.257, 23 jan. 2017. Polícia, p. 2.

PARÁ registra 409 mortes violentas somente no mês de janeiro deste ano. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.878, 3 fev. 2017. Cidade, p. A6.

PM morre em dia de assassinatos em série. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.865, 21 jan. 2017. Cidade, p. A7.

SOLDADO morto a tiros. **O Liberal**, Belém, ano LXXI, nº 35.255, 21 jan. 2017. Polícia, p. 4.

SUSPEITO de matar soldado é morto em confronto com a Polícia Militar. **O Liberal**, Belém, ano LXXI, nº 35.257, 23 jan. 2017. Polícia, p. 2.

VIOLÊNCIA sem limites: 16 assassinatos. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.865, 21 jan. 2017. Polícia, p. 4-5.

VÍTIMA ainda conversou com algozes: matadores cordiais. **Diário do Pará**, Belém, ano XXXIV, nº 11.865, 21 jan. 2017. Polícia, p. 8.